

MARCELO LELES ROMARCO DE OLIVEIRA

**TRAJETORIAS DE MIGRANTES PARA BRASÍLIA E ASSENTAMENTOS
RURAI: O CASO DO VEREDA I**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2002

Aos meus amados pais, Cícero Romarco de Oliveira e Catarina Leles Romarco de Oliveira, que desde minha tenra idade, criaram condições que possibilitaram minha formação pessoal e profissional. Agradeço-lhes, principalmente, pelos imortais ensinamentos que contribuíram para forjar minha personalidade e por terem confiado em mim.

Ao meu irmão, Marcio Leles Romarco de Oliveira e a todos meus familiares pelo carinho.

A todas as famílias do assentamento Vereda I que me proporcionaram uma rica lição de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao fim de um trabalho são muitos os caminhos que percorremos e, muitas as pessoas que encontramos, as quais nos legam prestimosas contribuições. Porém algumas são especiais.

A DEUS, que no seu infinito amor cobriu-me de bênçãos e fez frutuosos todos os meus projetos.

A minha amiga, companheira e namorada Cláudia A. Romeiro d'Ávila, pelo carinho e pela paciência em todos os momentos.

Ao professor José Roberto Pereira, pela orientação, pelo encorajamento, por ter confiado em mim e pela amizade constituída.

As minhas conselheiras, professoras Maria Izabel Vieira Botelho e Marta Inêz Medeiro Marques, pelas valiosas sugestões e pelas contribuições no decorrer do trabalho.

Aos professores, Franklin Daniel Rothman e France Maria Gontijo Coelho, pelas sugestões e contribuições durante a defesa da dissertação.

A minha tia, Maria da Conceição Santana de Lelis, pelas preciosas considerações e sugestões à versão final desse trabalho.

Ao Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília, (GT-RA, Mônica, Catarina, Michelle, Adriana, Duda e CIA LTDA).

A Luciana Monteiro e Maria Inês companheiras durante a realização dos PDA'S.

Ao casal Kleber e Arlete e ao Sr. Iram, por terem me acolhido com carinho em suas casas no assentamento.

A amiga Doris Sayago, que me hospedou, com muito carinho em sua casa em Brasília.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro durante a realização do curso de mestrado, imprescindível para minha formação.

Aos colegas do Curso de Extensão Rural pelo carinho, pela experiência compartilhada e pelo delicioso convívio durante o mestrado (Alessandra, Cláudia, Hildelano, Luciano, Mariana, Régis e Viviane).

A todos os funcionários e professores do Departamento de Economia Rural da UFV que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE SIGLAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O assentamento Vereda I como unidade de pesquisa.....	4
1.2. Algumas considerações metodológicas: O trabalho de campo e a análise.....	10
2. MIGRAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.....	21
2.1. Amplitude do fenômeno migratório	22
2.2. As causas da migração rural/urbana no Brasil.....	26
2.3. As principais rotas migratórias brasileiras.....	31
2.3.1. “A marcha para o Oeste”	33
2.3.2. Brasília e o processo migratório para o Entorno do Distrito Federal.....	35

	Página
2.4. A formação de assentamentos rurais no Entorno do Distrito Federal	44
2.5. O rito de passagem dos migrantes: de retirante a assentado na luta por Reforma Agrária.....	49
3. TRAJETORIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DO VEREDA I	60
3.1. A situação dos assentados no local de origem e a decisão de migrar para Brasília.....	61
3.2. Ilusões perdidas: trabalho, moradia e desemprego em Brasília e decisão de migrar para áreas de assentamentos rurais.....	74
3.3. O movimento de luta pela terra no município de Padre Bernardo e a história de ocupação da “Fazenda Serra Feia”.	84
3.4. Família, terra e a organização do trabalho no Vereda I	99
3.5. O Vereda I e a esperança dos assentados	104
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
GLOSSÁRIO.....	121
ANEXOS	124
Anexo 1. Assentados que participaram da pesquisa.....	125
Anexo 2. Informantes moradores do assentamento cujas citações foram incluídas no texto.....	125
Anexo 3. Tabela 1A. Natureza e fonte de informações para coleta dos dados secundários.....	126
Anexo 4. Assentados do Vereda I.....	127
Anexo 5.Tabela 2A. Origem dos membros das famílias moradoras do Distrito Federal em 1997.....	131
Anexo 6. Tabela 3A. Regiões Administrativas do Distrito Federal ..	132
Anexo 7.Tabela 4A. Municípios Pertencentes ao Entorno do Distrito Federal	133

Anexo 8. Tabela 5A. Tamanho da Família e renda familiar em salários mínimos das regiões administrativas do Distrito Federal em 1997	135
Anexo 9. Figura 1A. Municípios e Assentamentos do Entorno do Distrito Federal, com destaque para Padre Bernardo.....	136

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Número de famílias e áreas dos assentamentos localizados no município de Padre Bernardo	9
2	População residente, por situação de domicílio no período de 1940-2000 no Brasil	26
3	Saldo Migratório, população presente e taxa de crescimento nas regiões brasileiras durante a década de 80.....	33
4	Evolução do número de habitantes em Brasília	37
5	População de 1996 e taxas de crescimento 91/96 segundo regiões metropolitanas	42
6	Municípios, assentamentos e percentual por estado	48
7	Distribuição das propriedades rurais no Brasil por tamanho e categoria entre 1970 e 1995.	50
8	Pessoal ocupado por grupo de área e por faixa etária no Brasil, entre 1995 e 1996	51
9	Características sociais dos migrantes entrevistados	72
10	Moradia dos migrantes no DF e atividades na época da migração para Pe. Bernardo	80
11	Distribuição populacional de Padre Bernardo	84

		Página
12	Distribuição das propriedades rurais de Padre Bernardo por tamanho e categoria em 1995-1996	85
13	Pessoal ocupado na agricultura, maiores de 14 anos (homens e mulheres) anos 1995-1996	86
14	Síntese das expectativas dos assentados referentes a um período de 10 anos	110

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Localização do município de Padre Bernardo	4
2	Estados de origem dos assentados do Vereda I, Dados (%) ..	6
3	Origem dos assentados	7
4	(%) de assentados que viveram em um centro urbano (por um período médio de 10 anos)	7
5	Parentes em Brasília	8
6	Brasília em Construção	37
7	Região de Influência da AMAB	40
8	Taxa média de desemprego em Brasília de 1992 a 1998	47
9	Trecho de entrevista sobre a decisão de migrar	68
10	Trecho de entrevista sobre a vinda de um migrante para Brasília	69
11	Relatos de migrantes que escolheram Brasília	70
12	Rota migratória dos entrevistados do assentamento Vereda I.	72
13	Planta geral do assentamento Vereda I.....	94
14	Assinatura do Contrato e do Crédito Apoio	96
15	Reunião no Vereda I	98

		Página
16	Força de trabalho do assentamento Vereda I	99
17	Roça de toco no assentamento Vereda I	103
18	Eleição de Prioridades da Área Social	104
19	Os problemas causados pela falta de água	105
20	Moradia típica do assentamento Vereda	107
21	Projeção de um assentamento considerado “ <i>moderno</i> ”	108
22	Projeção de uma chácara considerada ideal	109

LISTA DE SIGLAS

1. AMAB: Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília;
2. APAVI: Associação do P. A. Vereda I da Fazenda Serra Feia;
3. CODEPLAN: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;
4. CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
5. CRUB: Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras;
6. DF: Distrito Federal;
7. DRPE: Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador;
8. GT-RA: Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília;
9. IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
10. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
11. INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
12. MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário;
13. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra;
14. NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
15. P.A: Projeto de Assentamento;
16. PDA: Plano de Desenvolvimento de Assentamento;
17. PRONAF: Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar;
18. R.As: Regiões Administrativas do Distrito Federal;
19. R.B: Relação de Beneficiário;
20. RIDE: Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;
21. SNCR: Sistema Nacional de Crédito Rural;
22. SR(28): Superintendência Regional do INCRA, jurisdição do Distrito Federal e do Entorno;
23. UnB: Universidade de Brasília.

RESUMO

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de, M.S, Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2002. **Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: o caso do Vereda I.** Orientador: José Roberto Pereira. Conselheiras: Maria Izabel Vieira Botelho e Marta Inêz Medeiros Marques.

Este trabalho procura analisar as razões das trajetórias de migrantes para o assentamento Vereda I, localizado no município de Padre Bernardo, região do Entorno do Distrito Federal, Estado de Goiás. Ao final dos anos 90, diversos assentamentos foram constituídos, nesta região, por trabalhadores rurais que migraram de várias outras regiões do Brasil. A pesquisa procurou revelar as razões, que levaram esses trabalhadores a migrarem do campo para as cidades e depois para áreas de assentamentos rurais. Escolheu-se como método o “estudo de caso”, utilizando-se da história oral como técnica principal para a coleta das informações. Constatou-se que, de acordo com os entrevistados, a falta de perspectiva em permanecer em seus locais de origem, aliada ao “encantamento” que a cidade exercia sobre eles, principalmente pelas *estórias* contadas por parentes que migraram antes, foram os principais fatores na decisão de migrar para Brasília. Porém, as condições de vida em Brasília sempre foram difíceis, principalmente pela falta de qualificação do migrante que não se “encaixava” no novo perfil do trabalhador exigido pelo mercado de trabalho. Dessa forma, o sonho de “enricar” e juntar dinheiro para comprar terra em seu local de origem ficou cada vez mais distante pelas condições de vida em que se encontravam. Depois de muitos anos ou até

décadas morando na cidade, esses migrantes resolvem buscar, pela inserção em movimentos populares, a terra para trabalhar, reestruturando suas vidas e de suas famílias em assentamentos rurais. Neste sentido, o assentamento pode ser considerado um lugar em que esses trabalhadores migrantes possam vir a conseguir uma relativa autonomia, comparada com várias fases de suas vidas. Esta autonomia está relacionada à ausência de um patrão e à administração de seu próprio tempo, fatores estes considerados importantes por eles. No entanto, ela é relativa, porque o assentado se encontra, de certa forma, subordinado às normas “impostas” pelo INCRA.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de, M.S, Universidade Federal de Viçosa, February. 2002. **Trajetórias de migrantes para Brasília e assentamentos rurais: o caso do Vereda I.** Adviser: José Roberto Pereira. Committee Members: Maria Izabel Vieira Botelho and Marta Inêz Medeiros Marques

This work looks forward to analyze the reasons of the trajectory of migrants to the Vereda I settlement, placed in Padre Bernardo, region called by Entorno of the Federal District, State of Goiás. At the end of the 90's, several settlement were built, in this area, by rural workers migrating from numerous different areas of Brazil. This research tried to point the reasons wish took these workers from the country to the cities and afterwards to rural settlements the method of listening research was chosen, taking the verbal story as main technique to collect data. According to the evidences, the low perspective of success in their home town added to the enchantment the cites had on them, mostly be cause of their relatives who migrated before and kept telling illusionary stories about the city life, these were the main points on wish they based the decision of moving to Brasília. There fore, the life quality in Brasília was never too cays, mostly because of the low education of the migrants, what made of them an excluded lawyer of the job worked, once the wouldn't fit the qualification requirements. This way, the dream of getting rich and save money to bevy o property in their hometown became distant because of the life

conditions in which they found themselves after numerous years or even decades living in the cities, these migrants decided to seek for popular movements to join, for a piece of land to work, rebuilding their families lives on rural settlements. This way, the settlement could be considered a place which could offer these migrant workers a relative autonomy, comparing to their prior lives. This autonomy is related to the absence of a boss and to the administration of their own time, factors which are considered important to them. Concluding, the autonomy discussed is not total, once the settlement finds itself, in certain way, subordinated to the rules imposed by the INCRA.

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo descrever e analisar a trajetória de vida de trabalhadores para assentamentos rurais, no sentido de contribuir para a compreensão desse fenômeno migratório. O interesse em estudar esse fenômeno partiu de observações, em campo, durante os trabalhos de elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA)¹, na região do Entorno de Brasília. Assim, procurou-se analisar os motivos que os assentados levaram a migrar de seus locais de origem, para a cidade, bem como a sua vida na cidade e os motivos que os levaram a migrar para o assentamento, a conquista da terra, a vida no assentamento e suas perspectivas de futuro. Portanto, o eixo central que orientará esse trabalho será a migração, analisada a partir de relatos orais de pessoas de “carne e osso”.

Ao me propor estudar o tema migração, acabei buscando motivação em minhas raízes, pois sou filho de migrantes que partiram de seus locais de origem, Pernambuco e Minas Gerais, para “ganhar” a vida no Rio de Janeiro. O interesse pelo assunto começou durante minha graduação em Administração na Universidade Federal de Lavras (UFLA), quando tive a oportunidade de pesquisar o trabalho temporário na agricultura de Lavras, o que me permitiu conhecer um pouco da bibliografia sobre o tema. Porém, a oportunidade de me encontrar de fato com atores que viveram intenso processo migratório, foi

¹ O PDA tem a finalidade de elaborar, com a participação efetiva dos assentados, um plano que definirá as diretrizes para o assentamento no curto, médio e longo prazo. A realização do Plano de Desenvolvimento de Assentamento é uma exigência formal do INCRA.

durante o mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV) pois, através do convite do professor José Roberto Pereira, do Departamento de Economia Rural (DER), pude trabalhar na elaboração de PDA na região do Entorno de Brasília, no assentamento Vereda I, município de Padre Bernardo (GO). Assim, conheci pessoas que nasceram na roça e saíram desta com sonhos de obter dinheiro, respeito e condições de vida melhores que seus pais. Mas os desencontros da vida os levaram a percorrer um caminho para áreas de conflitos, em busca da terra “dada” pelo governo, passando a viver em “barracos de lona preta”, sem condições mínimas de sobrevivência. Apesar dessas dificuldades essas, pessoas se revelaram batalhadoras e persistentes em seus ideais de conseguir a sua “chácara”², ou seu pedaço de terra para cultivar e assim continuar “tocando” suas vidas. Por estas constatações decidi pesquisar a trajetória de vida desses assentados que, a partir da realização do PDA, me proporcionou um vasto material de pesquisa. Desta forma, as informações levantadas para esta pesquisa foram obtidas a partir destas experiências dos assentados.

Portanto, acredito que compreender e dimensionar esse fenômeno são tarefas importantes para os propósitos da pesquisa e do conhecimento científico. Porém, mais importante ainda seria a utilização dos resultados desse trabalho como instrumento de orientação para políticas destinadas à Reforma Agrária.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro trata dos aspectos introdutórios sobre a problematização do tema de estudo, a migração, bem como da caracterização do assentamento Vereda I, como unidade de pesquisa e a descrição do processo metodológico utilizado na realização do trabalho de pesquisa.

O segundo capítulo se ocupa da relação entre dois fenômenos importantes para grande parte da população brasileira, a migração e a Reforma Agrária. Procurar-se-á analisar os significados da Reforma Agrária para o processo migratório no Brasil, explorando a amplitude desse fenômeno, suas

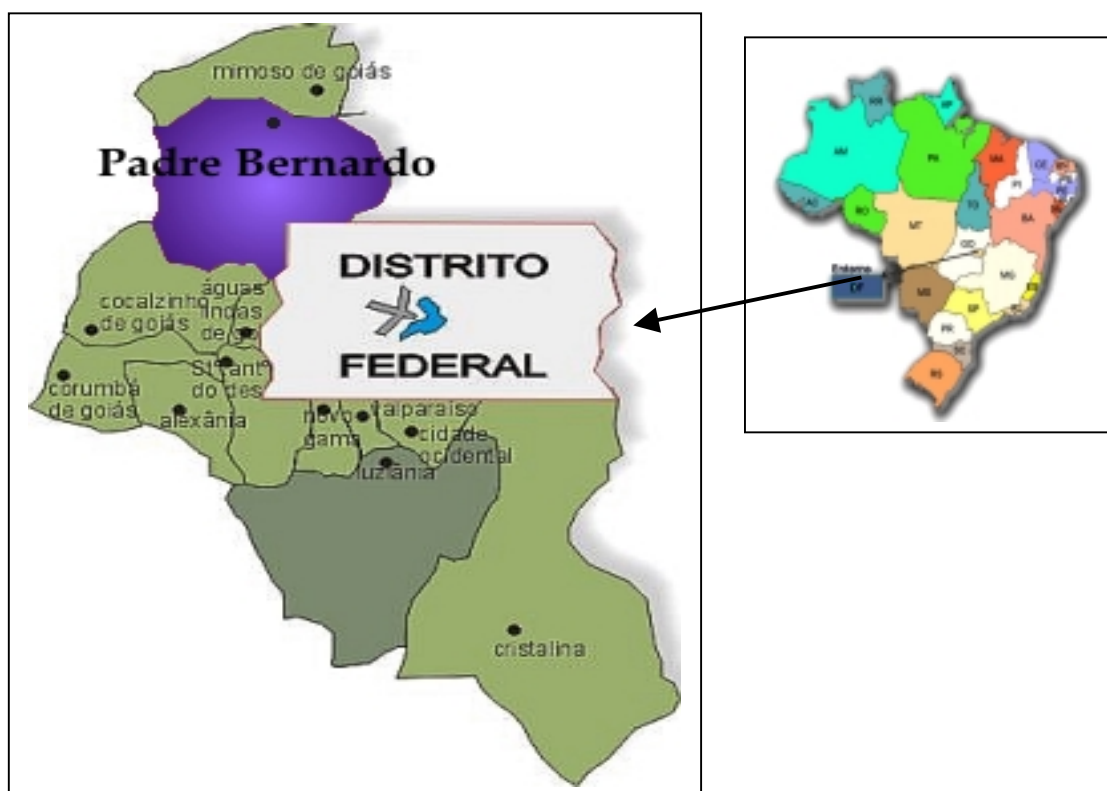
² Segundo os assentados, “chácara” é uma parcela de terra maior que um lote e menor que uma fazenda, onde cada família ocupa a extensão total de 20 hectares, incluindo a moradia e a área de terra que se dispõem para o plantio.

causas e as principais rotas migratórias, em especial aquelas que seguem a direção dos assentamentos rurais localizados no Entorno de Brasília.

O terceiro capítulo focaliza a trajetória de vida específica de um grupo de trabalhadores rurais assentados no Vereda I, dividida em quatro fases: o local de origem e a decisão de migrar para cidades; a vida na cidade e a decisão de migrar para assentamentos rurais; a luta pela terra e o processo de ocupação; a reestruturação de suas vidas no assentamento. Por último, ou seja, nas considerações finais, há análises dos limites e das perspectivas de continuidade desse trabalho, levantando novas questões sobre o tema e destacando considerações acerca dos significados dos assentamentos rurais como lugar possível de reestruturação social, econômica e política dos migrantes.

1.1. O assentamento Vereda I como unidade de pesquisa

O Assentamento Vereda I, antiga Fazenda Serra Feia, situa-se aproximadamente a 60 km da sede do município de Padre Bernardo, Estado de Goiás, e a 110 km de Brasília. Por sua vez, o município de Padre Bernardo faz parte da microrregião 12³ do Estado de Goiás, próximo à região do Entorno, distando aproximadamente 90 km de Brasília. A localização do município pode ser vista na Figura 1, logo abaixo.



Fonte: Pereira et. al. (2001).

Figura 1. Localização do município de Padre Bernardo

³Compõem a microrregião 12 os seguintes municípios: Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Pirenópolis, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto (CODEPLAN, 2001).

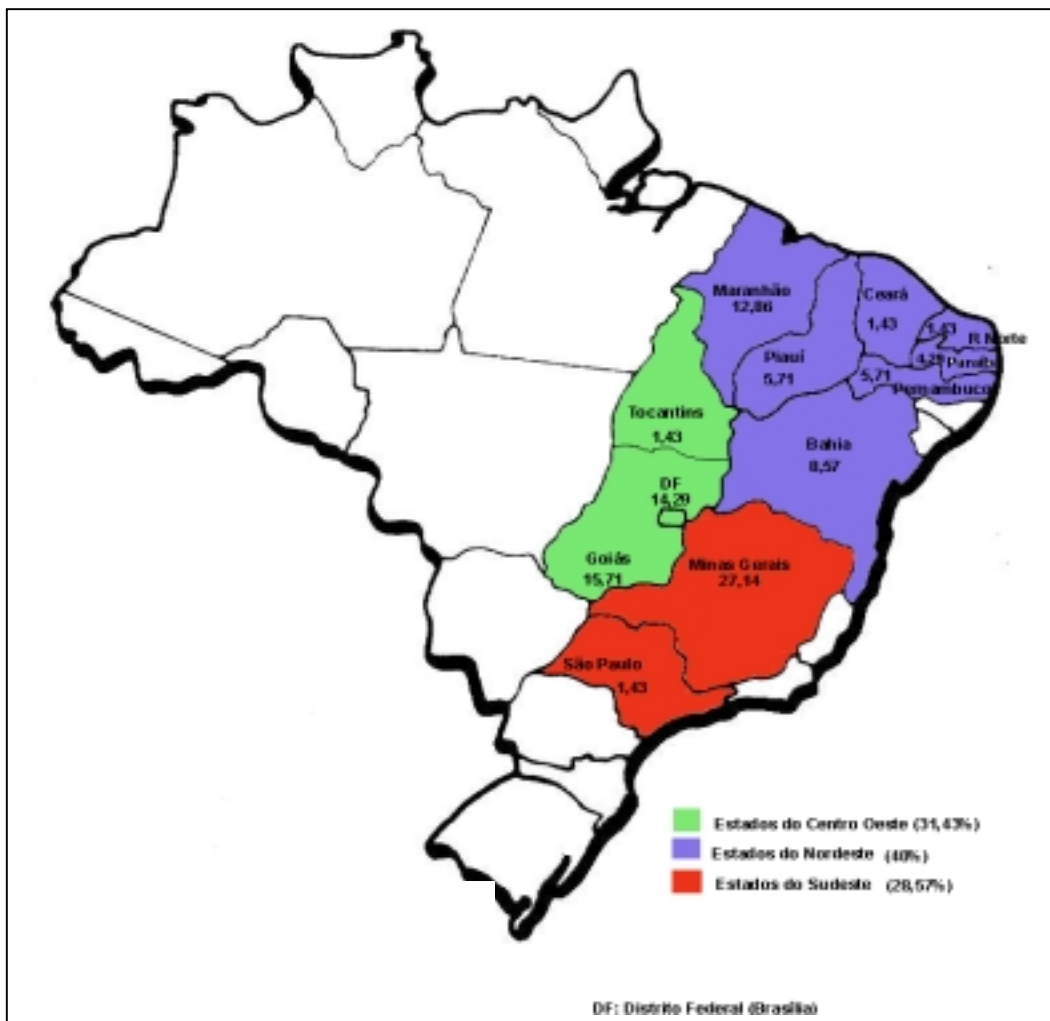
Em 21 de dezembro de 1999, sob o código do SIPRA DF0093000⁴, foi criado o assentamento Vereda I, em uma área de 2.063,784 hectares (dois mil, sessenta e três hectares, oito ares e quatro centaires), com objetivo de assentar 70 famílias de agricultores, que estão distribuídas em parcelas individuais de 20 hectares cada uma.

De acordo com Pereira et al (2001), a área do assentamento pode ser dividida, basicamente, em três ecossistemas: a primeira é a área de mata seca com alto teor de matéria orgânica e com diversidade muito grande na fauna; a segunda caracteriza-se pela transição mata-cerrado grosso com predominância de solos mais avermelhados, com incidência de cupinzeiros e algumas partes com baixa fertilidade e escassez de água, lugar em que concentra a maioria das famílias; por último, uma pequena faixa de transição campo-cerrado seguindo o curso do Córrego Quente, com presença de mata ciliar. Uma das principais fontes de água do assentamento é o Córrego Quente, cuja água apresenta alto teor de salinidade e sua nascente se localiza no assentamento vizinho, denominado pelo INCRA de Água Quente e conhecido como Capão do Chiqueiro.

A vizinhança do Vereda I, além do assentamento citado anteriormente, é formada pelo assentamento Boa Vista e pela fazenda Marajá. A via de acesso ao assentamento é feita por estradas de terra, que no período de chuvas dificulta a locomoção dos assentados. O assentamento encontra-se em fase de implantação de sua infra-estrutura básica como moradias, poço artesiano, energia elétrica, estradas, dentre outras.

O assentamento é constituído por famílias vindas de vários estados da federação, com destaque para o estado de Minas Gerais com 27,14% e para alguns estados da região Nordeste, que totalizam 40% dos moradores do assentamento. Dentre os estados da região Nordeste, o Maranhão se destaca com 12,86% de migrantes, como pode ser observado na Figura 2.

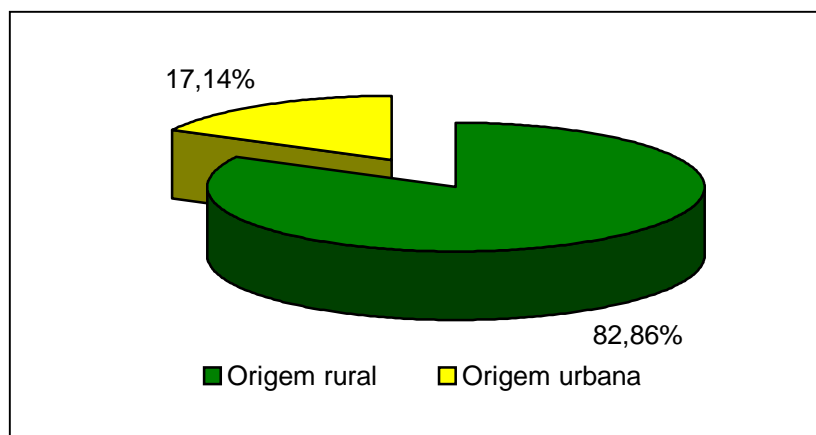
⁴ Portaria INCRA/SR-28/DFE/N^o 047 de 1999.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

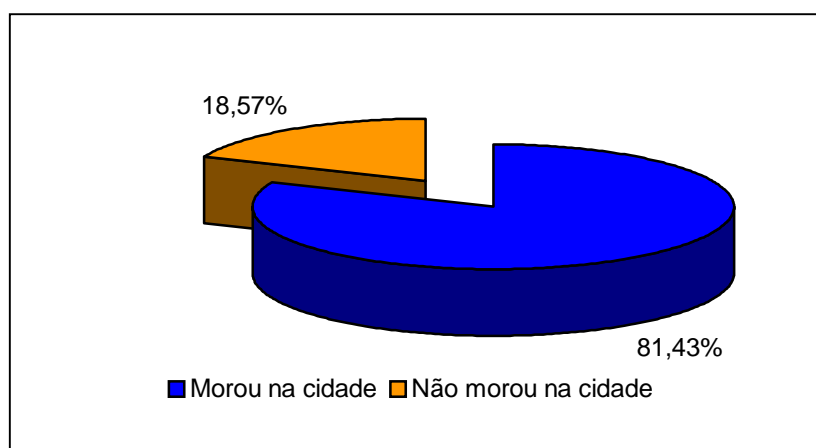
Figura 2. Estados de origem dos assentados do Vereda I, dados (%)

Uma das características principais das famílias do assentamento Vereda I é que todas têm origem rural, mas viveram na cidade por um período médio de 10 anos, antes de migrarem para o assentamento, como pode ser observado nas Figuras 3 e 4.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Figura 3. Origem dos assentados.



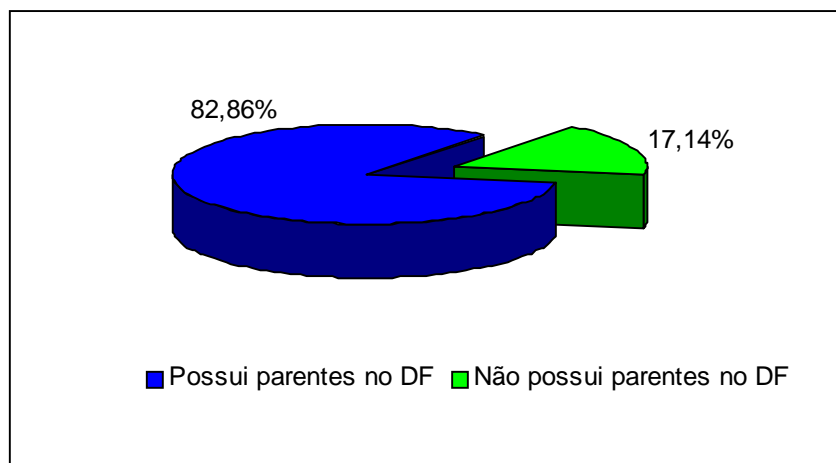
Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Figura 4. (%) de assentados que viveram em um centro urbano, por um período médio de 10 anos

Brasília foi a cidade escolhida por esses migrantes que a denominam de “cidade paraíso”⁵, onde trabalharam principalmente na construção civil e na prestação de serviços como empregadas domésticas, mecânicos, faxineiros,

⁵ Os entrevistados consideram Brasília como cidade paraíso porque, segundo eles, nos seus locais de origem as condições de vida sempre foram mais difíceis e em Brasília, apesar de tudo, foi mais “fácil” de viver.

borracheiros ou em outra atividade que exigia pouca qualificação. A maioria dos assentados, antes de migrar para áreas de assentamentos, deixou parentes em Brasília, como mostra a Figura 5.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Figura 5. Parentes em Brasília

Em Brasília, as cidades satélites⁶ Ceilândia, Águas Lindas⁷ (GO), Recanto das Emas, Samambaia e Céu Azul, são os principais endereços dos parentes dessas famílias. Nessas cidades, muitos migrantes ficaram sabendo do assentamento.

O assentamento Vereda I foi escolhido como unidade de pesquisa pelos seguintes motivos: o primeiro, pelo interesse de pesquisar o processo migratório no Brasil e pelo envolvimento no trabalho de campo em assentamentos rurais para elaboração de PDA's, utilizando-se do Diagnóstico

⁶ Segundo dados da CODEPLAN (2001), Brasília possui 19 Regiões Administrativas e cada uma delas tem um Administrador Regional, nomeado pelo Governador.

⁷ Águas Lindas faz divisa com Brasília, mas pertence ao estado de Goiás.

Rápido Participativo Emancipador (DRPE)⁸; o segundo, porque o assentamento Vereda I apresenta uma situação peculiar, em que quase todos os assentados são migrantes de outros estados e regiões, como pode ser observado na Figura 1; o terceiro, porque o assentamento Vereda I está localizado em uma área que concentra grande número de assentamentos no município de Padre Bernardo, como pode ser observado na Tabela 1, área esta também caracterizada por assentados com trajetória de migração campo-cidade-assentamentos rurais.

Tabela 1. Número de famílias e áreas dos assentamentos localizados no município de Pe. Bernardo

Assentamentos	Número de Famílias	Área (ha)
Água Quente*	55	2829,3041
Boa Vista*	145	4380,0339
Colônia I	23	598,4660
Colônia II	21	590,0000
Vereda I	70	2063,7800
Vereda II*	150	3760,7900
Jacinto Durães	61	1623,8200
Total	525	15.846,19

Fonte: Pereira et al. (2001). *Assentamentos próximos ao Vereda I.

Dessa forma, esta pesquisa surgiu da experiência vivenciada em campo, e da motivação do pesquisador, aspecto analisado por Triviños (1987), como muito importante do ponto de vista instrumental prático.

⁸ “O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador-DRPE, é uma metodologia inicialmente elaborada para intervir, de forma planejada, na complexa realidade dos assentamentos rurais de Reforma Agrária no Brasil. Sua metodologia é composta por uma conjugação de métodos e técnicas de intervenção participativa que permite obter informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo” (Pereira, 1998:1).

1.2. Algumas considerações metodológicas: O trabalho de campo e a análise das informações

Tendo em vista o objetivo de pesquisar o processo migratório para área de assentamentos rurais, levantou-se a seguinte questão: quais as razões que levaram trabalhadores rurais a migrarem do campo para as cidades, e depois para áreas de assentamentos rurais? Buscando responder a essas perguntas, escolheu-se como estratégia de pesquisa o “estudo de caso”⁹, utilizando-se da história oral como técnica principal para a coleta das informações.

Segundo Thompson (1992), a história oral é tão antiga quanto a própria história, “*ela foi a primeira espécie de história*” (Idem, 1992:45). De acordo com o mesmo autor, a história oral pode ser utilizada em diferentes contextos juntamente com outras fontes, possibilitando a construção de uma memória mais *democrática* do passado.

Para Haguette (1992), a história oral se constitui, como todo relato gravado e preservado que tenha por base, a oralidade. Não é uma acumulação simples de dados, pelo contrário, é uma técnica que visa revelar significantes para a compreensão da sociedade.

De acordo com MacNeill, citado por Alencar (1999), a história oral nos permite considerar múltiplos aspectos da história que não estão registrados em documentos. As informações são obtidas por intermédio de entrevistas orientadas, sobretudo por roteiros¹⁰ que possibilitam à pessoa entrevistada interpretar e explicar um fato sobre um acontecimento ou sobre experiências vivenciadas. O mesmo autor aborda que a história oral não visa somente obter informações sobre um passado distante. Ela pode ser usada para o estudo de acontecimentos recentes.

A história oral pode se apresentar como o melhor caminho para se chegar mais perto da experiência vivida pelo ator envolvido na pesquisa. Desta maneira, essa técnica possibilita ao pesquisador entender esse fenômeno

⁹ De acordo com Bogdan, citado por Triviños (1987:134-135) os estudos de caso são divididos em três categorias: Histórico-organizacionais, Observacionais e História de vida.

¹⁰ Segundo Haguette (1992), é necessário um conhecimento do tema a ser pesquisado e dos atores que participaram da entrevista, pois esse conhecimento é que orientará o entrevistador na elaboração do roteiro.

migratório encontrado no campo brasileiro, sob a ótica daquelas pessoas que vivenciaram essa experiência.

Nesta pesquisa os relatos orais permitiram reconstruir a trajetória de vida de migrantes para áreas de assentamentos rurais. O conceito que adotamos aqui para trajetória, vai além de um deslocamento geográfico, pois procuramos ressaltar acontecimentos vividos por migrantes que passaram por diversos processos de mudanças sociais até chegarem ao assentamento.

Dessa forma, procurou-se analisar a trajetória dos assentados do Vereda I, considerando as posições sociais ocupadas por eles ao longo do tempo passando de camponeses¹¹ a trabalhadores assalariados na cidade, até chegarem ao assentamento, percorrendo uma longa trajetória para se tornarem assentados. A partir dessa proposta, procuramos realizar a pesquisa dentro de um processo circular¹².

De acordo com Alencar (1999), o processo circular da pesquisa permite que as pressuposições que o pesquisador buscava ao iniciar o trabalho possam ser alteradas durante o processo de construção do mesmo, possibilitando outros questionamentos, que demandariam novas observações. Por isso, a importância de pré-análises para amenizar os problemas que porventura possam ocorrer, e re-orientar o pesquisador na construção teórica de seu trabalho. Assim, justifica-se o caráter interativo desse tipo de pesquisa.

Além da obtenção das informações por meio de entrevistas semi-estruturadas¹³, utilizou-se de algumas técnicas de DRPE com objetivo de enriquecer o trabalho, pois as mesmas permitiram conhecer as expectativas

¹¹ Segundo Mendras (1978), o camponês é dedicado à terra a que está habitualmente ligado, produzindo alimentos variados e diretamente consumíveis pelo grupo doméstico ou pelos demais. O amor à terra, que é cultivada de geração em geração e simboliza a continuidade familiar, está relacionado a uma racionalidade econômica ou a uma exigência de liberdade. Outro valor fundamental é a continuidade familiar, já que o grupo doméstico e a linguagem são duas instituições chave de uma sociedade camponesa.

¹² De acordo com Alencar (1999), a pesquisa qualitativa começa com um problema e com a identificação do referencial teórico que irá fornecer os embasamentos para a formulação das questões a serem pesquisadas, da coleta das informações, da escolha do local, da elaboração do projeto de pesquisa, do trabalho de campo, da análise das informações e da elaboração do relatório final (dissertação). Um aspecto que diferencia esse tipo de pesquisa da pesquisa quantitativa é a capacidade de interação entre as etapas presentes, seguindo um processo circular de pesquisa.

¹³ Segundo Alencar (1999), a vantagem da entrevista semi-estruturada é que esta permite ao entrevistado manifestar suas opiniões, seus argumentos e pontos de vista.

futuras dos assentados. Essas técnicas foram as seguintes: Construção, Eleição de Prioridades e Desejo Temporal.

A *Construção*: para a realização dessa técnica os assentados se organizaram em cinco grupos. Cada grupo recebeu materiais encontrados no assentamento como gravetos, pedras, saibro, dentre outros. O objetivo foi a construção de “maquetes”, com um tempo limitado, onde os assentados simbolizaram o espaço social em que vivem. Essa técnica possibilitou a todos visualizarem a organização espacial desejada.

A *Eleição de Prioridades*, segundo Pereira (1998), consiste na apresentação de demandas existentes na comunidade por parte dos assentados, tendo como objetivo elegê-las em ordem crescente de prioridade. A eleição é feita através de uma simulação, utilizando-se de cartolinas coloridas¹⁴, cortadas na forma de notas que simbolicamente representam dinheiro para atribuir valores aos votos.

“(…) Nesse momento, os assentados têm a oportunidade de praticarem a democracia interna porque vão eleger suas prioridades após um processo educativo de análise de sua própria realidade, tendo consciência de suas limitações e de suas possibilidades” (Idem, 1998: 13).

Desejo Temporal: na realização desta técnica os assentados dividiram-se em grupos para discutirem o planejamento da comunidade, dentro de um horizonte temporal de dez, cinco e um ano. Por meio desta técnica foi possível identificar a visão dos assentados em relação aos seus objetivos no curto, médio e longo prazo e as respectivas limitações para a realização dos mesmos.

Por fim, foi utilizada a fotografia e a filmagem para registrar detalhes da vida no assentamento como as moradias, as plantações, cenas de reuniões e do cotidiano. Com as imagens¹⁵ captadas foi possível elaborar um vídeo de 14 minutos com depoimentos dos assentados contando suas trajetórias, com objetivo de enriquecer o trabalho.

¹⁴ No caso do Assentamento Vereda I foram utilizadas três cores de cartões com pesos diferentes. Para a construção da técnica “Eleição de Prioridades” foram distribuídos cartões (cartolinas cortadas), representando simbolicamente o dinheiro, para atribuir valores aos votos, da seguinte forma: Azul = R\$ 10,00; Branco = R\$ 5,00; Amarelo = R\$ 1,00 (Pereira et. al, 2001).

¹⁵ Vale ressaltar que foram utilizadas não só imagens de vídeos, mas também fotografias para a elaboração do vídeo.

O trabalho de campo foi realizado em quatro fases. A primeira fase ocorreu entre os dias 14 a 18 de janeiro de 2001, com o início da elaboração do PDA no assentamento Vereda I. Nesta fase, observou-se grande número de pessoas que fizeram o trajeto campo-cidade-assentamento: Esse fenômeno, chamou-me atenção, colocando desafios teóricos não imaginados até então. Assim, voltei a UFV cheio de dúvidas, anotações e anseios para entender esse processo.

A segunda fase foi entre os dias 22 a 24 de março de 2001, quando a equipe retornou ao assentamento Vereda I para concluir o trabalho iniciado em janeiro. Nesta ocasião, tive a oportunidade de conversar com algumas famílias, coletar mais informações com o objetivo de entender esse processo migratório.

A terceira fase ocorreu na primeira quinzena de junho de 2001, quando voltei a campo com a equipe de planejadores para entregar o PDA. Nesta fase pude fazer um mapeamento mais detalhado das famílias do Vereda I, identificando a origem de todas elas. De volta à universidade, com as informações obtidas em campo, definiu-se os critérios para a seleção dos futuros entrevistados que corresponderiam à expectativa proposta. Além de ter como um dos critérios considerado como unidade de pesquisa o assentamento Vereda I, com 70 famílias, outros cinco critérios foram necessários para definir o número de assentados a serem entrevistados, a saber:

- 1) Ter sua origem na zona rural:** foram selecionados os assentados (a), de origem rural, ou seja, aqueles que foram socializados no meio rural;
- 2) Ter migrado para a cidade e retornado para a zona rural, em áreas de assentamentos rurais:** foram selecionados os assentados que moraram no espaço urbano e que migraram para áreas de assentamento;
- 3) Ter trabalhado na cidade em atividades especificamente urbanas:** o assentado deveria ter trabalhado em atividades que se caracterizam como empregos urbanos, como por exemplo, funcionário público civil ou militar, construção civil, metalúrgico, prestador de serviços, camelô, motorista, caminhoneiro, mecânico, dentre outros;
- 4) Ter morado na cidade pelo menos por 10 anos:** este número se refere à média aproximada em anos vividos na cidade, pelas famílias do assentamento Vereda I, que moraram em centros urbanos;

5) Não ser do estado de Goiás ou estados vizinhos: este critério, por um lado, teve como objetivo limitar o número de entrevistados, porque a técnica utilizada não permite trabalhar com um número muito grande de atores num curto espaço de tempo e por outro, priorizar imigrantes que se deslocaram de outras regiões do Brasil.

Com os critérios definidos, sete assentados foram selecionados e, em seguida, foi elaborado um roteiro, para servir de orientação sobre o assunto das entrevistas. Houve o cuidado de obedecer a uma ordem cronológica das histórias dos migrantes, considerando seis fases na vida dos entrevistados, a saber:

Origem: teve como objetivo conhecer a vida dos entrevistados na época em que eram moradores do campo, ou seja, conhecer seus hábitos, costumes e forma de viver. Conhecer também como era a relação com os parentes, com a terra, as formas de produção, a descrição do local de origem e as perspectivas em relação ao futuro;

A decisão de migrar para a cidade: o objetivo foi entender porque o entrevistado resolveu mudar para a cidade. Quais os motivos que o levaram a migrar para a cidade. Processos como a modernização da agricultura, condições climáticas, atração da cidade, tamanho da propriedade, insuficiente para suprir as necessidades de toda a família, políticas desenvolvimentistas poderiam constituir fatores que influenciariam sua decisão, Procurou-se compreender se a influência de vizinhos ou parentes foi importante para a tomada de decisão de partir, e os motivos para a escolha da cidade destino;

A vida na cidade: o interesse, nesta parte era conhecer como foi o trajeto, as condições de viagem do local de origem até a cidade escolhida, como o migrante conseguiu dinheiro para a viagem e se o mesmo foi o primeiro da família a migrar. Procurou-se analisar dificuldades encontradas para conseguir emprego, tipo de emprego que conseguiu, local em que foi morar, com quem foi morar, se foi apresentado no trabalho por amigos ou parentes, mandava ajuda para a família que ficou no local de origem, como era o contato com os parentes que ficaram, migrou muitas vezes, quais os motivos que levaram a esse freqüente deslocamento, como era a vida na cidade, como eram os costumes. Buscou-se, também saber se o migrante, atualmente assentado no Vereda I, freqüentava na cidade, algum festejo ou local típico da

sua região como por exemplo, a feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro que é o local de encontro dos nordestinos, se constituiu família, se em algum momento teve vontade de voltar para o local de origem;

A decisão de migrar da cidade para o acampamento: nesta seção procurou-se entender porque o entrevistado depois de morar por muitos anos na cidade resolveu partir para um acampamento. Como ficou sabendo do acampamento, se foi sozinho ou em grupo, participou da ocupação, como foi a ocupação, se foi pacífica ou violenta, quanto tempo levou para sair a imissão de posse, qual era a informação que o entrevistado tinha sobre Reforma Agrária, como foi a ocupação de terras, o acampamento, sua relação com movimentos sociais como sindicatos, MST, CONTAG e outros. Qual era sua opinião sobre essas questões;

A vida no acampamento e no assentamento: nesta etapa buscou-se conhecer como era a rotina de trabalho e como este era dividido, a forma de conseguir alimento e quais eram esses; as formas de convivência com os novos companheiros; a formação de grupos; as reuniões; o local destinado para a construção das barracas. Como aconteceu o sorteio das “chácaras”, como foi o “cortar a fazenda na corda” ¹⁶, quem participou; como foi a construção das moradias e o que levou em conta (materiais disponíveis, o local e a forma de construir). Quais as atividades desenvolvidas, essas atividades eram iguais ou diferentes das que ele desenvolvia na roça, no seu local de origem, como foi feito o trabalho, em grupo ou individualmente, se em grupo, como esses foram formados, como se deu a participação na associação, quais as formas de lazer, de religião e de festas que são comemoradas no assentamento, vai muito à cidade;

A vida futura: para encerrar as entrevistas, buscou-se entender quais as expectativas do assentado em relação ao seu futuro, como a melhoria das condições de vida da família, as “chácaras” formadas, o que pretendem cultivar, os sonhos que realizaram e os que faltam se realizar.

Vale ressaltar que o roteiro serviu de orientação para a realização das entrevistas, para que nenhum ponto importante deixasse de ser abordado.

¹⁶ Com um arame liso de pouco mais de 50 metros e um esquadro de 4X3 metros, os assentados demarcaram toda a fazenda em lotes de 1000 metros de lateral com 200 metros de fundos, totalizando 20 hectares para cada família, num total de 70 chácaras.

Porém, o mesmo não foi rígido permitindo que outras questões surgissem a partir de desdobramentos de questões do próprio roteiro.

A quarta fase do trabalho de campo corresponde às entrevistas, que foram realizadas entre os dias 18 de agosto a primeiro de setembro de 2001, com sete assentados. Além das entrevistas, outros assentados colaboraram com a reconstituição da história do acampamento e das dificuldades vividas por eles naquele período. Esse momento foi muito importante, pois contribuiu para resgatar a história referente à trajetória do próprio grupo, que ainda não havia encontrado oportunidade para isso. Eles mobilizaram todo o assentamento para organizar o material como foto, recorte de jornal, abaixo assinado, enfim, tudo que contava a trajetória do grupo.

Além disso, participei de uma conversa com alguns diretores da associação com objetivo de conhecer as dificuldades e conquistas obtidas por eles. Outros momentos importantes para a coleta de informações foram as três reuniões nas quais participei, em que estavam presentes quase todas as 70 famílias. Essas reuniões tinham como objetivo discutir a assistência técnica necessária para a elaboração dos projetos individuais para o financiamento do PRONAF, resolver as pendências das famílias que não haviam assinado o contrato e orientar aquelas que encontraram dificuldades de utilizar os recursos do Crédito Apoio para a compra de materiais.

Nesse período, convivi diretamente com as famílias do assentamento que foram entrevistadas, e tive a oportunidade de compartilhar momentos importantes com o grupo, como a euforia na assinatura do contrato e a chegada de materiais como arame, telas, moedores, dentre outros, que haviam sido adquiridos com o crédito instalação¹⁷, liberado pelo INCRA. A aproximação sucessiva ocorrida durante o ano facilitou muito o trabalho de campo, porque os assentados explicaram que o INCRA gosta de uma “fofoca”. Assim, se eles não tivessem me conhecido anteriormente e aprovado o trabalho que a equipe do PDA realizou, dificilmente eu teria conseguido concretizar esta parte da pesquisa, porque, segundo eles, alguns assentados poderiam pensar que eu

¹⁷ O valor do crédito instalação em 2001 era de R\$ 1400, 00, (um mil e quatrocentos reais) sendo R\$ 400,00 (quatrocentos reais) destinados à compra de gêneros alimentícios e R\$ 1000, 00, (um mil reais) para a compra de ferramentas ou para o pagamento de horas de trator.

fosse “pente fino” que o INCRA havia mandado para tirar as pessoas de suas “chácaras”.

Pude perceber o carinho que todos os assentados realmente tiveram comigo, principalmente aqueles entrevistados. Muitos assentados reclamaram porque eu não os visitava em suas casas, ou porque eu não os entrevistava¹⁸. Isso foi muito importante para a realização do trabalho porque me proporcionou segurança para realizá-lo. Eles chegaram a “brincar” que eu estava parecendo andarilho, com uma mochila com apetrechos, um saco de dormir, um gravador e um cantil, que foram objetos inseparáveis nesses 15 dias de pesquisa de campo. Mas, durante o trabalho, algumas dificuldades foram encontradas, como:

Deslocamento: considerando que eu não possuía veículo e que o local em que me encontrava, o assentamento Vereda II, ficava em média 12 quilômetros do Vereda I, o deslocamento no início do trabalho foi uma dificuldade, a qual foi superado quando resolvi ficar na casa de um dos entrevistados do Vereda I;

Entrevistas: alguns entrevistados demonstraram inquietação durante as entrevistas. Também pude perceber que alguns ficaram impacientes para relatar toda a sua trajetória em uma visita, o que não era meu objetivo, ou seja, explorar tudo em duas horas. Quando isso acontecia, procurava conversar sobre outro assunto ou pedia para conhecer a roça, lugar onde o entrevistado estava pretendendo plantar nesse ano, algo que julgasse importante para ele;

Anotações: tentei, no início, anotar e gravar toda a entrevista. Porém, nas primeiras visitas, percebi que esta dinâmica não seria possível, porque acabava perdendo um pouco do raciocínio. Então passei a utilizar somente o gravador. Em momento algum este equipamento causou algum tipo de constrangimento aos entrevistados e vale ressaltar que o uso do gravador se deu com consentimento dos mesmos;

Memória: pude perceber que alguns entrevistados demonstraram dificuldades em reconstruir sua trajetória de vida, dentro de uma ordem cronológica. Isto provocou, por algumas vezes, interrupção das entrevistas

¹⁸ Assim disse uma assentada “Marcelo: por que você também não vai na minha casa para eu contar as dificuldades que passamos para conseguir essa terra ?! [sic]” (25/08/2001).

para que fossem feitos mapas¹⁹ para simbolizar lugares e datas por onde os entrevistados haviam passado. Esses mapas “rusticamente” desenhados durante algumas entrevistas, agradaram aos entrevistados e causaram espanto em alguns, quando ficava visível sua caminhada ao longo do tempo. Depois que as datas e os lugares foram colocados no papel, ficava mais fácil para o entrevistado visualizar seu deslocamento, o que facilitava o desenvolvimento da entrevista.

Nessa primeira semana de trabalho de campo fiquei na parte, do assentamento denominada pelos assentados como “mata”²⁰, hospedado na casa de um assentado. Assim foi possível entrevistar três assentados selecionados, que moravam nesta parte do assentamento. Realizei pelo menos três visitas, quando passava, pelo menos, uma parte do dia com o entrevistado. Esse número de visitas foi definido junto com eles, pois se encontravam no período de preparar a terra para plantar e organizar o material que estava chegando, para a construção de cercas. Finalizando essas entrevistas, fui para a sede do assentamento Vereda II, que era provida de energia elétrica e onde se encontrava o restante do meu material. Fiquei dois dias neste local transcrevendo as fitas gravadas. Queiroz (1983) considera que o ideal é que a transcrição das entrevistas seja realizada pelo próprio pesquisador que entrevistou o informante, pois:

“Ouvir e transcrever a entrevista constitui, para ele, [entrevistador] um exercício de memória em que toda a cena é revivida: uma pausa do informante, uma tremura de voz, uma tonalidade diferente, uma risada, a utilização de determinada palavra em certo momento, reavivam a recordação do estado de espírito que então detectou em seu interlocutor, revelam aspectos da entrevista que não haviam sido lembrados quando efetuou o registro do dia no caderno de campo, ou mesmo dão a conhecer detalhes que, no momento da entrevista, lhe escaparam” (Idem, 1983:82).

Neste local, foi possível analisar algumas informações coletadas, que de acordo com Alencar (1999), facilita a interação entre pesquisador e pesquisado. Essa análise pode ser considerada parcial, em que a mesma

¹⁹ Esses mapas foram desenhados pelos entrevistados, em papel A4, onde os mesmos relacionaram as datas com os diversos locais por onde passaram, ficando mais fácil reconstituir a trajetória cronológica dos entrevistados.

²⁰ A definição de “mata” pelos assentados, encontra-se no Glossário.

auxiliará na identificação de novas situações a serem observadas e de temas a serem abordados nas novas entrevistas.

Após esse intervalo de dois dias, retornei ao assentamento Vereda I para dar continuidade às entrevistas. Nesta fase, as dificuldades relacionadas com deslocamento foram superadas, pois uma família do assentamento disponibilizou uma moto, além de me receber em sua casa onde permaneci até o final do trabalho. Esta família mora em uma parte do assentamento denominada por eles como “beira rio”.

Com os assentados entrevistados da “beira rio” e da área central do assentamento, foi adotado a mesma dinâmica anterior, porque estes também estavam atarefados, fazendo cercas e preparando a terra para o plantio. Nos intervalos das entrevistas, procurava conversar com algumas pessoas no sentido de resgatar a história de ocupação da área, dentre as quais, a antiga moradora da fazenda, que relatou a história da região da fazenda Serra Feia.

Na finalização do trabalho de campo, todos cobraram meu regresso e pediram, que quando fosse possível, que retornasse com uma cópia da dissertação, para que eles pudessem guardar de “recordação”. Isto revelou-me a importância deste trabalho também para eles que reconheceram nele o resgate de uma história em que têm voz e são protagonistas.

Retornando do trabalho de campo, iniciou-se a organização das informações obtidas, seguindo a ordem descrita logo abaixo:

1. Finalização das transcrições das entrevistas gravadas;
2. Análise dos diferentes documentos fornecidos gentilmente pelos próprios assentados, como fotos, estatutos e mapas;
3. Leitura de todas as entrevistas, com objetivo de extrair das mesmas as informações necessárias;
4. Organização e análise dos dados secundários²¹, sendo os mesmos apresentados em tabelas e gráficos, com objetivo de resumir e colocar

²¹ Segundo Bardin (1991), os dados brutos, como os dados secundários obtidos durante a coleta do trabalho, deverão ser primeiramente organizados para posteriormente serem analisados. E devem ser apresentados de maneira resumida, o que facilita a visualização das informações que o pesquisador gostaria de apresentar.

em destaque as informações fornecidas pela análise. As fontes dos dados secundários utilizados podem ser vistas na Tabela 1A, em anexo.

Com as informações coletadas e analisadas, procurou-se relacioná-las com as referências teóricas pertinentes, considerando, principalmente, as interpretações dos próprios entrevistados sobre o tema.

2. MIGRAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

“Os migrantes geralmente deixam suas casas cheios de esperança, os refugiados as abandonam com medo, todos são impulsionados pelo instinto de sobrevivência. Apanhados em redemoinhos de pobreza e violência, sua salvação é fugir. A maioria dos migrantes do terceiro mundo vão para as cidades, onde freqüentemente moram com os parentes que os precederam até construir seus próprios barracos rudimentares (...).”
(Êxodos, fotos de Sebastião Salgado, 2001).

Neste capítulo, o fenômeno migratório é analisado teoricamente em suas causas e conseqüências, focalizando a região Centro-Oeste do Brasil.

O capítulo está dividido em cinco seções e duas sub-seções. A primeira seção está relacionada, de forma bem resumida, à amplitude do fenômeno migratório no mundo e no Brasil.

Na segunda seção, são apresentadas as principais causas que levaram muitos trabalhadores brasileiros a migrarem de uma região para outra, principalmente do campo para as cidades.

A terceira seção trata das correntes migratórias internas a partir do processo de urbanização brasileira, iniciada na década de 1930. Em uma sub-seção dar-se-á ênfase ao fenômeno na região Centro-Oeste, e na outra são apresentadas as transformações ocorridas na região Centro-Oeste com a construção de Brasília, a explosão demográfica que aconteceu na região do Entorno, assim como as conseqüências desse fenômeno.

Na quarta seção, será discutida a formação dos assentamentos na região do Entorno, como consequência de uma política fundiária excludente e da “pressão” exercida pelos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Na última seção será feita uma discussão sobre a Reforma Agrária e o ritual de que o migrante é personagem até a “conquista da terra” assim como a formação do assentamento como um novo espaço de produção e de sociabilidade.

2.1. Amplitude do fenômeno migratório

Historicamente a migração tem contribuído para o processo de povoamento de cidades, regiões e continentes. Essa relação está intimamente ligada às condições de expulsão e atração que esses migrantes²² vivem.

Segundo Klein (2000), a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas origens, porém o fazem quando descobrem que não conseguirão sobreviver em suas comunidades. Numa pequena parcela dos casos, a migração se dá por perseguições políticas, religiosas ou raciais. Sendo assim, as condições econômicas constituem um dos fatores mais importantes na “expulsão” de mão-de-obra. O mesmo autor chama atenção para a importância de compreender esses fatores:

“(…) três fatores são dominantes: o primeiro o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. Na primeira categoria estão as questões que envolvem a mudança dos direitos sobre a terra, suscitada via de regra pela variação da produtividade das colheitas, causada, por sua vez, pela modernização agrícola em resposta ao crescimento populacional. Nas grandes migrações do século XIX e XX - época em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – o que de fato contava era a combinação desses três fatores” (Idem, 2000:14).

Para Klein (2000), a Europa, a partir do século XVIII, mantém as taxas de mortalidade estáveis, o que acaba provocando aumento populacional, pressionando o setor agrícola de cada país a atender a crescente demanda alimentar. Os métodos tradicionais de acesso à terra são modificados, a

²² Segundo Costa (1975), migrantes são pessoas que residem em regiões ou municípios diferentes daqueles onde nasceram.

agricultura passa a implementar novas tecnologias, que absorve um número reduzido de trabalhadores, num período em que o índice de mortalidade infantil começa a se estabilizar, o que contribui para aumento do tamanho das famílias, e conseqüentemente, aumento da oferta de mão-de-obra. Diante dessa situação, a alternativa encontrada por muitos europeus foi a de migrar para as colônias, onde as terras eram abundantes e a mão-de-obra era escassa, terras localizadas principalmente na América.

Segundo Klein (2000), na época do primeiro Censo Federal dos Estados Unidos, em 1790, contaram-se 3,1 milhões de colonizadores brancos e 757 mil escravos africanos. Em 1820 a população estadunidense totalizava 7,8 milhões de brancos e 1,7 milhão de escravos²³. Os Estados Unidos passaram a ser um foco de atração de migrantes europeus por causa da grande oferta de terras, tendência essa que se repetiu nos séculos seguintes.

De acordo com o mesmo autor, no século XVIII, cerca de 400 mil portugueses vieram para o Brasil. Neste mesmo século, houve aumento significativo na entrada de escravos que vieram trabalhar, em sua maioria, na mineração recém descoberta. Nesse período, foram perto de 1,9 milhão de africanos trazidos para o Brasil.

Klein (2000) também afirma que o fenômeno migratório para a América, iniciado no processo de colonização, começa a declinar com a primeira Guerra Mundial, em 1914. As economias de nações como a dos Estados Unidos começam a declinar e o *xenofobismo* passa a ganhar expressão nas políticas imigratórias, criando cada vez mais mecanismos de restrição ao imigrante. A partir da Segunda Guerra, a migração internacional transatlântica passou a readquirir importância para a Europa.

“Essa migração, porém, era de um tipo novo, agora de trabalhadores qualificados e profissionais. Não só trouxe imigrantes para os países tradicionais de recepção, como o Canadá, os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, mas também incorporou economias novas e rapidamente crescentes” (Idem, 2000:27).

Entre 1952 e 1972, cerca de 838 mil europeus vieram para a América, dos quais mais ou menos 300 mil foram para os Estados Unidos, 200 mil para o Canadá e 338 mil para a América Latina. A partir da década de 60, os

²³ Em 1808 o comércio de escravos da África para a América do Norte tinha sido fechado (Klein, 2000: 21).

migrantes asiáticos e dos países vizinhos passaram a substituir os europeus na imigração para a América (Ibidem, 2000).

Muitos imigrantes asiáticos migravam em consequência de sucessivas guerras na região, como a guerra do Vietnã, da Coréia, dentre outras. Muitos ficavam na região, em países que não se encontravam em conflitos, porém muitos foram para países como os Estados Unidos. De acordo com Salgado (199?), no Vietnã do Sul, desde que os comunistas assumiram o poder em 1975, cerca de 800 mil pessoas fugiram do país, principalmente de barco.

As migrações internas em um país são outro ponto que merece ser observado, pois toda a reorganização populacional de um país está relacionada com significativas transformações geográficas e sociais. Podemos citar países como México e Brasil que, em poucas décadas, tiveram suas populações rurais migrando para o espaço urbano, o que tem contribuído para grandes transformações nessas sociedades, principalmente relacionadas com a economia.

Segundo Salgado (199?), no caso do México a população urbana, em aproximadamente 35 anos, pulou de 8% para algo próximo de 72%, devido ao grande número de migrantes, que foram para as cidades em busca de emprego. A região metropolitana da Cidade do México, um dos principais destinos desses migrantes, é considerada a maior área metropolitana do mundo com uma população de 20 milhões de pessoas.

No Brasil, a reorganização populacional interna começou a acelerar com a urbanização iniciada no final da década de 30 e ganhou amplitude a partir das décadas de 40 e 50 com o desenvolvimento da malha rodoviária, dos meios de comunicação e com o aumento da industrialização, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Costa (1975) argumenta que no caso de São Paulo essa industrialização se deve ao fato principal do estado ter sido o maior produtor de café, e no caso do Rio de Janeiro por este ser o centro de concentração política e administrativa brasileira até a fundação de Brasília. Segundo o mesmo autor, os preços dos produtos agrícolas brasileiros estavam ligados aos preços internacionais, ou melhor, dos produtos agrícolas internacionais. Assim, o seu declínio na década de 30 contribuiu com o deslocamento de populações do campo para as áreas urbanas em fase de industrialização.

Outros fatores podem também ser apontados como causadores da migração, dentre eles, fatores climáticos, como as secas que levam milhares de trabalhadores a abandonarem as suas terras. Desta forma, principalmente as regiões onde as condições climáticas são adversas, tornam-se freqüentemente grandes “pólos de expulsão de mão-de-obra” (Taube, 1986).

Entretanto um dos fatores principais que contribui para o deslocamento de populações no Brasil está relacionado com as transformações ocorridas na agricultura na década de 60. De acordo com Delgado (1985), o marco temporal correntemente aceito para delimitar o início dessa transformação agrícola é o ano de 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essas políticas beneficiaram, principalmente, grandes proprietários de terras, com condições para realizar investimentos em produtos agrícolas para exportação. Os camponeses acabaram sendo excluídos desse processo e, até mesmo, em alguns lugares, expropriados da terra em que viviam há várias gerações.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, as políticas de crédito tinham objetivos claros de valorização da terra o que acabou contribuindo para a manutenção da concentração fundiária.

“(…) toda gama de benefícios diretos ou indiretos à propriedade fundiária, que supostamente se inscrevem nos ditames da ‘política de desenvolvimento rural’, é, na verdade, um enorme reforço ao movimento de valorização da propriedade territorial, que de resto está presente endogenamente no processo de desenvolvimento capitalista. Está, também, em clara oposição ao espírito do Estatuto da Terra, relativamente às normas que tratam de limitar a formação de latifúndios rurais, que infelizmente ficaram definidas por critérios puramente físicos de dimensão econômica” (Idem, 1985:104).

Esse quadro favoreceu o grande êxodo rural brasileiro, com a migração de aproximadamente 14 milhões de pessoas, na década de 60 e 15 milhões de pessoas, na década de 70. Na Tabela 2, pode-se observar a variação entre população rural e urbana no Brasil durante quase todo o Século XX. Nessa Tabela é possível observar a crescente concentração de população na cidade.

Tabela 2. População residente, por situação de domicílio no período de 1940-2000

Anos	Total Rural	Total Urbana	Total Geral	(%) Rural	(%) Urbana
1940 (1)	28.356.133	12.880.182	41.236.315	68,76	31,24
1950 (1)	33.161.506	18.782.891	51.944.397	63,84	36,16
1960	38.767.423	31.303.034	70.070.457	55,33	44,67
1970	41.054.053	52.084.984	93.139.037	44,08	55,92
1980	38.566.297	80.436.409	119.002.706	32,41	67,59
1991	35.834.485	110.990.990	146.825.475	24,41	75,59
1996 (2)	33.993.332	123.076.831	157.070.163	21,64	78,36
2000 (3)	31.835.143	137.755.550	169.590.693	18,77	81,23

Fonte: IBGE dados históricos dos Censos, (1) população presente, (2) contagem da população, (3) resultados preliminares do Censo.

Esse processo de migração acabou transformando a própria estrutura da sociedade brasileira, assim como os aspectos demográficos, econômicos e sociais.

2.2. As causas da migração rural/urbana no Brasil

Segundo Albuquerque (1990), a concentração fundiária é um fator importante que favorece a migração rural/urbana, pois em regiões como o Nordeste que tem uma alta concentração de terras, somada às relações de poder exercidas pelos latifundiários, fazem com que a migração para as cidades seja uma alternativa à exploração e à dominação que os trabalhadores rurais enfrentam.

Para Osório (1978), a migração está diretamente relacionada com a acumulação de capital, e neste caso, nas cidades esta é mais rápida, o que eleva a demanda de trabalho urbano. Já, no campo, a demanda por trabalho diminuiu com a intensificação capitalista, o que acaba provocando a migração de muitos trabalhadores, em busca de trabalho, para outras regiões principalmente para as cidades.

“A demanda por trabalho agrícola diminui com a intensificação capitalista no campo, inflando a oferta de trabalho que tende a migrar

para as cidades e metrópoles quando não existem áreas disponíveis com potencialidade produtiva agrícola” (Idem, 1978:603).

De acordo com Osório (1978), o problema fundiário, associado à alta concentração de terras nas mãos de poucos, em áreas de ocupação antiga e em áreas de fronteira agrícola, tem provocado a exclusão de pequenos produtores, trabalhadores rurais e posseiros, no sentido de inviabilizar a ocupação dessas áreas por uma agricultura familiar.

Para o mesmo autor um exemplo de exclusão do pequeno produtor em fronteiras agrícolas foi o projeto Jarí na Amazônia, durante a década de 70, no qual a estrutura fundiária era direcionada para cultura de exportação, o que impossibilitava a exploração das terras pelos pequenos produtores.

“A Jarí antecipa-se como proprietária da terra, tendo oficialmente em vista expandir suas culturas agrícolas de exportação e a produção mineral exportável e, então, antes de as frentes camponesas ou mesmo pequenos produtores competitivos lá penetrarem, já encontram o bloqueio legal e a situação de ‘fato consumado’, em que o grande capital (no caso, estrangeiro) impede o uso (que dirá a posse) da terra brasileira pelos camponeses e pequenos proprietários brasileiros que dela necessitam para a sua sobrevivência” (Ibidem, 1978:615).

A esses trabalhadores restou a alternativa de migrarem para as cidades, que estão, na maioria das vezes, despreparadas para receber o grande número de trabalhadores rurais.

Além da concentração fundiária, a modernização da agricultura também contribuiu para que milhares de brasileiros deixassem o campo, principalmente entre as décadas de 60 e 80. Esta modernização, por um lado, aumentou a produtividade, mas por outro abalou de forma significativa as relações de emprego e trabalho rural, principalmente por dois fatores: a especialização²⁴ da propriedade (monocultura) e a mecanização desta. Estudos realizados por D’Incao (1976), na região de Alta Sorocabana, estado de São Paulo, mostraram que no ano de 1971, 300 famílias de arrendatários ficaram desempregadas com a transformação de 1000 alqueires de algodão em pastagens. Assim, “a mão-de-obra necessária passou a ser, aproximadamente, de meia dúzia de ‘peões’ assalariados” (Idem, 1976:72). Fatores como este

²⁴ “(...) do ponto de vista social, a especialização gera o desemprego estacional devido ao uso descontinuo de mão-de-obra. Ou seja, a sazonalidade de ocupação de mão-de-obra agrícola se acentua à medida que uma região se especializa no sentido que passa de uma policultura a uma monocultura qualquer” (Silva, 1982:145).

fizeram com que muitos trabalhadores migrassem para as periferias das grandes cidades em busca de trabalho.

O aumento da sazonalidade do processo produtivo, envolvido nas etapas de especialização e mecanização, fez com que as relações de trabalho tendessem a ser temporárias. Essa situação implicou na necessidade de aumento da fração de trabalhadores em determinadas épocas do ano e conseqüentemente do aumento dos fluxos migratórios sazonais entre regiões e propriedades.

Em estudo realizado por Botelho (1995), constatou-se que em regiões mais capitalizadas como o município de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, a grande oferta de mão-de-obra possibilitou que as empresas que contratam trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar criassem rigorosos critérios de seleção, excluindo muitos trabalhadores e principalmente muitas mulheres, quando algumas usinas passaram a exigir, inclusive, atestados de esterilidade.

Segundo Silva (1981), com a modernização da agricultura surgiram novas categorias de trabalhadores como os volantes, considerados proletários, trabalhadores desprovidos dos meios de produção, obrigados a venderem sua força de trabalho para garantir a subsistência. Para este mesmo autor, os problemas fundamentais do trabalhador volante são a falta de emprego permanente e a baixa remuneração, em que a simples presença física da colheitadeira de uma determinada cultura numa região contribui para depreciar os salários pagos a estes trabalhadores. Fogem a esta tendência de trabalho temporário os trabalhadores especializados (tratorista, motorista, retireiro, etc) que são essenciais para a manutenção da propriedade.

O impacto social decorrente das transformações ocorridas na agricultura contribuiu para aumento da concentração urbana, do desemprego e da violência. Segundo Fernandes (s.d) esse fenômeno de transformação da sociedade moderna levou aproximadamente, 300 anos na Inglaterra, 200 anos nos Estados Unidos e no Brasil essas mudanças ocorreram em apenas três décadas. Seguindo essa linha de raciocínio, Singer (1973) considera que o processo migratório está associado a fatores como mudanças nas bases de produção da agricultura com o uso da mecanização, do insumo e da tecnologia, e com a própria estagnação que se manifesta na forma de

crescente pressão populacional sobre disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas pela insuficiência física da terra ou pela monopolização da mesma por grandes latifundiários.

Para Ribeiro et al (1998), além da consideração acima, o crescimento econômico acelerado das cidades contribuiu para atrair o homem do campo, oferecendo a possibilidade de elevação da renda e demandando trabalhadores com pouca qualificação, que ingressavam no mercado de trabalho pelo setor de construção civil ou de serviços domésticos.

Romeiro (1994) considera que o motivo de o trabalhador rural migrar para as cidades é a falta de emprego no campo, porque o trabalhador fica sem condições de sobrevivência. Dessa maneira, sem emprego, ele vai para as cidades, independentemente das oportunidades de trabalho que poderá encontrar. Outro fator seria a qualidade de vida que o trabalhador rural vai buscar nas cidades, pois nestas a qualidade de vida da população favelada e subempregada pode ser, apesar de tudo, superior à do campo, onde o trabalhador rural enfrenta problemas como a falta de escola para os filhos, a falta de assistência médica, dentre outros.

Segundo Durhan (1978), a migração não pode ser entendida simplesmente como um deslocamento geográfico, necessitando considerá-la também como uma mobilidade no universo social.

“Uma família que se muda não vai apenas morar em outro lugar - vai morar com outras pessoas, desse modo a movimentação é definida freqüentemente, antes pela alteração nas relações sociais que pela modificação do lugar geográfico de residência” (Idem, 1978:137).

Ainda, de acordo com a mesma autora, os motivos que levam o trabalhador rural a migrar não estão relacionados com uma situação anormal de fome ou miséria, ocasionadas por calamidades naturais, ao contrário, este migra quando suas condições normais de existência não permitem que ele “melhore de vida”. Porém, isto não quer dizer que as calamidades naturais não sejam motivos que o levem a migrar. Para Durhan (1978), os fatores que influem na decisão de partir são: a perda da propriedade, a falta de emprego, a morte de parentes, a insistência de um parente que “está bem” em outro lugar e uma situação de vida difícil, que é vista como permanente. Para os migrantes, as condições desfavoráveis da vida rural são definidas como a miséria, a falta de conforto, o trabalho “duro”, a incerteza da produção e a

impossibilidade de melhoria de vida. Portanto, a condição da vida rural, considerada difícil para o migrante, é uma situação permanente e não passageira.

O trabalhador que resolve migrar normalmente escolhe um local em que será amparado e onde receberá ajuda de um migrante mais antigo ou “aventureiro”. Por isso, a decisão sobre o destino do migrante, na maioria das vezes, depende das relações com parentes ou conhecidos que migraram primeiro, o que foi comprovado em estudos feitos por Durhan (1978), através de entrevistas realizadas com migrantes em São Paulo:

“Vejam o caso de uma família originária do Ceará. O pai ainda mora lá e tem terras onde planta e cria algum gado. A família incluía o pai, a mãe e 9 filhos (sete masculinos e dois femininos). O filho mais velho veio primeiro. Era solteiro e queria ‘aventurar’. Havia muitos conterrâneos aqui e ele tinha tido notícias por amigos que haviam emigrado e voltavam para visitas. Veio com um desses amigos, com quem se hospedou e que lhe arranhou um emprego de lavador de pratos. No ano seguinte, mandou chamar o irmão (o seguinte na ordem de idade) porque achava que a cidade grande oferecia ‘melhores oportunidades’. Os dois ficaram morando juntos numa pensão e trabalhavam no mesmo restaurante. (...) tempos depois, outros dois irmãos (os seguintes na ordem de idade) resolveram vir também, entusiasmados com o sucesso dos que aqui estavam. Com eles veio outro rapaz, primo deles. Os já estabelecidos arrumaram emprego para todos em restaurantes. Estão todos muito satisfeitos, (...)” (Idem,1978:128 - 129).

Tomando como referência esta citação, Durhan (1978) argumenta que quando um trabalhador rural resolve deslocar-se em busca de trabalho, o mesmo procura acompanhar as rotas que foram percorridas anteriormente por parentes e amigos, indo com conhecidos ou à procura destes, normalmente sozinho ou em pequenos grupos, de duas ou três pessoas. Dessa forma, as relações pessoais servem de referência para a movimentação espacial destes trabalhadores. Esta constatação poderá ser observada neste trabalho, na seção 3.2, onde será feita a análise de relatos dos entrevistados.

2.3. As principais rotas migratórias brasileiras

O destino e a origem dos migrantes estão diretamente relacionados com o padrão de desigualdade entre regiões. No caso brasileiro, a região Sudeste, principalmente no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, onde se concentra o poder econômico, é o centro que historicamente têm atraído fluxos de migrantes. Estes vêm, em sua maioria, dos estados da região Nordeste que, normalmente, é uma região “expulsora” de mão-de-obra, principalmente, devido à economia nordestina não conseguir acompanhar a taxa de crescimento vegetativo²⁵ positivo da região, não gerando empregos suficientes para toda a mão-de-obra, o que acaba forçando o excedente a migrar em busca de oportunidades.

Para Leite (s.d.), a estrutura fundiária que se mantém na região Nordeste favorecendo os grandes fazendeiros, o cultivo da monocultura destinado a exportação e as relações de trabalho servil, na qual a mão-de-obra é aproveitada residualmente pelo monopólio dos latifúndios, podem ser considerados como motivos que levam grande número de migrantes nordestinos a buscarem o “Sul” para viverem.

Estudos realizados por Garcia Jr. (1989) no Agreste e no Brejo da Paraíba demonstraram que sem condições de até mesmo sobreviver, muitos migrantes nordestinos vão para o “Sul” em busca da liberdade, ou seja, saem dos seus locais de origem com intuito de saírem da condição de sujeição²⁶ imposta, principalmente, pelo uso da força e pelo poder de fazendeiros ou antigos coronéis. A migração para o “Sul” representa a possibilidade de juntar dinheiro para comprar um pedaço de terra e se libertar.

O meio de transporte que estes migrantes nordestinos utilizavam para sair de seus locais de origem em direção ao “Sul”, entre as décadas de 50 a 70 era os caminhões paus-de-arara. Nas carrocerias desses caminhões cobertas com lonas tábuas de madeira, eram colocadas transversalmente. O percurso demorava vários dias até chegar ao seu destino. Nessas viagens, os migrantes levavam muito mais do que esperanças e alguns poucos objetos pessoais. A

²⁵ Crescimento vegetativo é a diferença entre os números de nascimento e de morte de uma região específica, podendo ser positivo, nulo ou negativo. Positivo: quando o número de nascimentos é maior que o de mortes. Negativo: quando o número de nascimentos é menor que o de mortes. Nulo: quando o número de nascimentos é igual ao de mortes.

²⁶ Camponeses sujeitos a imposição dos patrões vivendo numa relação de subordinação e dominação, entre camponeses e latifundiários (Garcia JR. 1989).

bagagem continha todo um conhecimento adquirido anteriormente, um saber acumulado através de gerações, mas que não os qualificava para novas relações de trabalho que efetivamente possibilitassem a superação da sujeição.

Para Osório (1978), o crescimento do fluxo migratório variou bastante entre 1950 a 1970. As regiões que apresentaram maior crescimento foram Sudeste, Centro-Oeste e Amazônia Legal. A intenção do governo era que a região Amazônica fosse colonizada por pequenos produtores porém, em 1974, o governo militar passou a assumir a defesa da grande empresa rural²⁷, enaltecendo o seu papel e a sua qualidade como eficiente colonizadora da Amazônia, em que o papel dessas empresas era fundamental para a integração da região, uma clara posição de privilegiar o capital sobre o trabalho.

Em estudos realizados sobre migração no Brasil na década de 80, Ribeiro (1996) demonstra que com a crise econômica, a migração para as grandes cidades diminuiu devido ao aumento da violência, da redução de opções de emprego, ao mesmo tempo em que cresciam, relativamente, as ofertas de ocupação nas cidades médias, ocasionando migração intra-regional. Desta forma, os migrantes passaram a ir para municípios mais próximos, para cidades pólos regionais ou para novos centros urbanos emergentes. A região Sudeste foi aquela que mais recebeu migrantes, e a maioria destes vieram da região Nordeste. Apesar disso, o Nordeste demonstrou uma tendência de queda no seu saldo migratório, mas ainda desponta como a principal região “expulsora” de mão-de-obra. Na Tabela 3, é possível observar os saldos migratórios, a população e a taxa de crescimento nas regiões brasileiras, durante a década de 80.

²⁷ Segundo Osório (1978:615), o governo militar passou a alimentar o mito de que os pequenos produtores seriam depredadores da ecologia amazônica.

Tabela 3. Saldo migratório, população presente e taxa de crescimento nas regiões brasileiras durante a década de 80

Regiões	Entraram	Saíram	Saldo migratório positivo	Saldo migratório negativo	População residente em 1991	Taxa média de crescimento *
Centro-Oeste	1,7 milhão de pessoas	1,2 milhão de pessoas	523.000 pessoas	-	9.427.601	3.01
Norte	1,3 milhão de pessoas	800.000 pessoas	540.000 pessoas	-	10.030.556	3.85
Nordeste	2,2 milhão de pessoas	3,7 milhão de pessoas	-	1,5 milhão de pessoas	42.497.540	1.83
Sul	1,2 milhão de pessoas	1,65 milhão de pessoas	-	446.000 pessoas	22.129.377	1.38
Sudeste	4,4 milhão de pessoas	3,3 milhão de pessoas	1,08 milhão de pessoas	-	62.740.401	1.77

Fonte: IBGE (2000), Ribeiro (1996) adaptado pelo autor.

* A taxa média de crescimento do Brasil nesse período foi de 1,93.

A região Centro-Oeste recebeu principalmente migrantes do Nordeste e Norte, demonstrando uma tendência iniciada na época da construção de Brasília, quando a região se tornou centro de atração de migrantes, principalmente, para o trabalho na construção civil, setor que exigia pouca qualificação. Essa rota de migração, além de ser direcionada, principalmente, para o eixo Goiânia-Brasília e seu Entorno, tem as capitais de Cuiabá e Campo Grande como rota preferencial de migrantes. Essa rota migratória será analisada na seção seguinte.

2.3.1. “A marcha para o Oeste”

Segundo Oliveira (1997), até os anos 30 do século XX, menos de 20% das terras do Centro-Oeste eram ocupadas. No primeiro governo de Getúlio Vargas, a migração para a região foi estimulada com o discurso da “Marcha para o Oeste”, em que trabalhadores e camponeses nacionais e estrangeiros

foram estimulados a migrarem para núcleos de colonização ali instalados. Entretanto, os resultados de ocupação da região não foram significativos.

A partir de 1935, a construção da estrada de ferro que cruzava o rio Paranaíba, atingindo a cidade de Anápolis, marca uma nova fase do processo de ocupação da região.

“Tal construção significa um impulso dinamizador à economia regional: é criada a cidade de Goiânia, a pecuária consolida-se como a principal atividade econômica, escoando sua produção (...) ocorre a expansão da agricultura” (Leite, s.d: 5-6).

Na década de 50, a região Centro-Oeste passa a ser foco de atração de migrantes. Por um lado, essa atração acontece pela nova expansão agrícola da região e, por outro, pela construção de Brasília, que trouxe infra-estrutura para a região como a estrada Belém - Brasília.

De acordo com Oliveira (1997), durante a década de 60 a região passa a receber grande número de migrantes que se deslocavam para as regiões ao sul de Mato Grosso e Goiás. Essas regiões se encontravam em expansão com atividades dedicadas à cultura de exportação e à pecuária, acompanhando o processo de modernização da agricultura, favorecida pela topografia da região. Paralelo a essa transformação, os camponeses, ex-colonos, parceiros ou moradores expulsos pela concentração fundiária e a modernização conservadora, passaram a enfrentar dificuldades para se fixarem nas áreas iniciais de expansão de fronteira agrícola ao sul do Centro-Oeste. Estas dificuldades devem-se ao fato de que fazendeiros e empresários adquiriram a maior parte das terras nesta região, destinando-as ao plantio de grãos para exportação. Assim, os deslocamentos das frentes demográficas foram direcionados para o estado do Mato Grosso, que se encontra mais distante do eixo central do país.

Leite (s.d.) considera que o principal agente no processo de reestruturação do espaço territorial na região Centro-Oeste foi o Estado, consolidando dois tipos de estrutura espacial. A primeira se relaciona com as áreas de povoamento estabilizadas e com os espaços estruturados pela pecuária modernizada em que os tradicionais proprietários de terras foram os principais beneficiados com a infra-estrutura implantada na região, trazendo assim, sua conseqüente valorização. Isso permitiu a esses produtores acúmulo de capital por outras vias que não fosse a comercialização da produção, como

a especulação de terras na região. Dois tipos de produtores se distinguem nesse contexto.

“Aqueles provenientes do Sul, que reproduzem o capital trazido, transformando-se em empresários rurais, através da abundância de crédito e infra-estrutura de armazenagem, e os pequenos produtores, que não podendo usufruir da política creditícia, cedem lugar à concentração capitalista (de terras ou de produção)” (Idem, s.d:10).

O segundo tipo de área é aquela caracterizada pela economia tradicional da pecuária extensiva, do extrativismo vegetal, da garimpagem de ouro e de diamantes. Estas são regiões pouco povoadas e isoladas dos grandes centros de consumo que receberam maciços investimentos em infra-estrutura, o que provocou aumento do preço da terra e a especulação.

“Esse processo de especulação com a terra, juntamente com a disponibilidade de financiamentos estatais, marca a união entre o capital fundiário e o capital financeiro. Como conseqüências: a fronteira torna-se ‘fechada’ e intermediada por grileiros; há a expulsão de posseiros; ocorrem conflitos pela posse da terra” (Ibidem, s.d:11).

Essa estrutura beneficiou grandes proprietários e o conflito pela terra tornou-se inevitável, principalmente quando posseiros são expulsos por grileiros.

A mudança na estrutura fundiária da região Centro Oeste e a construção de Brasília contribuíram para uma nova etapa na reorganização do espaço territorial, sobretudo no Entorno do Distrito Federal, nessa época, nove municípios²⁸ faziam parte da região do Entorno. A próxima seção focalizará essa nova reorganização do espaço territorial do Entorno.

2.3.2. Brasília e o processo migratório para o Entorno do Distrito Federal

A primeira idéia de transferir a capital para o interior do país surgiu, segundo Pastore (1969), por volta de 1789 através de idéias defendidas pelos inconfidentes mineiros. Em 1823, José Bonifácio de Andrade apresentou para a primeira Constituinte do Império um estudo propondo a necessidade de transferir a capital para o interior do país, sugerindo, nesse documento, os nomes de Petrópole ou Brasília para a capital. Esses nomes surgiram pela

²⁸ Municípios que faziam parte da região do Entorno de Brasília, na década de 60, eram: Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Cristalina, Formosa, Luziânia, Pirinópolis, Planaltina e Unai.

primeira vez em 1822, num folheto publicado no Rio de Janeiro, sem a identificação do autor, que era favorável à transferência da capital para o interior. Porém, somente em 1891 essa idéia tornou-se artigo da constituição brasileira.

“No seu artigo terceiro fica pertencendo à União, no Planalto Central da República uma zona de 14.400 Km² que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal” (de acordo com a constituição de 1891, citada pela CODEPLAN, 2: 2001).

No ano de 1893 foi criada a Missão Cruls, que tinha como objetivo explorar e realizar a primeira demarcação do Distrito Federal, entre os paralelos 15 e 16 graus, latitude sul. Para Pastore (1969), na constituição de 1946 foram definidas normas concretas sobre a mudança.

Em 1948, o então presidente Eurico Gaspar Dutra, designou a comissão Poli Coelho para analisar a área demarcada anteriormente. A comissão concluiu que a área demarcada pela Missão Cruls era a ideal, no centro do Brasil. Em 1955, o presidente Café Filho definiu uma área²⁹ de 50.000 Km², abrangendo terras de três municípios do estado de Goiás, sendo estes Planaltina, Luziânia e Formosa.

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek encaminhou para o Congresso Nacional a proposta de criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) e o nome de Brasília para a nova capital. Assim, em março de 1957 um júri internacional escolhe o projeto do urbanista Lúcio Costa, que concorrera com outros 26 projetos nacionais. O arquiteto Oscar Niemeyer, a convite do Presidente da República, assume a chefia do Departamento de Urbanismo e Arquitetura. Brasília³⁰ seria inaugurada 36 meses após sua indicação, ou seja, no dia 21 de abril de 1960. Na Figura 6 é possível visualizar Brasília em fase de construção.

²⁹ Atualmente o Distrito Federal ocupa uma área de 5.789,16 Km², equivalendo a 0,06% da superfície do país, tendo como estados limítrofes, Goiás e Minas Gerais.

³⁰ “Durante os 41 meses de construção que antecederam a mudança, foram levantados os principais edifícios públicos, 3.500 unidades habitacionais, hotéis, hospitais, escolas, estrutura básica de outros prédios, além do Eixo Rodoviário e os serviços de água, esgoto, energia elétrica e telefonia. No mesmo período, a cachoeira do Paranoá desapareceu para que fosse construída a barragem do Paranoá e formado o lago artificial da cidade” (CODEPLAN, 2001:4).



Fonte: Arquivo Público do DF/ Autor: sem identificação/ Digitalização: Augusto Areal.

Figura 6. Brasília em Construção

Prevista para abrigar 500 mil habitantes, chegou ao ano 2000 na casa de dois milhões de habitantes, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Evolução do número de habitantes em Brasília

Ano	Homens	Mulheres	População Total
1960	87.202	52.963	140.165
1970	270.389	267.103	537.492
1980	573.724	603.211	1.176.935
1991	768.550	832.544	1.601.094
1996	873.914	948.032	1.821.946
2000	977.781	1.065.388	2.043.169

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001).

A construção de Brasília fazia parte das estratégias desenvolvimentistas defendidas pelo presidente Juscelino, que eram de fortalecer a criação de centros industriais urbanos e de transferir a capital para o interior do país.

Com o início das obras de construção de Brasília, deflagrou-se um processo migratório caracterizado por contingentes populacionais que se diferenciaram quanto à origem e à função desempenhada na nova cidade. Esses migrantes vinham principalmente do Nordeste com objetivo de “melhorar de vida”.

De acordo com dados da CODEPLAN (1999), no período mais intenso da construção de Brasília, as correntes migratórias constituíam o principal fator formador da população do Distrito Federal, com 358.014 e 488.546 migrantes, nas décadas de 1960/70 e 70/80, respectivamente. No período de 1980 a 1991, o número de migrantes diminuiu significativamente, apresentando média anual de 8.966 pessoas, voltando a crescer entre 1991/96, atingindo média anual de 19.229 migrantes. Na Tabela 2A, em anexo, pode-se observar a origem da população de Brasília em 1997.

Segundo Gouvêa (1998), as pessoas vinham de todas as partes devido à intensa propaganda existente na época, que estimulava os brasileiros a migrarem para construir a nova capital, que para muitos era o tão sonhado “Eldorado”. Eles chegavam de todas as partes cheios de sonhos de encontrar na cidade a possibilidade de melhorarem de vida, de “enricar”. A cidade era o paraíso idealizado por muitos através de estórias contadas por amigos ou parentes que regressavam aos seus locais de origem e até mesmo através dos discursos dos políticos da época que enaltecia o feito da construção da nova capital.

“Os candangos vinham para o Planalto Central não somente para construir uma cidade, mas para construir a capital da esperança, pois tinham a esperança de melhores dias para trazer suas famílias e viver com dignidade. Sonho realimentado pela atuação dos políticos da época, incluindo o próprio presidente Juscelino Kubitschek, dando a ilusão de que as coisas iriam mudar realmente com a construção de Brasília” (Gouvêa, 1998:81).

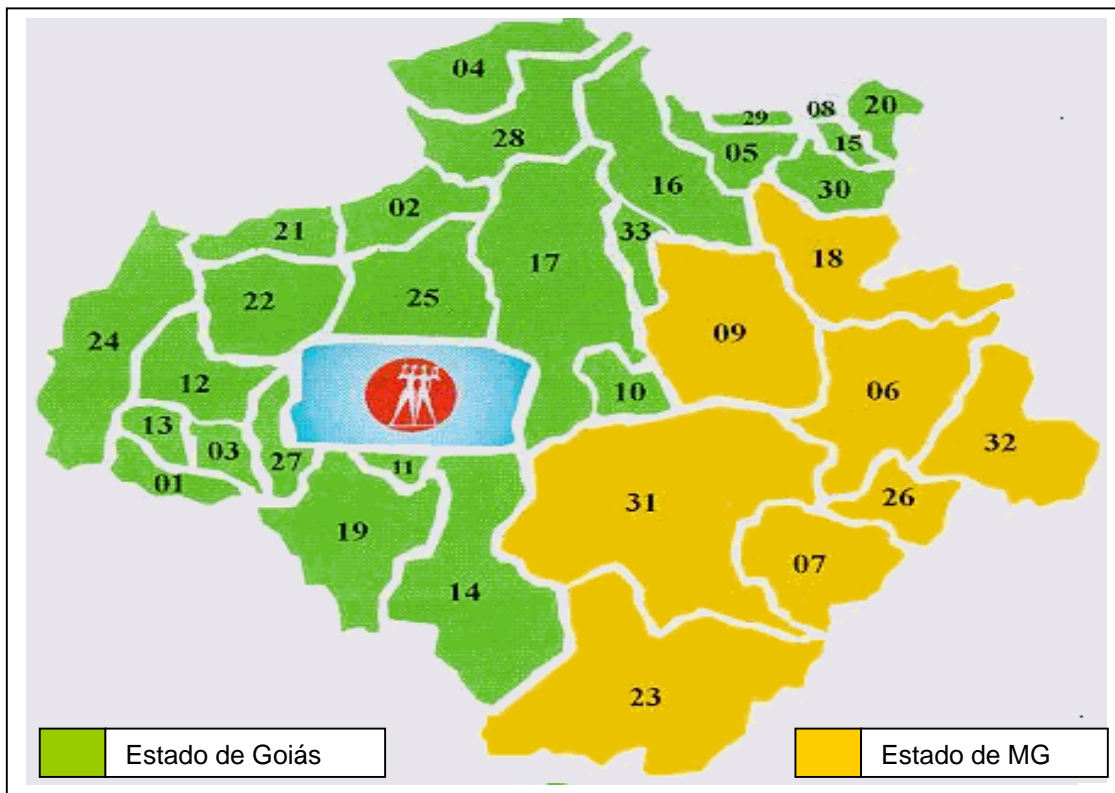
De acordo com Gouvêa (1998), a concepção urbanística de Brasília vinha ao encontro dos princípios modernistas da Carta de Atenas, em que a cidade e cada residência deveriam ser uma “máquina de morar”. Brasília foi idealizada de maneira a ordenar o espaço urbano como forma de combater a “desordem” da cidade tradicional e a dificuldade do controle social que existiam por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro. Criou-se, nesse processo, todo um racionalismo ‘messiânico’ que, segundo o autor, escamoteava suas

verdadeiras intenções, que era de instrumentalizar o espaço e colocá-lo a serviço do capital. Dessa forma, Brasília nasceu como um símbolo de urbanismo quase perfeito de controle espacial e social. Para aqueles que se deslocaram de seus locais de origem para construir Brasília, a capital do Brasil, restou-lhes apenas o apelido de candangos e, para muitos, o sonho do “Eldorado” não se realizou.

Segundo Leite (s.d.), Brasília pode ser caracterizada como uma aglomeração urbana do tipo metropolitano, exercendo as funções de centro político-administrativo e de serviços. O Distrito Federal no ano de 2000 se encontrava organizado em 19 regiões administrativas³¹, conhecidas como cidades satélites, além do Plano Piloto. Estas regiões podem ser observadas na Tabela 3A, em anexo.

De acordo com a CODEPLAN (s.d.), a delimitação mais abrangente do Entorno se refere aos 42 municípios do estado de Goiás e Minas Gerais, que fazem parte da Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília - AMAB, como pode ser observado na Figura 7.

³¹Cada Região tem um Administrador Regional, nomeado pelo Governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região (CODEPLAN, 1999).



1-Abadiânia - GO	12-Cocalzinho de Goiás - GO	23-Paracatu - MG
2-Água Fria de Goiás - GO	13-Corumbá de Goiás - GO	24-Pirenópolis - GO
3-Alexânia - GO	14-Cristalina - GO	25-Planaltina - GO
4-Alto Paraíso de Goiás - GO	15-Damianópolis - GO	26-Riachinho - MG
5-Alvorada do Norte - GO	16-Flores de Goiás - GO	27-Santo Antônio do Descoberto - GO
6-Arinos - MG	17-Formosa - GO	28-São João d'Aliança - GO
7-Bonfinópolis - MG	18-Formoso - MG	29-Simolândia - GO
8-Buritinópolis - GO	19-Luziânia - GO	30-Sítio D'Abadia - GO
9-Buritis - MG	20-Mambaí - GO	31-Unaí - MG
10-Cabeceiras - GO	21-Mimoso de Goiás - GO	32-Uruçuia - MG
11-Cidade Ocidental - GO	22-Padre Bernardo - GO	33-Vila Boa - GO

Fonte: Segundo Fenandes e Cordeiro (1997), atualmente são 42 municípios integrantes da região do Entorno, uma vez que, agregam-se aos anteriores, os novos municípios frutos dos desmembramentos de municípios pertencentes a região, localizados nos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Figura 7. Região de influência da AMAB

Esses municípios, segundo Aguiar et al (1994), tiveram sua organização produtiva centrada na agricultura. As demais formas de produção da região estão direcionadas para a exploração de recursos naturais existentes e ao beneficiamento de matérias-primas com atividades como olaria, serrarias, carvoarias e a extração de areia. Além da extração de pedras em Pirenópolis e de calcário em Corumbá de Goiás, há grande número de agroindústrias em Pirenópolis e Formosa, que produzem derivados de leite, carne e cana-de-açúcar.

A região do Entorno, na década de 90, se consolidou como região de grande atração de mão-de-obra, em especial de nordestinos³², que vem em busca de emprego e de acesso a serviços públicos.

Oliveira (1997) observou mudança na dinâmica da migração no Centro-Oeste, tomando como referência a Contagem Populacional de 1996. Ele observou que as áreas de concentração fundiária demonstraram esgotamento das correntes migratórias, além de caracterizar os migrantes que ainda procuram essa região.

“(...) os migrantes de outras regiões, especialmente nordestinos, que durante a década de 90 se fixaram nos municípios goianos do entorno de Brasília e nos novos bairros periféricos do Distrito Federal, não mais vieram em busca de terras ou oportunidades em áreas pioneiras, mas sim, buscaram condições de trabalho, moradia e acesso aos serviços públicos em áreas fortemente urbanizadas e prestadoras de serviços, tais como, a capital federal e Goiânia” (Idem, 1997:5).

Gouvêa (1998) constatou em estudo realizado nas cidades satélites do Gama e do Guará que a migração para Brasília estava diretamente relacionada com a situação difícil que o migrante encontrava em seu local de origem. Constatou também que a vinda para Brasília tinha como objetivos principais a busca de emprego e melhores condições de assistência médica, que na maioria das vezes, apesar das deficiências dos serviços prestados em educação e saúde em Brasília, estes ainda eram muito superiores aos prestados na maioria das regiões do país.

³² Segundo Garda (1999), entre 1991 e 1996, foram aproximadamente 200 mil pessoas que saíram do Nordeste para viverem em cidades do entorno de Brasília ou arredores de Goiânia, que são as duas principais cidades da região.

Segundo dados da CODEPLAN (s.d.), dentro da região do Entorno, a Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE³³, é aquela que mais se destaca. Em 1996 apresentou a segunda maior taxa de crescimento das “periferias” das regiões metropolitanas brasileiras ficando atrás apenas da periferia de Belém. O Distrito Federal com 2,62% de crescimento figurou em primeiro lugar entre as capitais observadas, como pode ser visualizado na Tabela 5.

Tabela 5. População de 1996 e Taxas de Crescimento 91/96 segundo regiões metropolitanas

Regiões Metropolitanas	População	Total	Capital	Periferia
São Paulo	16.583.234	1,43	0,40	3,07
Rio de Janeiro	10.192.097	0,76	0,26	1,38
Belo Horizonte	3.803.249	2,05	0,70	3,87
Porto Alegre	3.246.869	1,41	0,40	2,10
Recife	3.087.967	1,13	0,73	1,44
Salvador	2.709.084	1,65	1,28	3,39
Fortaleza	2.582.820	2,28	2,13	2,77
RIDE	2.548.922	3,35	2,62	5,33
Curitiba	2.425.361	3,34	2,34	5,03
Belém	1.485.569	2,19	-1,67	31,09
Vitória	1.182.354	2,11	0,54	2,60

Fonte: FIBGE, Contagem Populacional de 1996, elaborado pela CODEPLAN.

O peso demográfico do Distrito Federal na região Centro-Oeste é muito significativo. Na década de 70, a população do DF representava em torno de 10,60% do percentual da população da região e, em 1991, 17,3%. Nos resultados preliminares do Censo 2000, o crescimento de Brasília na década de 90 ficou na casa dos 2,77%. Essa tendência de aumento foi acompanhada

³³ Criada por meio da Lei Complementar n.º 94, sancionada pelo Presidente da República em 19 de fevereiro de 1998, a RIDE tem como função promover o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e seu Entorno, a partir da ampliação e consolidação da infra-estrutura e do fortalecimento da base econômica, com diversificação de oportunidades de emprego e renda. Com 55.574 quilômetros quadrados, essa região é composta pelo Distrito Federal e outros 22 municípios - três são de Minas Gerais (Unai, Buritis e Cabeceira Grande) e 19 são de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa). (CODEPLAN, s.d.).

também pelos municípios pertencentes a AMAB, como pode ser observado na Tabela 4A, em anexo.

Dentre os municípios da AMAB, aquele que se destacou com a maior taxa média de crescimento populacional foi Águas Lindas de Goiás, cuja população em 1996 era de 61.478 e em 2000 era de 105.641, com taxa de crescimento de 14,49%. É interessante ressaltar que esse município se encontra apenas a 50 km de Brasília. Apenas cinco municípios do Entorno tiveram taxa populacional negativa de crescimento, estando em média a 300 km de distância de Brasília. Desta forma, constatou-se que os municípios do Entorno, localizados no Estado de Goiás, que mais cresceram, estão até 100 km de Brasília.

O crescimento desses municípios deve-se ao fato de que muitos migrantes, por não encontrarem trabalho ou local para morar em Brasília, devido ao alto custo dos aluguéis e à estrutura rígida da legislação urbana do DF, que dificultam a fixação das camadas menos favorecidas em seu território, são “forçados” a se deslocarem para as cidades mais próximas ao Distrito Federal.

Para Fernandes e Cordeiro (1997), essa migração para as regiões do Entorno acaba provocando “*pressão*” sob certos serviços de atendimento público, como os de saúde e educação. Assim, além da responsabilidade com a população local, Brasília passou a atender também os migrantes que vêm em busca de emprego, serviços de saúde, educação, dentre outros.

“(…) comparou-se a relação entre o número de leitos hospitalares por habitantes existentes no Distrito Federal e no Entorno: em 1988, no Distrito Federal o número de leitos por mil habitantes era de 1,64, enquanto na região do Entorno esta relação era de 1,57. Em 1996 esta relação passou a 2,2 no Distrito Federal e a 1,42 na região do Entorno. Ao se avaliar os municípios do Entorno, verifica-se que, alguns sequer têm leitos hospitalares, (...) Entre os municípios que têm leitos hospitalares, a situação também é crítica. Apenas Luziânia apresentou uma relação entre número de leito por cada mil habitantes (2,93) superior ao Distrito Federal. No entanto, esta relação é inferior a boa parte dos estados brasileiros, sendo a situação do Entorno pior que todos os estados da região Centro-Oeste e do país, inclusive quando comparado com a região Norte, que apresentaram os menores valores do país” (Idem, 1997:6).

Esse deslocamento de populações para a região agrava as condições de vida dos moradores do Entorno e de Brasília, visto que não há

investimentos suficientes por parte dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal em infra-estrutura e nos setores produtivos de tais municípios, para absorver essa demanda de mão-de-obra excedente que chega à região. A saída dessa situação, para muitas famílias é procurar se estabelecer em assentamentos rurais na região do Entorno do Distrito Federal.

2.4. A formação de assentamentos rurais no Entorno do Distrito Federal

Desde que os primeiros colonos chegaram ao Brasil, a luta pela terra se faz presente em nossa sociedade. A partir da década de 90, a luta pela terra ganhou expressão na sociedade com os movimentos sociais³⁴, como por exemplo, o dos trabalhadores rurais organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Seguindo essa linha de raciocínio, Fernandes (2001) coloca que a luta pela Reforma Agrária ganhou força depois que esses movimentos organizados contaram com apoio de diferentes instituições.

Segundo Medeiros (1994), nos anos 50/60, trabalhadores rurais, intelectuais, setores da esquerda da Igreja católica dentre outros, já se mobilizavam por Reforma Agrária, provocando reações das classes dominantes. No início dos anos 60, o projeto nacional-desenvolvimentista tinha como meta a intensificação da industrialização, estimulando a modernização da agricultura, sem alterar a estrutura fundiária brasileira. Porém, as transformações econômicas, sociais e políticas que vêm se apresentando no campo, desde a década de 70, trazem questões novas sobre a necessidade de se realizar a Reforma Agrária, transformando a luta pela terra em um assunto

³⁴ De acordo com Gohn (1997), “movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas e articuladas por diversos atores sociais, que criam um campo político de força na sociedade. Suas ações são estruturadas a partir de temas e problemas em conflitos vivenciados pelo grupo na sociedade, desenvolvendo uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é construída a partir da solidariedade e de um referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo em espaços não-institucionalizados. Ainda, de acordo com a mesma autora, “os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (...)” (Gohn, 1997: 252).

de pauta para os movimentos sindicais e intelectuais. Entretanto, na década de 80, representantes da propriedade fundiária, em resposta à designação de “latifundiários”, procuraram se constituir na cena política como “produtores”, impondo o debate sobre a definição de produtividade vinculada ao latifúndio. Já nos anos 90, a discussão por Reforma Agrária aparece questionando a eficácia do padrão de modernização, do latifúndio e as concepções de progresso, trazendo para a discussão temas como preservação ambiental e luta contra a fome.

Para Fernandes (s.d), no Brasil ainda não foi implantado um projeto de Reforma Agrária, mas o que tem acontecido é uma intensificação da luta pela terra através do crescimento do número de ocupações de terras em várias regiões do país, promovidas por diversos movimentos sociais, dentre este o MST, que tem levado ao aumento expressivo do número de assentamentos rurais no Brasil.

Segundo Stédile e Gorgen (1993), uma das maneiras mais fortes de lutar pela terra é a ocupação desta, pois dessa forma o governo se sente pressionado a negociar as reivindicações dos trabalhadores sem-terra. Normalmente as ocupações são feitas por um grande número de camponeses vindos de vários municípios diferentes e distantes, ocupando um latifúndio improdutivo ou terras de propriedade do governo.

Carvalho (1999) define o trabalhador sem-terra como um “*nômade geográfico e social*” pela sua mobilidade social e pelas suas estratégias de sobrevivência. De acordo com o mesmo autor, as pessoas, que migram para áreas de ocupações de terras, saem de seu local de origem em grupo ou em famílias, e que o fazem, freqüentemente, com algum respaldo ou algum apoio logístico de amigos, vizinhos ou parentes que continuaram em seus locais de origem.

Para Stédile e Gorgen (1993), essas ocupações chamam a atenção da imprensa, do governo e da sociedade e têm sido o instrumento mais eficaz de pressão de conquista da terra, que possuem os trabalhadores, culminando em um grande número de assentamentos conquistados, apesar de ainda serem poucos em relação ao grande número de famílias sem-terras.

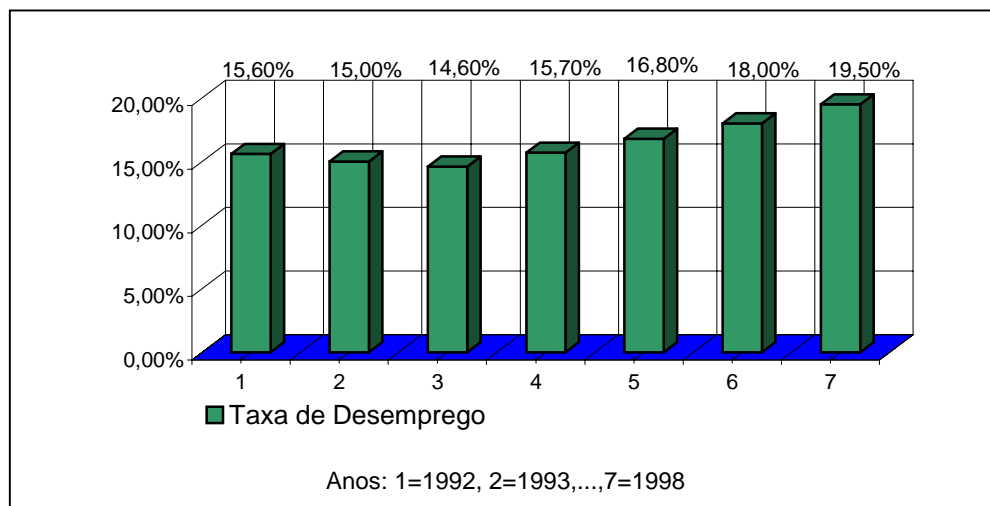
Na região do Entorno, a luta pela terra não foi diferente por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que beneficia os grandes

especuladores de terras e a da monocultura modernizada, associada à pecuária melhorada, que beneficiam as grandes propriedades.

Estudos realizados por Aguiar et al (1994), mostraram que as regiões do Entorno, principalmente os municípios de Cristalina e Padre Bernardo, que têm uma agricultura centrada na monocultura, têm causado sérios danos ao meio ambiente, pelo uso excessivo de agrotóxico e pelo manejo inadequado e pela utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, forçando o deslocamento da população rural para as áreas urbanas do Entorno. Paralelo a essa situação, segundo os mesmos autores, é cada vez mais freqüente os sítios de finais de semana no Entorno, substituindo áreas de agricultura de subsistência, consideradas essenciais para a região, por manter um equilíbrio mais compatível com o meio ambiente, além de contribuir para que parte da população rural permaneça no campo.

“As áreas com atividades tradicionais, vem, entretanto, passando por processo de transformação de uso, sendo freqüente a substituição das lavouras de subsistência por sítios e chácaras de lazer, especialmente, nas áreas mais próximas ao Distrito Federal. Essas mudanças vem alterando as relações de produção existentes, sendo que os antigos pequenos produtores vão-se transformando em trabalhadores que, nem sempre são absorvidos, no local, pelo mercado de trabalho rural ou urbano” (Idem, 1994:138).

Paralelo a essa questão fundiária da região, o Distrito Federal passou grande parte dos anos 90 com taxas muito elevadas de desemprego, como pode ser visualizada na Figura 8, tendo como destaque o ano de 1998, em que a taxa de 19,50% foi a maior de todo o período.



Fonte: Adaptado de PED-DF (CODEPLAN/GDF; SETER/GDF; Fundação SEADE/SP e DIEESE).

Figura 8. Taxa média de desemprego em Brasília de 1992 a 1998

Todos esses fatores acabaram servindo de incentivo para que a luta pela terra fosse intensificada na última década do século XX, na região do Entorno. O aumento do número de ocupações de terras na região e as pressões dos movimentos de luta pela terra “forçaram” o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a criarem, em dezembro de 1997, a Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - SR(28), por considerarem:

“(…) a incontestável exigência, decorrente da falta de estrutura e os conflitos agrários existentes que em muito vem prejudicando os processos de Reforma Agrária na Região do Distrito Federal e Entorno” (INCRA, 1997).

Com esse ato, o governo criou uma Superintendência com mais “autonomia”, com objetivo de amenizar a situação fundiária da região. A Superintendência “adotou” municípios pertencentes à região do Entorno no estado de Goiás e municípios da região noroeste de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Formoso e Unaí. A localização geográfica de todos os municípios pode ser observada na Figura 1A, em anexo.

Em dezembro de 2000, eram 100 assentamentos sob jurisdição da SR(28), com destaque para os municípios de Formosa, Padre Bernardo e

Flores de Goiás que juntos somam 40,01% dos assentamentos sob jurisdição da SR(28) no estado de Goiás e o município de Unaí com 45,24% do total de assentamentos que estão sob jurisdição da SR(28) no estado de Minas Gerais, de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6. Municípios, assentamentos e percentual por estado

Municípios de Goiás*	Número de Assentamentos	(%) por estado
Água Fria de Goiás	3	5,45
Alto Paraíso de Goiás	1	1,82
Cabeceiras	1	1,82
Cavalcante	1	1,82
Cidade Ocidental	1	1,82
Cristalina	3	5,45
Colinas do Sul	1	1,82
Divinópolis de Goiás	1	1,82
Flores de Goiás	7	12,73
Formosa	8	14,55
Guarani de Goiás	2	3,64
Luziânia	2	3,64
Mambai	5	9,09
Monte Alegre de Goiás	1	1,82
Nova Roma	1	1,82
Padre Bernardo	7	12,73
Planaltina	2	3,64
São Domingos	2	3,64
São João D´Aliança	6	10,91
Total de Goiás	55	100
Municípios de Minas Gerais*	Número de Assentamentos	Percentual por estado
Arinos	12	28,57
Buritiz	10	23,81
Formoso	1	2,38
Unaí	19	45,24
Total de Minas Gerais	42	100
Distrito Federal*	3	100
Total Geral	100	-

Fonte: SR(28) novembro de 2000. * Sob jurisdição da Superintendência do Entorno e Distrito Federal SR(28).

Com a criação de assentamentos nessa região, os trabalhadores locais e os migrantes passaram a ter oportunidade de acesso à terra, o que contribuiu para diminuir a pressão demográfica, principalmente nas cidades satélites.

As “pressões” exercidas pelos movimentos sociais de luta pela terra têm contribuído para que muitos trabalhadores que viviam na cidade voltassem ao

campo. Atualmente, a perspectiva de vida nos assentamentos pode possibilitar acesso à infra-estrutura necessária para produzirem e viverem. Essa perspectiva só é possível porque esses trabalhadores estão determinados a melhorar suas condições de vida, apesar de ser um processo longo e desgastante, que envolve negociações constantes entre assentados e Governo, representado pelo INCRA. Na verdade, esses trabalhadores migrantes passam por processos de mudanças sociais que definem a direção de suas vidas e que, no caso em estudo, tem como ponto final, até então, os assentamentos rurais. Portanto, esse processo constitui um rito de passagem, que será analisado a seguir.

2.5. O rito de passagem dos migrantes: de retirante a assentado na luta por Reforma Agrária.

Antes de entrar no debate a respeito do ritual de passagem do migrante para os assentamentos rurais, apresento, de forma bem resumida, algumas considerações sobre a questão agrária no Brasil.

A estrutura agrária brasileira, marcada essencialmente pela acentuada concentração fundiária, ou seja, aglomeração de terras nas mãos de poucos, tem provocado, historicamente, a exclusão de muitos trabalhadores ao acesso à terra. A discrepância entre pequenos e grandes proprietários, no que tange a questão fundiária fica patente na Tabela 7. Observar-se que os pequenos proprietários representavam, nas décadas de 70 e 90 uma média de 90% do número de estabelecimentos e apenas 22% da área total e as propriedades com mais de 1000 hectares representavam 1%, ocupando cerca de 42% da área total.

Tabela 7. Distribuição das propriedades rurais no Brasil por tamanho e categoria entre 1970 e 1995

Grupos de área total (ha)	(% do Número de estabelecimentos)		(% da Área dos estabelecimentos)	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	51,4	49,7	3,1	2,3
10 a menos de 100	39,4	39,6	20,4	17,7
Total Parcial	90,8	89,3	23,5	20
100 a menos de 1.000	8,5	9,7	37,0	34,9
Total Parcial	8,5	9,7	37,0	34,9
1.000 a menos de 10.000	0,7	1,0	27,2	30,6
10.000 e mais	0,0	0,0	12,3	14,5
Total Parcial	0,7	1,0	39,5	45,1
Total Geral	100	100	100	100

Fonte: IBGE(1998a) Censo Agropecuário 1995-1996, volume 01, Brasil.

Para Linhares e Teixeira da Silva (1999), a maior parte dessas áreas de latifúndio³⁵ encontram-se improdutivas, com pastos naturais, além de servirem para especulação imobiliária. Para os mesmos autores, nas pequenas propriedades concentram o “grosso” do número de trabalhadores no campo. Essa constatação também foi feita por Teixeira (s.d), utilizando dados do Censo Agropecuário de 1996, conforme Tabela 8. De acordo com os dados expostos nessa tabela é possível observar que as propriedades inferiores a 100 hectares são responsáveis por 80% do pessoal ocupado no campo, enquanto que aquelas acima de 1000 hectares geram cerca de 4,5% das ocupações no campo, demonstrando a pequena importância do latifúndio na geração de empregos.

³⁵ Medeiros (1994) caracteriza o latifúndio como uma grande extensão de terra improdutiva, com baixo nível tecnológico e, sobretudo, como sinônimo de opressão e de poder do latifundiário sobre o trabalhador rural, normalmente com respaldo do poder local.

Tabela 8. Pessoal ocupado por grupo de área e por faixa etária no Brasil, entre 1995 e 1996

Grupos de área total (ha)	Menores de 14 anos ³⁶		Maiores de 14 anos		Força de trabalho total	
	Nº de pessoas	(%)	Nº de pessoas	(%)	Total	(%)
< 1 ha	194.013	1,1	1.155.689	6,4	1.349.702	7,5
1 a < 2 ha	217.034	1,2	1.161.417	6,4	1.378.451	7,7
2 a < 5 ha	405.922	2,3	2.107.642	11,8	2.513.564	14
5 a < 10 ha	315.599	1,7	1.744.853	9,7	2.060.452	11,5
10 a < 20 ha	342.861	1,9	2.074.028	11,6	2.416.889	13,5
20 a < 50 ha	413.384	2,3	2.641.710	14,8	3.055.092	17
50 a < 100 ha	223.466	1,2	1.455.135	8,1	1.678.601	9,4
Total Parcial	2.112.279	11,7	12.340.474	68,8	14.452.751	80,6
100 a < 200 ha	145.561	0,8	1.051.457	5,9	1.197.018	6,7
200 a < 500 ha	92.924	0,5	914.908	5	1.007.832	5,6
500 a < 1.000 ha	37.698	0,2	443.398	2,5	481.096	2,7
Total Parcial	276.183	1,5	2.409.763	13,4	2.685.946	15,0
1.000 a < 2.000 ha	20.402	0,1	278.395	1,6	298.797	1,7
2.000 a < 5.000 ha	13.067	0,07	216.411	1,2	229.478	1,3
5.000 a < 10.000 ha	4.410	0,002	89.660	0,5	94.070	0,5
Total Parcial	37.879	0,17	584.466	3,30	622.345	3,50
10.000 a < 100.000 ha	5.024	0,003	117.516	0,7	122.540	0,7
100.000 ha e mais	405	0,002	5.712	0,03	6.117	0,03
Total Parcial	5.429	0,01	123.228	1	128.657	0,73
Total Geral	2.431.770	13,38	15.457.931	86,23	17.889.699	100

Fonte: Adaptado de Teixeira (s.d).

Segundo Linhares e Teixeira da Silva (1999), essas pequenas propriedades respondem pela maior parte da produção agrícola, pela produção

³⁶ “Podemos observar nesse dado a gravidade do quadro social no campo com a elevada participação do trabalho de menores de 14 anos, alcançando o contingente de 2,4 milhões entre crianças e adolescentes, ou seja, 13,6% do total de pessoal ocupado na atividade agrícola. Observa-se que esses números estão fortemente subestimados, uma vez que o Censo não aferiu tais dados nas áreas rurais da região Norte do Brasil” (Teixeira, s.d:11).

de alimento, enquanto o latifúndio pouco representa economicamente para o país. Ainda, segundo os mesmo autores, o latifúndio é uma herança, herdada principalmente a partir da Lei de Terras³⁷ de 1850, que limitou o acesso a terra, a não ser através da posse de título. A partir desse momento o Estado perde o direito de julgar sobre o uso da terra. Sobre esta questão, Martins (2000a) fez a seguinte observação:

“A Lei de Terras de 1850, transferiu o domínio do território aos proprietários privados, e com isso o Estado perdeu o direito de julgar se o uso do território está sendo feito corretamente ou não. Eu não me refiro apenas à agricultura ou agropecuária, mas à questão ambiental e a questão social. E refiro-me à questão de segurança nacional” (Idem, 2000a:12).

De acordo com Linhares e Teixeira da Silva (1999), algumas medidas para mudar esse quadro começaram a ser tomadas durante o governo do presidente Getúlio Vargas na década de 30, em que foram tomadas medidas voltadas para a *“modernização das relações de trabalho no campo que permitiria o acesso a terra”* de trabalhadores despossuídos que se avolumaram durante a República Velha.

“O Decreto 24.606, de 1933, extingue o sistema de arrendamento de terras, inclusive religiosas. São assim, banidos três séculos de existência deste instituto. Uma intrincada rede de direitos e recursos, que encarecia toda a movimentação de terras, ou mesmo a impossibilitava, e que resistira à Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de terras de 1913, ruía agora” (Idem, 2000:127).

Para Pereira (2000), pode se falar na questão agrária brasileira a partir do processo de desenvolvimento capitalista no campo, em que se passou a exigir padrões qualitativos e quantitativos de abastecimento interno, assumindo a predominância dos *Complexos Agroindustriais*.

Nessa mesma direção, Gonçalo (2001) coloca que o desenvolvimento capitalista no campo resolveu muitos problemas no que diz respeito a questão de produção propriamente dita, porém, por outro lado, esse desenvolvimento contribui para agravar a questão agrária, ou seja, aumentar o nível de miséria da população rural.

O desenvolvimento capitalista no campo, segundo Linhares e Teixeira da Silva (1999), colocou um novo padrão na questão agrária e na Reforma

³⁷ A Lei Eusébio de Queiroz ou Lei de Terras de 1850 proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra, o que acabou sujeitando os camponeses não proprietários e aqueles que não tinham o título de posse da terra a sujeição aos grandes fazendeiros.

Agrária no Brasil. De acordo com esses autores a questão agrária brasileira pode ser resumida em três fases, a saber:

- “1) Surgimento da questão agrária, 1930-1945, imposto pelas transformações internacionais do capitalismo, marcado pelos projetos de colonização;
- 2) A fase da questão agrária como óbice ao desenvolvimento, 1945-1964/1965, marcada pela chamada ‘substituição de importações’, que criou ilhas de desenvolvimento;
- 3) A modernização autoritária, 1966-1990, marcada pela despolitização do campo, que introduziu padrões técnicos de produção e produtividade” (Idem, 1999: 146-148).

Essa realidade fez com que muitos trabalhadores sem-terra ou sem condição de produzir, migrassem para os centros urbanos. Durante a década de 1980 trabalhadores sem-terra passaram a reivindicar terras a partir da ação motivadora de mediadores como a Comissão Pastoral da Terra e do MST, aglutinando forças a favor da Reforma Agrária (Pereira, 2000).

Para Martins (2000b), a reivindicação pela Reforma Agrária nasceu nos anos 50, por setores interessados mais em motivações humanitárias do que no sentido de mudanças.

“A reivindicação por Reforma Agrária (...), nasceu nos anos cinquenta como reivindicação dos setores esclarecidos da classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por expressão de uma inadiável necessidade de mudança” (Idem, 2000b: 94).

A Reforma Agrária, ao longo da história, tem sido tratada por diversos autores e movimentos sociais como forma distributiva e eqüitativa da terra. De acordo com Gonçalo (2001), a forma mais usual para definir a Reforma Agrária é a intervenção do Estado nas bases do setor agrícola, promovendo uma distribuição eqüitativa da terra e da renda.

Autores como Palmeira e Leite (1998), analisam a Reforma Agrária dentro de um contexto de transformações do campo, buscando no padrão tecnológico a justificativa econômica para a Reforma Agrária.

“Uma estrutura fundiária menos centrada abre um campo maior para o desenvolvimento de modernas técnicas agrícolas de alto rendimento que melhoram e conservam a longo prazo o ecossistema agrícola. Diante deste quadro analítico podemos afirmar que no Brasil é perfeitamente possível pensar em Reforma Agrária como um instrumento efetivo de política econômica, que vise dar maior eficácia e

racionalidade ao sistema produtivo agrícola (...)” (Palmeira e Leite, 1998:101).

Para Martins (2000b), a Reforma Agrária é muito mais um problema social e histórico, do que econômico, que pode ser tratado como uma forma de resolver diversos problemas nacionais, objetivando amenizar as conseqüências negativas de um *“modelo de desenvolvimento que tende a ser excludente e gerador de miséria”*.

Ainda, segundo o mesmo autor, é necessário que as condições de vida dos trabalhadores, em geral e dos pequenos agricultores melhorem, para que eles ampliem suas entradas no mercado de produtos ou no mercado de trabalho³⁸.

A Reforma Agrária defendida pelo MST consiste em mudanças nas bases da estrutura fundiária, geração de emprego e renda, desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade dos produtores, garantia de acesso à educação e lazer, dentre outras, pretendendo, desta forma, amenizar a pobreza e as desigualdades sociais (MST, 2002).

Para o Estado brasileiro a Reforma Agrária é uma maneira de inserção de famílias sem-terra numa economia capitalista, a partir de distribuição de terras feita, sobretudo, na forma de unidades familiares. Assim, a Reforma Agrária promovida pelo Estado através do INCRA, tem como objetivo principal a distribuição de terras através da modificação do regime de posse e uso, para a incorporação de famílias de agricultores sem-terra ao sistema econômico-social, em condições de produtividade e bem-estar satisfatórias, mediante a exploração racional de unidades agrícolas (Marques, 2000).

De acordo com Marques (2000), os principais mecanismos legais em que o INCRA se baseia para a política de Reforma Agrária são o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de novembro de 1964) e o decreto relativo a Colonização e outras formas de acesso à propriedade (Decreto nº 59.428 de outubro de 1966), apesar de algumas modificações recentes na legislação.

É possível observar que o tema Reforma Agrária no Brasil é motivo de muitas polêmicas, sobretudo pela falta de conhecimento dos valores culturais

³⁸ De acordo com Pereira (2000), além de Martins (2000b), há outros autores como Castro (1988), Abramovay (1992), que consideram a Reforma Agrária como uma saída para a geração de emprego, renda e produção, onde a *“pequena agricultura”* seria transformada em *“pequena produção capitalizada”*, ressaltando a importância econômica da Reforma Agrária.

presentes entre os trabalhadores sem-terra, principalmente por parte do Estado. Segundo Pereira (2000), essa falta de informação por parte do Estado levou o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o INCRA, em convênio firmado com o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, a realizar o primeiro Censo e Pesquisa Amostral sobre Reforma Agrária no Brasil. Os dados permitiram uma configuração geral dos assentamentos e sua importância na Reforma Agrária, apresentando as diferenças sociais e econômicas entre estados e regiões. Entretanto, segundo o mesmo autor, ainda hoje a Reforma Agrária não foi abordada do ponto de vista sociocultural.

“(...) A Reforma Agrária no Brasil, ainda hoje, não foi abordada do ponto de vista sociocultural, aprofundando em seus aspectos mais qualitativos, em termos de ‘ethos valorativo’ que orienta as ações dos trabalhadores rurais. Não se procurou mostrar quem são essas pessoas que formam o grande contingente de Sem-Terra, espalhado por todo o território nacional, seus valores culturais e sua dramática tentativa de inserção na estrutura social” (Idem, 2000: 23-24).

De acordo com Pereira (2000), a Reforma Agrária surge para esses trabalhadores como uma oportunidade de sair de uma situação de sujeição em que permaneceram por séculos, sendo a propriedade da terra o meio que o trabalhador rural utiliza para buscar liberdade e independência. Para ele,

“(...) depois de permanecerem por séculos na chamada ‘cultura do silêncio’, esse contingente de trabalhadores rurais depara com a possibilidade de sair, efetivamente, dessa posição opressiva, com a Reforma Agrária na década de 80, desencadeada pela pressão exercida pelos movimentos sociais contra o Estado” (Idem, 2000: 24).

Milhares de trabalhadores sem-terra passaram a reivindicar terras, inclusive muitos que num passado distante ou mesmo próximo migraram para as cidades em busca do “Eldorado”, mas acabaram encontrando desafios em relação à própria sobrevivência, no limite da privação e da chamada exclusão.

Portanto pode-se observar que a trajetória desses trabalhadores rurais migrantes foi marcada por diferentes fases que, no seu conjunto, formam o que Turner (1974) denomina de “processo ritual”. Turner (1974) analisou os “ritos de passagem” entre sociedades tribais, orientado pelos estudos de Van Gennep, que definiu os “ritos de passagem” como ritos que acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social e de idade. De acordo com o mesmo autor, Van Gennep definiu os ritos de passagem ou de transição em três fases:

“Separação, margem (ou “limen”, significando “limiar” em latim) e agregação. A primeira fase de separação abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um “estado”), ou ainda ambos. Durante o período “limiar” intermédio, as características do sujeito ritual (o “transitante”) são ambíguas; passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou de estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem” (Turner, 1974:116).

No caso dos migrantes, a primeira fase do ritual, ou seja, a fase ou momento de separação, acontece quando os trabalhadores que não possuem terra, ou estas são insuficientes para a manutenção da família, resolvem migrar para o “sul” em busca do “Eldorado”. No momento que o trabalhador resolve migrar ele rompe com a estrutura social que o sustentava até então e passa para uma nova fase, situando-se na “liminaridade”. Marques (2000) acrescentou, que:

“A liminaridade é considerada como um tempo e um lugar de distanciamento dos modos normais de ação social, sendo potencialmente um período de exame e questionamento dos valores e axiomas centrais da cultura em que ocorre. Ela é um estado do social com grande capacidade de inovação pois representa a possibilidade de livre recombinação dos fatores culturais nos mais variados padrões” (Idem, 2000:111).

Segundo Turner (1974), as características do transitante são ambíguas “*não estando nem aqui nem lá*”, ou seja, passam através de um domínio cultural que tem pouco ou quase nenhum dos atributos do passado ou do estado futuro, fazendo com que o “liminar” possa ser marcado pelo silêncio e a submissão.

Para Cappellin (1990), a experiência de migração provoca marcas profundas na formação dos migrantes, levando-os a um descontínuo processo de integração e exclusão social. Nesse sentido, a fase de transição ou “liminar” corresponde ao período que esses migrantes passam a morar na cidade e, portanto, a se depararem com o desafio de buscar emprego e garantir o mínimo de cidadania, em um novo espaço social.

“A grande cidade também é um novo ambiente no qual o trabalhador deve aprender a se movimentar. O mercado de trabalho parece amplo e diversificado, porém para ele tudo é novidade e a circulação dentro desse mercado é limitado pela concorrência entre trabalhadores” (Cappellin, 1990:17).

Para muitos migrantes o sonho do “Eldorado” acaba não acontecendo e, depois de muitos anos ou até décadas morando na cidade, os mesmos resolvem buscar, por meio da organização de movimentos populares, condições mínimas de cidadania e, dessa forma, muitos ingressam na “luta pela terra”.

De acordo com Sousa (1999), os trabalhadores se organizam ocupando terras, buscando resolver suas necessidades econômicas e sociais, como ter acesso a terra, lutar por direitos políticos e culturais, enfim, este momento na vida desses trabalhadores é marcado por uma série de ambigüidades, caracterizadas pela situação “liminar” em que vivem. Segundo a mesma autora,

“Esses trabalhadores após alguns anos de convivência na cidade, acabam entrando em contato com outros moradores, os quais já perceberam que devem suas condições de vida à organização excludente da sociedade e que, para mudarem de vida, devem se organizar junto a movimentos sociais. (...). Como resultado essas pessoas provenientes do êxodo rural vão se juntar a esses grupos indo engrossar o movimento dos sem-terra, ao encontro do sonho” (Idem, 1999:606).

Para Marques (2000), o processo de “luta pela terra” permite a experimentação do novo e o questionamento na prática, exaltando a capacidade crítica dos trabalhadores sem-terra em relação a sua condição subalterna.

De acordo com essa autora, o acampamento representa um espaço de resistência de natureza transitória, mas de duração indeterminada, em que se vive na expectativa de ser assentado na área reivindicada. “*A sua continuidade no tempo depende do desenrolar da luta e da forma que o grupo se encontra organizado*”.

Pereira (2000) analisou o acampamento como uma fase que define a composição do grupo “*mais ou menos coeso*”, que enfrenta um processo de “luta pela terra” por um período de tempo variável, exigindo dos trabalhadores desprendimento de suas relações sociais anteriores.

“Ao entrarem no acampamento, os trabalhadores rurais saem do sistema social que sustentavam, afastando-se voluntariamente da condição ou situação que ocupavam nesse sistema” (Idem, 2000:25).

A terceira fase do processo ritual, ou fase de *incorporação ou de agregação* começa com a criação do Projeto de Assentamento (P.A.) e a definição das famílias em suas parcelas. Nesse momento, o trabalhador deixa

de ser sem-terra para se tornar *assentado*³⁹, passando a viver num estado relativamente estável neste novo espaço, iniciando uma nova organização social.

Nesse sentido, Carvalho (1999) analisa que o assentamento rural constitui uma *“encruzilhada social”*. Ele analisou o assentamento não apenas como uma área de terra com finalidade de produção agropecuária e/ou extrativista, mas também como um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terras e, dessa forma, se apossam formalmente das mesmas. Assim, a partir desse momento, passam a se encontrar *“face a face”* nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico que irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

“O assentamento de Reforma Agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhes proporcionava” (Idem, 1999:13).

De acordo com o mesmo autor, essa heterogeneidade de pessoas vivendo nos assentamentos é muito ampla, como crianças, jovens, velhos, homens, mulheres, brancos, negros, mulatos e mestiços, católicos, protestantes, kardecistas, umbandistas e diversos outros cultos, pessoas originárias de diversas regiões do país, que vieram da zona rural e urbana, de diversas escolaridades, profissões e diversos valores morais, políticos e culturais, com uma complexidade de contexto social em que milhares de indivíduos estão vivenciando formas de interação social.

Para Marques (2000), ao serem assentados⁴⁰ os sem-terra ainda não se tornam donos definitivos da terra, recebendo apenas um documento de concessão de uso da terra, pois o verdadeiro proprietário é o INCRA. Segundo a mesma autora, com a definição das famílias no assentamento, os assentados passam por um novo ritual, nesse caso, um ritual burocrático estabelecido pelo INCRA.

³⁹ De acordo com Marques (2000), baseado em Neves, o termo assentado é denominado pelo INCRA e por instituições envolvidas no processo de assentamento, “para definir uma modalidade de relação provisória ou precária com a terra”.

⁴⁰ Segundo Marques (2000), os assentados se vêem nesse momento como “posseiros”, a aquisição do status de proprietário só acontece quando eles são emancipados e recebem do INCRA o título de posse da terra.

“Os assentados são introduzidos no ritual técnico burocrático estabelecido pelo INCRA, ao longo do qual, a posse e o uso da terra estão submetidos ao cumprimento de determinadas regras, que restringem sua autonomia e pesam sobre eles como uma ameaça de retorno à condição de sem-terra. Enquanto eles permanecem sob a tutela desse órgão, vivem uma situação na qual elementos de autonomia e dependência se alternam” (Idem, 2000:118).

A relação de tutela que o Estado tem com os assentados, inicia-se antes da assinatura do contrato, quando da definição de quem será assentado, pois os mesmos passam por uma seleção de beneficiários, baseada em critérios definidos pelo próprio INCRA, como: idade, tamanho da família, experiência em trabalhos anteriores, vetado a funcionários públicos e aposentado dentre outros. Entretanto, a tutela do Estado acontece, sobretudo, na criação do assentamento ou ainda na manutenção de projetos, tais como financiamentos, infra-estrutura necessária e assistência técnica.

Essa tutela, por parte do INCRA, acaba fazendo com que os assentados se tornem “sujeitos” ao Estado, fazendo com que estes passem a prestar contas de quase tudo que fazem no assentamento e, em alguns casos, até da vida pessoal. Em alguns casos isso acontece porque o técnico do INCRA, na maioria das vezes, considera o assentado como um despreparado em relação ao perfil de produtor desejado. Provavelmente, episódios desta natureza devem-se ao desconhecimento, por parte do INCRA, das características socioculturais dos assentados, tratando-os como iguais, ou seja, um modelo de produtor moderno com as mesmas características, dependentes do Estado.

Se por um lado, os assentados se igualam na “luta pela terra” e por melhores condições de vida, por outro, eles possuem características heterogêneas forjadas nas suas trajetórias de vida e pelos “ritos” que cada um passou individualmente, desde o momento da desagregação em seus locais de origem, até o assentamento.

Nesse contexto, pode-se considerar a Reforma Agrária como uma estratégia de mudança para os migrantes, podendo representar uma saída não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social em que se possa driblar a exclusão. Portanto, os assentamentos rurais tornam-se o lugar, o território, o espaço onde os migrantes poderão ancorar seus valores culturais e estabelecer sua reprodução social.

3. TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS DO VEREDA I

Pau de Arara

Quando eu vim do sertão seu moço
Do meu bodocó
Meu malote era um saco
E o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau de arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Trouxe o triângulo
Trouxe o gonguê
Trouxe o zabumba
Dentro do matulé
Xote, maracatu e baião
Tudo isso eu trouxe no meu matulão.

(Luiz Gonzaga e Guio de Moraes)

Neste capítulo procura-se descrever e analisar a trajetória de vida dos migrantes do assentamento, desde suas origens, passando pelas formas de produção, relações de parentesco, até as perspectivas de futuro dos assentados. Para orientar a análise desse processo, serão utilizadas as seguintes categorias: terra, trabalho, parentesco e saber.

3.1. A situação dos assentados no local de origem e a decisão de migrar para Brasília

Os assentados entrevistados do Vereda I são de origem rural da região Nordeste do país, como pode ser observado na Figura 12. Nessa região, a organização do trabalho familiar dos migrantes estava centrada na estrutura patriarcal, o pai detinha os conhecimentos da produção e da comercialização, sendo o mesmo quem definia a realização das tarefas e a divisão do trabalho entre o grupo familiar. Na divisão do trabalho, os homens ficavam responsáveis pelo trabalho na “roça” e as mulheres incumbidas das tarefas da casa e o cuidado com as criações domésticas como cabritos, ovelhas, galinhas, entre outras. Os relatos abaixo ilustram essa divisão de tarefas na família.

“Mamãe cuidava de casa, de nós, da nossa comida, da nossa roupinha, que era pouquinha né. Ela cuidava disso aí. E nas horas vagas ela fazia bordado para vender em Fortaleza também” (Sr. A, 2001).

“Eu tinha que acordar cedo para tirar o leite das cabras, para fazer a comida dos perus, senão eles morriam, dá comida para os pintinhos, isso tudo era responsabilidade minha” (Sra. E, 2001).

Segundo Carvalho (2000), a participação da mulher nas atividades da roça acontece nos momentos de plantio e de colheita, períodos com maior volume de atividades. No entanto, para Giacobbo (1994), a participação da mulher na “roça” depende de vários fatores, entre eles, o ciclo de vida familiar, ou seja, idade, número e sexo dos filhos, a possibilidade ou não de contratar mão-de-obra, dentre outros. Dessa forma, o trabalho da mulher não fica restrito apenas ao serviço doméstico.

“A mulher trabalha juntamente com o homem na ‘roça’, desempenhando tarefas muitas vezes específicas do processo produtivo. Mas sua participação nessas atividades é vista como ‘ajuda’” (Idem, 1994:85).

O trabalho era realizado nas terras herdadas pelos pais, ou em “pedaços” de terras compradas que, em geral, eram insuficientes para a produção de alimentos destinados a toda a família. Quando isso acontecia, o normal era que outro pedaço de terra fosse arrendado para que as “coisas de roça” fossem produzidas para a manutenção da família.

“Meu pai tinha uma roça, um terreno pequeno que a gente plantava milho e feijão, que era na parte dele, e o arroz nós plantava alugado, nós pagávamos a renda” (Sr. C, 2001).

Essas famílias eram camponeses que produziam em terras denominadas por eles como “terras de culturas”, na qual a base da produção era familiar. Garcia Jr. (1989), define esse tipo de produção como de “terra de agricultura” que se refere ao espaço físico, onde são produzidas as condições sociais necessárias para a realização dos cultivos por grupos familiares de pequenos produtores.

O excedente era vendido em feiras locais pelos próprios produtores, e com os recursos apurados com a venda do excedente da produção, eles adquiriam outros bens necessários para a sua manutenção.

“Em Gilbués tinha uma feira e nós morávamos sete quilômetros e nos ia vender laranja, lima, milho, feijão, tudo em costa de jumento. A nossa produção era vendida na feira, nas costas de jumento. A feira lá parece que era no sábado. Tudo aquilo que não era consumido pela família era vendido na feira” (Sr. B, 2001).

Em alguns lugares, as roças eram formadas em matas onde a terra é considerada como “terra boa”⁴¹. A mata era derrubada dando lugar às chamadas “roça de toco”⁴², que eram cultivadas com o uso de ferramentas manuais. A definição de roça de toco é apresentada no relato abaixo:

“(…) naquele tempo não existia IBAMA e por isso nós derrubávamos o mato naqueles lugares melhores e arrancava os tocos na picareta, cavava com a picareta, cortava com o machado e ali que a gente ia tocar a nossa roça, na roça de toco, porque ficava os tocos no meio da terra” (Sr. B, 2001).

As principais culturas plantadas nas “roças de toco” eram a mandioca, o milho, o arroz, o feijão e a abóbora, lavouras definidas por diversos autores, dentre eles, Garcia Jr. (1989), como lavouras de subsistência, pois destinam-se tanto ao autoconsumo, quanto à venda eventual. Culturas comerciais como o café e a cana-de-açúcar não eram cultivadas por essas famílias, pois demandariam grandes extensões de terra. “A terra lá [Maranhão] era pouquinho, só dava para plantar cultura” (Sr. C, 2001).

Em alguns casos o bode, a galinha e o jumento eram criados para aumentar a renda familiar, e também com função de reserva para emergências. Em alguns estados como o Maranhão e o Ceará, as famílias coletavam o coco

⁴¹ Para os entrevistados terra boa é aquela que contém uma camada de matéria orgânica abundante, ideal para o cultivo.

⁴² Woortmann (1997) chama atenção para o uso do chamado sistema extensivo de queimar e coivarar a terra, transformando o mato em terra para plantio, por um período de três anos.

de babaçu ou a palha de carnaúba, que representavam em muitos casos, a principal fonte de renda.

“Papai tinha roça de feijão, arroz, melancia, abóbora, milho. Era coisa muito ignorante, porque a família era grande e não podia pagar os outros. E o meu pai era um velho muito criativo, e tinha que colocar os filhos para trabalhar. Então ele mexia também com a palha do babaçu para fazer forro de casa” (Sr. G, 2001).

As famílias dos entrevistados eram basicamente nucleares, ou seja, a família era formada pelo casal com os filhos, que, em alguns casos, tinha um número elevado de filhos. Segundo os entrevistados, o número elevado de irmãos facilitava o trabalho na roça, pois as tarefas eram divididas entre eles. Porém, quando os mesmos iniciavam a fase adulta precisavam buscar outros meios para produzir ou até mesmo para constituir família.

“A gente ficava mais velho tinha que procurar outro meio de ganhar a vida, porque a terra que papai tinha era mais para sobreviver, (...) dinheiro meu eu fui ter depois dos meus 19 anos” (Sr. A, 2001).

As lembranças da casa de origem são marcantes entre os entrevistados. Eles relataram que na parte da frente da casa eram plantadas árvores frutíferas, que possuem ciclo de vida maior, e na parte de traz, aquelas árvores de ciclo de vida menor, como a bananeira ou o mamoeiro.

“Sabe Marcelo, lá na casa do meu pai tinha quatro quartos. Tinha um que era para o meu pai e a minha mãe. Tinha outro para três irmãs, outro para eu e o meu irmão mais velho e, o meu irmão mais novo em outro, lá a gente dormia em rede. Tinha uma sala muito grande e tinha uma varanda muito grande ao lado, assim. Na frente outra varanda com uma área em volta. Lá a gente falava terraço, né. E atrás a gente tinha um bananal que a gente colhia cento, porque lá não vende banana por caixa, vende é por cento. Lá, às vezes, a gente apanhava 200 centos de banana, às vezes durante um período do mês. Entendeu? Era muita coisa esse bananal, era muito grande e era tudo do meu pai” (Sr. C, 2001).

De acordo com Bachelard (1978), a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, sonhos e lembranças do homem, pois sem a casa ele seria um disperso. A *“casa é um grande berço onde a vida começa bem agasalhada”*, é nela que o ser humano tem o seu primeiro mundo.

Além da lembrança da casa de origem, as festas regionais são outras lembranças “boas” que os entrevistados fizeram questão de contar. Segundo eles, as festas eram o momento em que ganhavam roupa nova, dinheiro para

compra de doces, divertimento, além de ser um espaço de socialização com os vizinhos.

“As festas mais importantes na época eram de Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, e de São João. Eram nove dias de festas. Nessa época nós comíamos feijão com farinha e rapadura. Arroz, quem comia era rico” (Sr. D, 2001).

“(...) na roça, lá no interior, a mais ou menos dez léguas de distância. E tinha uma radiola. Você sabe o que é uma radiola? Era um alto falante grande que faz propaganda na rua. (...) aí a pessoa alugava a radiola dava trinta dias de festa e todo dia tocava. Aí tinha duas rainhas, a rainha do partido azul e a rainha do partido encarnado, que é o vermelho. A rainha mais bonita sempre era a mais votada. (...) Fazia aquela festa e, nós lá em casa era quatro irmãos, e para ir numa festa daquela nós íamos escondido. Então nós púnhamos um pedaço de pau dentro da rede. Quando papai deitava nós saíamos” (Sr. A, 2001).

“Tinha umas romarias, como Nossa Senhora da Conceição, que a gente festejava, né. Então tinha aquelas novenas que a gente festejava, para fazer o terço que a gente chamava de novena. Marcelo, os meus pais eram muito religiosos. Eles, por acompanhar a tradição da cidade, ele acompanhava também, igual a bíblia fala dos inocentes. Eles acompanhava e levava nós. Aquilo ali servia mais como animação que nós não tinha” (Sr. C, 2001).

A comida era à base de farinha de mandioca, milho, abóbora, rapadura e aqueles que moravam perto de rios ou do mar, consumiam peixe ou frutos do mar, pescados por meio de técnicas que aprenderam com os pais.

“Na época do acasalamento a gente pegava os caranguejos, mais fácil, porque eles saiam para acasalar. Quando não estava na época, você ia procurando os buracos no mangue, e quando você vê o buraco pode meter a mão no buraco que o caranguejo está lá dentro. Ali você desce com a mão aberta, porque quando você pega ele e de uma vez assim, não dá tempo dele te pegar, porque se ele pegar no dedo corta. Então todos os anos nós tínhamos a época de pegar caranguejo para vender e para comer. Nós pegávamos o caranguejo, o siri, o aratu, o guaimu e o mão-no-olho, um bem miudinho que anda com a pata bem assim no olho, perto da cabeça” (Sr. A, 2001).

A relação com o ciclo agrícola⁴³ é outro fator importante a ser considerado, porque traz mudanças direcionadas às atividades cotidianas relacionadas com a terra. Segundo os entrevistados, em sua região de origem, no Nordeste, existem apenas duas estações: verão e inverno. Durante o inverno a atividade agrícola é maior, exigindo trabalho de toda a família.

⁴³ O ciclo agrícola, para os entrevistados, está relacionado com duas estações, a saber, inverno e verão. Segundo eles, são as únicas estações que tem no Nordeste. No período do inverno com a maior intensidade de chuvas, o volume de trabalho é maior, enquanto no verão (seca) o volume de trabalho na lavoura é menor, principalmente pela falta de água ocasionada pela falta de chuvas.

Entretanto, no verão, o volume de atividades é substituído por outras compatíveis com a época. Garcia Jr. (1989) aborda a relação de dependência entre o calendário agrícola e as condições climáticas, principalmente as chuvas, sendo o planejamento das atividades afetado diretamente por essa relação.

“Olha, na época de chuva nós cuidávamos da plantação de milho, feijão, mandioca para nós fazermos a farinha e o polvilho. O feijãozinho para nós comer e o milho para tratar das galinhas. Quando era na época da seca nós trabalhávamos com carvão e tijolo que colocávamos numa forma, amassava e carimbava com a mão” (Sr. A, 2001).

Segundo os entrevistados, no inverno era necessária a contratação de trabalhadores temporários para auxiliar nas atividades do “roçado”, pois a intensidade de trabalho era maior e apenas os membros da família não tinham condições de fazê-lo.

Sobre essa questão, Garcia Jr. (1989) chama atenção sobre o trabalho no “roçado”. Este não era constante em todas as épocas do ano; em determinados períodos como no inverno, havia necessidade de maior número de trabalhadores para melhor aproveitar o período das chuvas, na realização do plantio. O não aproveitamento desse período podia significar diminuição na produção.

Desta forma, o planejamento das atividades de trabalho estava diretamente relacionado com o ciclo agrícola, nos períodos de secas muito prolongados, o pai tinha que buscar outras alternativas para sustentar a família, deixando a responsabilidade da propriedade com os filhos mais velhos.

“(…) meu pai começou a viajar, ele comprou três ou quatro animal, jumento, cavalo e colocava a cangalha - lá a gente chamava de garajal, ou senão, mala de couro - em cada animal. Ele saía na estrada, no interior e saía comprando farinha e, muitas vezes, ele comprava muito peixe. Comprava três cargas e colocava nos animais e saía trocando por farinha ou rapadura, saía vendendo até na currutela onde a gente morava. E depois Deus capacitou ele um pouco. Ele foi e comprou um barco e saía pelo rio, e naquela altura, ele levava rapadura e arroz, e trocava por farinha e vendia na cidade. Nessa altura eu já estava bem maior, com oito anos, então ele saía e me deixava encarregado de olhar as duas ou três vacas que ele tinha, parida, né” (Sr. C, 2001).

Garcia Jr. (1989) afirma que essa relação de *agricultura* e o *pequeno negócio* é uma característica principalmente dos homens na unidade doméstica, o responsável normalmente é o pai de família ou os filhos homens mais velhos.

Outro ponto importante na relação de produção dos camponeses é a feira, local onde se vende o excedente da produção. Nesta dinâmica, os entrevistados relataram que no seu local de origem era muito comum a ajuda de filhos homens, geralmente o mais velho, na venda do excedente da produção.

“Nós íamos, eu e os meus irmãos, todos os sábados para Fortaleza com uma tropa. Vendia as coisas na feira e trazia o dinheiro para papai. Era assim. Nós não tínhamos direito de tirar nada para comer lá não. Só se ele falasse que podia tirar tanto, que é para vocês comer alguma coisa lá. Quando a gente chegava, ele sabia tudinho o que a gente iria apurar lá, né. E quem ficava responsável pelo dinheiro era o meu irmão mais velho que chegava e falava: olha papai, o dinheiro” (Sr. A, 2001).

De acordo com os entrevistados, normalmente o pagamento de trabalhadores temporários era feito em produtos como rapadura, mandioca ou carne e não em dinheiro, pra suprir as necessidades de trabalho nesse período.

“(...) Às vezes papai precisava de ajuda e a pessoa ia lá e tinha que dar um dia de serviço para trabalhar em troca de um quilo de carne. Naquela época [década de 50] o serviço era pago em mercadoria, dinheiro mesmo nada. Não lembro do dinheiro da época. Acho que era cruzeiro mesmo e dinheiro mesmo a gente quase nunca via” (Sr. B, 2001).

Houve, dentre os entrevistados, dois que relataram que os pais nunca tiveram terra, porém sempre viveram trabalhando em propriedades dos outros, em que normalmente trabalhavam no sistema de parceria “a meia”.

“Eu nunca tive terra. Nós morava na currutela (um lugarejo ou vila), no lote que o prefeito deu pra gente e a gente construiu nossa casa. Teve uns tios que cedeu um pedacinho de terra para plantar cultura e mamona. A cultura [milho, mandioca e feijão] era toda nossa, mas a mamona tinha que dividir a meia. O tamanho da terra era quatro tarefas. Aqui em Goiás fala quarta de terra, isso era mais ou menos um hectare” (Sr. D, 2001).

As crianças iniciavam o trabalho, na maioria dos casos, por volta dos sete anos. Muitos deixavam de estudar para ajudar os pais nas atividades da propriedade ou trabalhar para terceiros.

“Eu comecei a estudar com nove anos, só que fiquei só três meses na escola, porque quem estudava era preguiçoso, era porque não queria trabalhar, e nós era muito pobre e precisava de trabalhar para os outros para comer porque a gente não tinha terra, a gente morava numa currutela que a prefeitura tinha dado, então a gente trabalhava na terra dos outros (...)Eu trabalhava com cultura (milho, mamona, feijão andu e feijão de catar)” (Sr. D, 2001).

“Cheguei a estudar muito pouquinho. Cheguei a estudar a carta de ABC, a cartilha de ensino rápido. A carta de ABC, hoje os professores não usa mais, me parece que existe um erro nisso aí. A carta de ABC, nós tínhamos de ler todinha, do começo até o fim, aí quando você tivesse lido ela todinha, você vinha lendo, voltando. Se você não fizesse isso, você não teria estudado a carta de ABC. (...) Quando foi para mim fazer o primeiro ano eu não estudei mais porque eu não tive mais tempo tinha que ajudar papai na roça. Nessa época eu tinha uns 9 a 10 anos” (Sr. A, 2001).

Para eles, o estudo naquela época não era tão “útil” como hoje, era para filho de rico que podia deixar de trabalhar para estudar, e aqueles que tiveram a oportunidade de estudar eram tratados pelos de “fora”⁴⁴ como preguiçosos. O saber era passado de pai para filho, desenvolvendo atividades como plantar, cuidar da terra, pescar, caçar. Segundo os entrevistados, eram os pais que ensinavam tudo o que eles precisavam saber sobre a terra, pois era da “*terra que eu tirava o meu sustento*”.

De acordo com os entrevistados, um dos principais problemas enfrentados pelas famílias que residem no Nordeste é a escassez de água.

“(...) Lá não existe terra ruim, a terra só é ruim porque não chove. Quando chove no ano é só três meses, aí todo mundo tem muita fartura (...) a água a gente precisava carregar na cabeça, ou então lá a gente falava caçamba, era quando fazia dois caixotes, pendurava e amarrava a corda e colocava a cangalha nas costa do jumento. Era um caixote de um lado e de outro. Ali nós tínhamos quatro latas e ainda colocava um pote na cabeça e ia buscar água muito longe” (Sr. A, 2001).

Essa adversidade climática acabava provocando o deslocamento de muitos trabalhadores do “Norte” para o “Sul”, em busca de renda para a manutenção da família que ficou “*pelejando com a seca*”.

“Eu me lembro, que teve uma época, que teve uma seca muito grande lá [Umarizal-RN] em 1968. Foi muita seca. As coisas que o meu pai tinha, morreu tudo que o meu pai teve que ir embora, em 1968 para São Paulo, eu tinha 11 anos, para poder arrumar emprego, para mandar dinheiro pra gente melhorar a situação. O meu pai, quando foi embora para São Paulo para trabalhar de garçom, e mandava o dinheirinho todo o mês pra casa, foi isso que ajudou bastante (...)” (Sra. E, 2001).

A migração para as regiões do “Sul”, principalmente para os grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, passa a ser uma alternativa para conseguir “melhorar de vida”, ou mesmo um recomeço de

⁴⁴ O significado de “fora”, para os entrevistados, está relacionado com as pessoas que não fazem parte da parentela.

vida em outro local. Na Figura 9, essa situação pode ser evidenciada no trecho da entrevista sobre a decisão de migrar.

P: Como foi a idéia de vir para a cidade? Porque Brasília?

R: Nessas alturas uma irmã minha casou e, de 10 a 20 dias, o marido dela veio pra Brasília com o irmão dele, que trabalhava aqui em Brasília. Ele era funcionário público e tinha falado com o irmão que ia arrumar um emprego para ele também no ministério, que era o Ministério da Educação. Aí ele veio, e ele depois de um uns dois anos, ele mandou o dinheiro para que eu viesse morar com eles aí. Aí eu vim e não consegui serviço.

P: Qual a idéia que o Sr. tinha de Brasília? Qual foi a reação dos seus pais, após a decisão de migrar?

R: Olha, eu pensava assim, eu vou para Brasília e vou ganhar dinheiro, e vou voltar e comprar um terreno para nós plantar. Aí o meu pai falou: o meu filho não vai não, ele fica aqui. Aí a minha mãe falou: não, deixa ele ir. Aí a minha finada avó chegou e falou com o meu pai: deixa ele ir, porque ele vai lá para o José. Lá ele não vai pagar aluguel, que o José falou. Aí ele junta o dinheiro lá e vocês compra um terreno, e depois vocês vão trabalhar melhor. Aí vocês vão poder até comprar outro barco para trabalhar melhor. Aí o meu pai colocou aquilo na cabeça. Aí eu vim. Só que quando eu cheguei aqui, ele não conseguiu me colocar. Aí eu tive que trabalhar numa obra. [Sr. C voltou três anos depois ao Maranhão e acabou levando para Brasília um irmão mais novo para trabalhar como ajudante de eletricista].

Figura 9. Trecho de entrevista sobre a decisão de migrar

Nesse trecho da entrevista fica clara a decisão do migrante de deixar o local de origem, com objetivo de arrumar emprego para comprar terra para a família. Sobre essa questão, Garcia Jr. (1989) mostra que muitos migrantes nordestinos deslocavam-se dos seus locais de origem com intuito de arrumar emprego no “Sul” visando juntar dinheiro para comprar terra.

As condições de vida difíceis que os entrevistados levavam em seus locais de origem e a própria atração que as cidades exerciam sobre eles foram fatores decisivos para que os entrevistados migrassem para Brasília. Observe-se na Figura 10 trecho de entrevista sobre decisão de migrar.

P: Qual foi o motivo do Sr. sair do Ceará?

R: O motivo de eu sair de casa foi a influência de Brasília. A influência era muito grande. Aí eu resolvi e eu falei com papai. E tinha umas empresas que formavam os paus-de-arara, onde davam a passagem para a gente vim e o dinheiro das despesas na estrada, para gente vim trabalhar na construção. Foi por isso que eu resolvi vim embora pra cá (...).

P: Mas porque o Sr. resolveu deixar o Ceará?

R: Foi caçar melhorar de vida, porque lá nunca teve melhora de vida, porque o Nordeste só é bom para quem tem dinheiro e nunca saiu de lá. Porque, mesmo quem tem dinheiro e sai de lá para vim para o Sul, acha coisa melhor.(...) E a imagem de Brasília que eu tinha, era das pessoas que vieram pra cá em 1957, que voltava para o Ceará e falava que Brasília era muito bom para ganhar dinheiro. Era o lugar de ganhar dinheiro. Então a imagem que eu tive foi a de melhorar de situação, é por isso que eu me afastei da minha terra, dos meus pais. Foi para melhorar a minha situação. Quer dizer, quando eu cheguei em Brasília eu comecei a ganhar dinheiro, coisa que eu não tinha no Ceará. [Este Sr. A veio para Brasília em 1959, com 20 anos, trabalhar na construção civil].

Figura 10. Trecho de entrevista sobre a vinda de um migrante para Brasília

Na época em que migraram, os entrevistados tinham, em média, 19 anos e procuraram seguir rotas definidas por parentes, com objetivo de conseguir emprego e “*quem sabe uma profissão e fichar*”. esta situação é semelhante a que Garcia Jr. (1989) observou no Agreste e no Brejo da Paraíba, local em que a maioria dos jovens que migravam tinham em média 20 anos, idade de se casar, se tornar agricultor ou ter uma profissão⁴⁵ e se estabelecer no Sul.

Os migrantes entrevistados que não foram os primeiros da família a deixar o local de origem escolheram Brasília como destino porque seriam amparados por parentes e também pela facilidade de arrumar emprego. Na Figura 11, pode ser observado essa constatação.

⁴⁵ Segundo (Garcia Jr, 152:1989), “Ter uma profissão significa mais do que ter conhecimentos e habilidades específicas necessárias ao desempenho de uma atividade especializada na indústria ou por conta própria (...)”.

P: Quem veio primeiro?

R: “Para início meu, veio um irmão meu chamado de Antônio, o mais velho. Ele veio para Brasília. Nesse tempo eu era pequeno ainda. Ai ele veio para Brasília. Foi quando ele chegou no Piauí todo empolgado, com dinheiro que era uma nota amarela. Esses dois cruzeiros era uma nota amarelinha. Era uma coisa mais linda. Ai aquilo me incentivou a gente a sair de lá mesmo, porque lá a gente não via dinheiro mesmo” (Sr. B, 2001).

P: Porque você veio para Brasília?

R: “Quando eu pensei em sair, pensei em ir para São Paulo. Só que eu fiquei com medo porque não tinha ninguém conhecido, e em Brasília eu tinha irmão, tios e tias, ficava mais fácil. Eu pensava bem de Brasília, principalmente por causa do salário que era muito alto. O meu irmão mais novo que estava aqui há três anos, vivia me chamando para vim, que eu ia ganhar dinheiro fácil, que dava para ganhar dois salários por semana e, no Nordeste eu ganhava um salário por mês. Então fui ficando tentado de vim e resolvi vim” (Sr. F, 2001).

P: Porque você veio para Brasília?

R: “Tinha um irmão meu que estava lá passeando [no Maranhão], que me convidou para vim para Brasília com ele. Só que o carro estava muito cheio, aí ele falou que mandava o dinheiro pra mim, porque ele já tinha bastante conhecimento e me arrumava emprego aqui. Aí eu falei com ele que não ia poder ir não. Não vou deixar a mamãe sozinha, (...), mas depois as coisas ficaram difíceis e vim para trabalhar com o meu irmão” (Sr. G, 2001).

Figura 11. Relatos de migrantes que escolheram Brasília

A viagem dos imigrantes que vieram para Brasília antes dos anos 70 era feita em caminhão pau-de-arara⁴⁶, demorando vários dias até chegar a Brasília. As pessoas⁴⁷ que recrutavam trabalhadores do Nordeste para as obras em Brasília, em muitas vezes, eram responsáveis pelo transporte dos migrantes.

P: Quando e como o senhor veio?

⁴⁶ Definição apresentada no capítulo 2.seção 2.3.: As principais rotas migratórias brasileiras

⁴⁷ Um dos entrevistados definem essas pessoas assim: essas pessoas muitas das vezes ficavam responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores para construção de Brasília. “Eles ganhavam de acordo com número de pessoas que viessem com eles porque naquela época não havia ônibus e eles ganhavam era com a gente que vinha” (Sr. B, 2001).

R: “Sai no dia 01 de outubro de 1961, [Piauí] levamos oito dias de viagem de pau-de-arara que só tinha uma lona velha dentro dele e nem coberta não tinha. Quando a gente ia correndo e tava muito frio, a gente entrava debaixo da lona que nem porco. A viagem passei comendo farofa de carne de porco com farinha. O meu irmão matou um porco e fizemos a farofa, ai vim comendo aquilo pelo caminho.(...) Um senhor chamado de China e um tal de Zuza Peque, esses dois homens eram que puxavam gente naquela época.(...) num Chevrolet, modelo Marta Rocha, de cor azul e branco, da cara chata, o apelido do caminhão, desde o início, até Brasília” (Sr. B, 2001).

Em alguns casos os parentes que estavam em Brasília é quem “davam” o dinheiro da passagem.

P: Como você chegou aqui? Quem arrumou o dinheiro da viagem?

R: “A viagem? Você não vai acreditar, a minha mãe vendeu as galinhas e o meu irmão mandou o dinheiro da passagem, porque o dinheiro das galinhas foi só para eu não vim dura. Na época a gente saía de Umarizal, pegava ônibus até Patu, uma cidade do Rio Grande do Norte, e de lá a gente pegava um trem para vim para Sousa, na Paraíba, e de Sousa, era que a gente pegava um ônibus para Brasília. Eu levei três dias com essa brincadeira. (...). Hoje você faz no máximo em 40 horas. Quando eu cheguei o meu irmão e dois conterrâneos que morava com o meu irmão, estava me esperando” (Sra. E, 2001).

Depois da década de 70, os migrantes passaram a vir de ônibus, tendo a rodovia Belém Brasília como a principal rota para alguns. Na Figura 12, é apresentada uma breve representação do processo migratório dos assentados entrevistados no Vereda I.

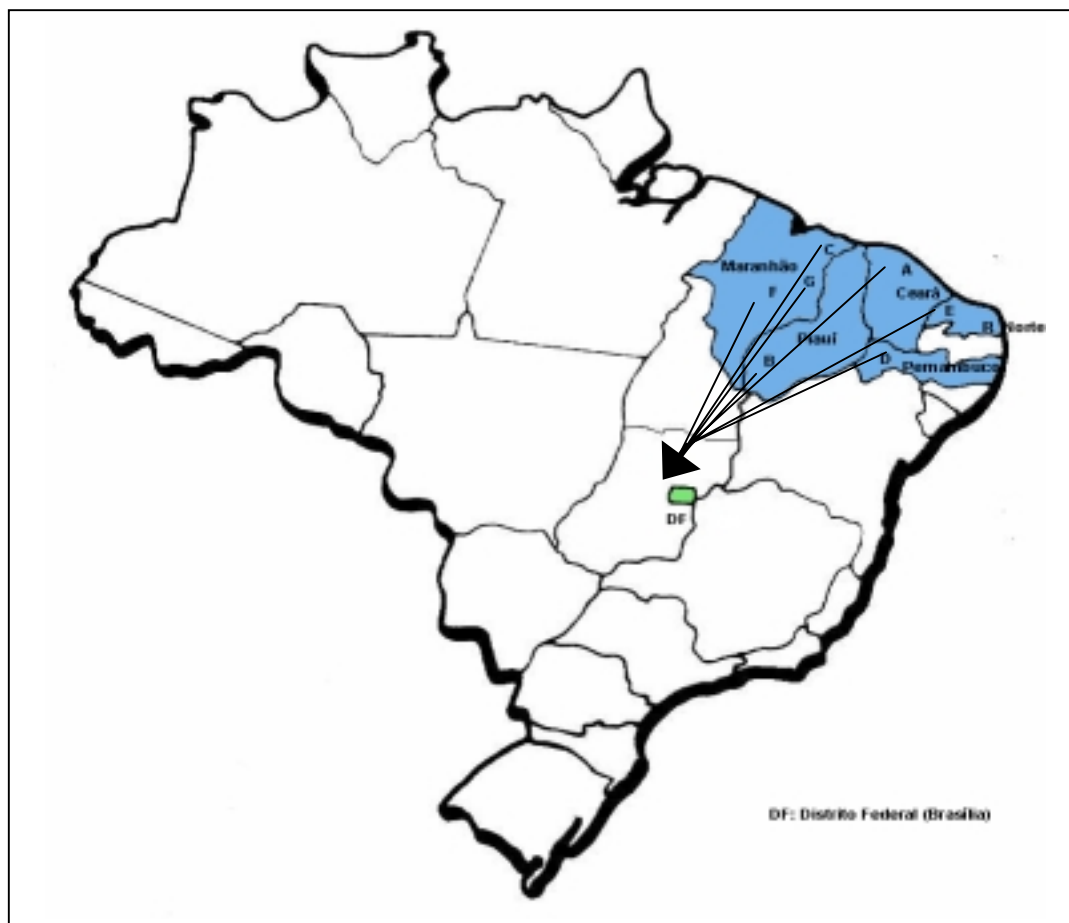


Figura 12. Rota migratória dos entrevistados do assentamento Vereda I

Tabela 9. Características sociais dos migrantes entrevistados

Entrevistados	Ano de migração	Cidade de origem	Idade***	Escolaridade	Primeira atividade desempenhada no DF	Foi morar com quem
A	1959	Aquiraz (CE)	20	1 ^a série	Motorista em obras	Sozinho
B	1961	Gilbués (PI)	19	2 ^a série	Servente	Com a irmã
C	1969	Tutoia (MA)	21	4 ^a série	Apontador em obras	Com a irmã
D*	1971	Novo-Exu (PE)	30	Sem escolaridade	Mascate e faxineiro	Sozinho
E	1975	Umarizal (RN)	18	1 ^o grau	Garçonete	Com o irmão
F**	1983/1985	Pedreiras (MA)	19	6 ^o série	Aprendiz de mecânico	Com o irmão
G**	1981/1984/1993	Caxias (MA)	17	4 ^a série	Lanterneiro	Com os irmãos

* Antes de ir para Brasília trabalhou em fazendas de café em GO em 1957; ** Entrevistados que migraram, retornaram para os locais de origem migrando para Brasília mais de uma vez; *** considerando a idade na época da primeira migração.

Os entrevistados relataram que a expectativa que tinham da cidade era de facilidades em arrumar um bom emprego e ganhar muito dinheiro, porque era essa *estória* que eles viam falar no Norte. Isso porque muitos parentes ou amigos voltavam para visitar “o pessoal que ficava”, contando vantagens e trazendo a moda do “Sul”, impressionando principalmente os jovens.

P: Qual a imagem que o senhor tinha da cidade?

R: “Rapaz, na época em que estávamos lá nós considerávamos Brasília, vamos dizer assim, um paraíso. Porque o pessoal sai de lá, aquele pessoal lavrador, saíam e quando voltavam vinham com uma roupa diferente, com uma pele bonita, chegavam aplumados. Ai a gente criava aquela imagem que aqui as coisas era uma coisa super boa, muito boa” (Sr. B, 2001).

P: Qual a imagem que você tinha de Brasília?

R: “Ah! Era a idéia da cidade grande, era um sonho. Eu achava que ia chegar, arrumar um bom emprego, ter uma casa boa, aqueles sonhos da cidade. Só que é tudo muito difícil. Você bate numa porta, ela se fecha, você bate na outra, ela também se fecha” (Sra. E, 2001).

Os pais aceitavam a decisão dos filhos de partir para Brasília, porque muitos sabiam que, se os filhos ficassem, não teriam um futuro melhor, além de que as terras eram insuficientes para toda a família. Esta constatação pôde ser confirmada na fala de um migrante “aventureiro”.

P: O Sr. falou com os seus pais?

R: “Falei e eles me falaram: ah, meu filho. Você sozinho no meio do mundo, comé que faz? Eu falei com meu pai: não tem problema não. Deus está em todo lugar e dadonde a gente tiver ele vai me olhar, e eu vou saber viver. Não vou caçar briga com ninguém. Eu não tenho maus costume e dadonde eu estiver eu vou ser feliz. Papai sabia que eu não podia ficar ali porque as terras era pouquinha e agente passava muita dificuldade” (Sr. A, 2001).

De acordo com os entrevistados, a falta de perspectiva em permanecer em seus locais de origem, aliada ao “encantamento” que a cidade exercia sobre eles, principalmente pelas *estórias* contadas pelos parentes que migraram antes, foram os principais fatores na decisão de migrar para Brasília.

3.2. Ilusões perdidas: trabalho, moradia e desemprego em Brasília e a decisão de migrar para áreas de assentamentos rurais.

Dentre os assentados entrevistados foi possível distinguir dois grupos de imigrantes que vieram para Brasília, com características diferentes. O primeiro grupo foi aquele que veio de caminhão pau-de-arara antes dos anos 70, trabalhar na construção civil e, em alguns casos, participaram da construção de prédios públicos. Nesse período esses imigrantes não tiveram dificuldades para encontrar empregos.

“Cheguei para trabalhar na construção de Brasília de motorista ou o que aparecesse. Eu cheguei a trabalhar quatro dias de servente. Mas foi aquela coisa ruim, as camas cheia de percevejo. Eu não conhecia aquilo, mas os outros que já conhecia falava: isso ai é percevejo nas camas. E aonde tem percevejo, tem barbeiro (...), Aí, eu com quatro dias trabalhando de servente, eu cheguei e pedi contas, porque qualquer lugar que você chegasse você conseguia emprego e trabalhava era muita oferta de emprego, ai fui trabalhar em outro lugar” (Sr. A, 2001).

No segundo grupo estão aqueles que vieram depois dos anos 70 e foram trabalhar sobretudo na prestação de serviços como, por exemplo, em oficinas mecânicas. A principal característica desse grupo está relacionada à conquista do emprego, graças aos parentes destes imigrantes.

“(...) eu fui trabalhar na retífica com o meu irmão, que tinha conseguido o emprego com o patrão dele. Na primeira semana eu não sabia de nada, mas foram ensinando como era as coisas. Trabalhei com jato de areia. É uma máquina de jatear peça. Serve para limpar as peças, tirar o óleo das peças. Você deixa a peça bem limpinha. Depois fui pegando as manhas de retífica” (Sr. F, 2001).

Os parentes e conterrâneos foram imprescindíveis para adaptação nesse novo “habitat”. Isso fez com que Brasília fosse escolhida por causa do apoio logístico que teriam na *nova cidade*.

Para Durhan (1978), o apoio de parentes e amigos para os migrantes de origem rural é fundamental para a adaptação dos mesmos no meio urbano.

“O migrante rural que chega pela primeira vez numa cidade grande encontra uma situação completamente diferente, ante a qual os padrões de comportamento que constituem o seu equipamento cultural tradicional se revelam inadequados. Faz-se necessário um ajustamento inicial que se apresenta como reconstituição do seu universo” (Idem, 1978: 184).

Segundo Singer (1973), a adaptação do migrante recém chegado ao meio social se dá normalmente por mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes que chegaram antes. Isto significa que o lugar em que o migrante irá ocupar na estrutura social já é, em parte, predeterminado pelo seu relacionamento social anterior.

Conforme os entrevistados, apesar do apoio recebido em Brasília, a saudade da família que ficou e a falta do contato com a terra, eram muito sentidos no cotidiano, principalmente nos primeiros anos.

“Nos três primeiros anos foi difícil adaptar por causa da imagem que tinha do Norte, de correr atrás de gado, lutar com o gado. A minha saudade maior que eu tinha, era a falta do gado e a saudade de um cavalo que eu deixei lá. Na época eu tinha 17 anos. Eu deixei um cavalo lá que era uma grande paixão” [Em Gilbués - Piauí o Sr. B, era “peão”].

Segundo os entrevistados, além dessa relação com parentes e amigos que estavam em Brasília, eles costumavam freqüentar lugares como feiras regionais e mantinham algumas tradições como festas e comidas típicas, que os faziam lembrar do sabor do passado e, em alguns casos até do “tempero” da mãe. Tudo isso era mais de que uma lembrança, era uma forma de manter viva a memória do lugar em que construíram suas identidades e onde deixaram suas raízes.

“As festas juninas a gente fazia muito lá [R.N], e até hoje eu faço, e também o Natal que a gente comemora tudo junto. Tudo isso a gente faz. A comida, sempre que eu posso, a gente faz uma buchada de bode, porque essa eu não dispenso não” (Sra. E, 2001).

De acordo com os entrevistados, essa relação com os parentes que estão em Brasília é muito importante para manter os laços de amizade e de sangue, pois a relação com aqueles que ficaram acabava sendo feita por carta, “notícia” e mais recentemente por telefone, como mostra na fala logo abaixo.

P: Como era o contato com a família que ficou?

R: O contato com a família era mais por notícia. Eu escrevi umas duas vezes e não escrevi mais. Mandeí uma ou duas cartas para o meu pessoal e depois cessou. Às vezes recebi algumas cartas deles.

P: O que significa notícia?

R: Notícia significa que quando alguém ia a gente mandava falar com os irmãos que eu estava bem. Mandar aquelas notícias que eles fala, era isso (Sr. B, 2001).

A volta ao local de origem, para visitar os parentes que ficaram, foi, na maioria das vezes, muito tempo depois da partida. Essa demora acontecia pela falta de dinheiro para a compra da passagem.

“Depois de 25 anos foi que eu voltei a primeira vez. Cheguei lá como um estranho porque os meus irmãos que eu deixei lá solteiro, estava tudo casado e pai de moças e rapazes” (Sr. B, 2001).

“Voltei lá 10 anos depois, em 1985. Eu voltei para ficar uns 15 dias para os meus filhos e marido conhecer o Nordeste” (Sra. E, 2001).

Além da falta de dinheiro, os migrantes encontraram outros desafios na cidade, sendo os mais importantes o mercado de trabalho excludente, principalmente para aqueles com baixo grau de escolarização, e a falta de moradia, que os obrigavam a percorrer longas distâncias.

“Eu fiquei de servente na ESISA, uma empresa construtora, não lembro ano porque a gente muda de um canto para outro. Nessa firma eu fiquei dois anos. Na ESISA a gente trabalhava o dia inteiro. Ai tinha a virada. Ai trabalhava a noite virando massa” (Sr. B, 2001).

Esta constatação só reforça o que autores como Cappellin (1990) observaram a respeito de migrantes rurais. De acordo com a autora, os trabalhadores rurais que chegam às cidades vão trabalhar nas mais diversas atividades. Porém, predominantemente, esses migrantes conseguem se empregar na construção civil, atividade que não exige qualificação e não faz distinção entre trabalhador rural e trabalhador urbano.

De acordo com os entrevistados, nos últimos anos foi ficando mais difícil de arrumar emprego, sobretudo pela falta de estudo. Principalmente a partir da década de 90 essa situação pode ser atribuída pelo menos em parte, com as transformações tecnológicas, sociais e econômicas que aconteceram, em todos os setores da economia.

De acordo com Montali (2000), essas transformações ocorridas no mercado de trabalho dos anos 90, já se faziam presentes na década de 80.

“Na última década eleva-se o nível de desemprego, cresce a informalização do trabalho, ou seja, torna-se tendencialmente menor a parcela dos ocupados que se inserem no mercado através de emprego regular e regulamentado, ocorre a redução e o assalariamento” (Idem, 2000:56).

Segundo a mesma autora, essas transformações são decorrentes de um lado, pela reestruturação produtiva, e de outro, pela oscilação econômica das últimas décadas que repercutiu negativamente sobre o nível de emprego.

Para Dedecca citado por Montali (2000), a “*racionalização econômica*” ocorrida nos anos 90 contribuiu para a redução na capacidade de geração de emprego nos diversos setores da economia, ocasionando uma redução significativa da dimensão ocupacional do trabalho assalariado. Em consequência dessas transformações, o desemprego nos anos 90 tem assumido características específicas, atingindo, sobretudo os trabalhadores menos qualificados.

O trecho dessa entrevista ilustra o processo de transformação sentida pelos entrevistados:

“Quando, eu cheguei em Brasília [1969], por exemplo, as coisas eram muito fácil. Tudo que você queria conseguir, você conseguia. Você arranjava um serviço ali e depois de três meses de trabalho, você já tinha dinheiro para comprar um lote, e fazia uma casa e, se depois você achava que era pouco, você vendia. (...) Então as coisas aquele tempo eram muito fácil. Se a gente falava que daqui a três meses eu iria comprar um carro novo, eu ia na concessionária e comprava um carro novo. Mas aí venceu o tempo, porque aquele tempo era para todos, tanto fazia você ter cultura, leitura ou conhecimento, ou como não ter isso. As coisas eram fáceis. Aí as coisas foram ficando difícil, foi abrindo concurso só para aquelas pessoas que tivesse estudo, para pessoas formadas, né. E aqueles que não tinha foram ficando para trás, foram ficando abandonados, como eu e muitos. (...). Então na cidade, para quem não tem estudo, fica muito difícil de ficar e de arrumar emprego, por causa da idade também, que no meu caso, está um pouco avançada para arrumar um emprego bom, né” (Sr. C, 2001).

Com relação à moradia é importante ressaltar que, em um primeiro momento, os migrantes foram morar com parentes que já estavam estabelecidos, principalmente no Núcleo Bandeirantes, Vila Planalto e na Vila dos Parafusos. Posteriormente, ao constituírem famílias, muitos foram morar em “invasões”⁴⁸ próximas ao Plano Piloto, como a “invasão” do IAPI. Nesses locais, acabaram sendo removidos para cidades mais distantes, como Ceilândia.

“Nessa época a minha esposa ia para o Plano para pegar roupa para lavar, para ajudar nas despesas. Quando a gente estava para sair da Vila do IAPI o nosso filho nasceu [1971] e ele foi novinho da Vila do IAPI para a Ceilândia porque nós fomos removidos (...) De lá fomos para Ceilândia, para um lote que nos ganhamos, porque a gente saiu da invasão e fomos para esse lote, porque na remoção quem saía ganhava um lote na Ceilândia 3 QN 3. O caminhão da prefeitura levou a mudança, quando chegava lá o motorista falava: o seu lote é esse aqui, e colocava a gente no meio do cerrado puro, no meio das cobras. O

⁴⁸ Para os entrevistados, as ocupações das áreas próximas ao Plano Piloto eram chamadas de “invasões”.

lote só estava piquetado. O tamanho era 10x20 m, se não me engano” (Sr. B, 2001).

Essa remoção foi uma estratégia violenta por parte do governo que objetivou evitar a “favelização” do Plano-Piloto. Essa atitude contribuiu para a queda nos rendimentos familiares, pois as mulheres e as crianças, acostumadas a ajudarem no orçamento familiar, ficaram impossibilitadas de manterem seus rendimentos, pela distância. Ceilândia fica a 30 quilômetros do Plano Piloto.

Gouvêa (1998), analisa essa situação em seu estudo e considera que a remoção dos moradores da Vila do IAPI para a Ceilândia trouxe impacto negativo, sobretudo do ponto de vista social.

“(…) no que se refere à questão social, a mudança das famílias causou uma significativa redução de suas rendas, devido à distância do novo núcleo em relação ao centro de empregos (na época, o Plano-Piloto) e principalmente em face do custo do transporte, que praticamente impediu a participação de filhos menores e da mulher na composição da renda familiar, ficando esta basicamente apoiada nos poucos ganhos do chefe de família, percebidos, geralmente, como operário da construção civil” (Idem, 1998:83).

Na percepção dos entrevistados, os lotes da Ceilândia ou de outros loteamentos como Samambaia, Recanto das Emas, dentre outros, eram “dados”. Presumiam que iriam pagar pelo seu lote apenas uma parcela pequena.

“Era dado porque era muita gente querendo e só alguns ganhavam como um concurso, muitos se inscrevem e poucos passam. Aqui na terra [assentamento] também foi assim” (Sr. B, 2001).

O significado de “dado” é importante porque demonstra a relação característica entre governo e população local. O lote dado torna-se dívida de gratidão do assentado para o doador mesmo que a pessoa que tenha “ganhado” o lote pague por ele.

“Eu ouvi falar que estava dando lote em Brazlândia, ai fiz a inscrição para ganhar um lote. Ai eu ganhei o lote foi dado pelo Roriz (sic). Isso foi no período da saída do outro governo do Roriz, em 1994. O Roriz, pra min, sempre foi um ótimo governo, porque tinha gente que nunca teve um lote e ele deu” (Sra. Or, 2001).

“Desde que eu cheguei a gente mudou duas vezes, morei de 1971 até 1974 em Taguatinga Centro e, de 1974 até 1978 morei em Taguatinga norte. Depois de 1979 mudei para Guariroba, Ceilândia Sul. Essa casa eu ganhei, acho que foi do governador Zé Ornelas. A casa foi o governo

que me deu antes eu estava morando de aluguel, esse governador foi e me deu a casa, que eu pagava pouquinho de prestação” (Sr. D, 2001).

Gouvêa (1998) chama atenção para a estratégia de distribuição de lotes em Brasília, como o Programa PROMORAR⁴⁹, que estava atrelado a interesses eleitoreiros e de desmobilização de movimentos de trabalhadores que buscavam melhores condições de habitabilidade.

De um modo geral, os assentados do Vereda I, sobretudo aqueles que moraram em Brasília, viviam em casas construídas em lotes “dados”, principalmente nas cidades satélites da Ceilândia, Recanto das Emas e Samambaia. O percentual desses assentados que moraram nessas cidades soma⁵⁰ cerca de 48,57% do total de famílias assentadas no Vereda I. Essa informação é significativa se considerarmos alguns dados que veremos abaixo, referentes a essas cidades satélites, pois estes auxiliam a compreensão da decisão dessas pessoas de migrarem para o assentamento.

De acordo com dados da CODEPLAN (1998), referentes à renda familiar do Distrito Federal, em 1997, a renda familiar mensal da Ceilândia, Samambaia e Recanto das Emas juntas totalizava cerca de 19,99 salários mínimos, enquanto a renda familiar mensal do Plano-Piloto era de 32,53 salários mínimos. Se considerarmos a renda familiar mensal do Lago Sul, a discrepância ainda é maior, pois a renda total dessa região estava em torno de 65,76 salários mínimos. Esses dados podem ser observados com mais detalhes na Tabela 5A, em anexo.

A atividade desempenhada é outra fonte de informação importante, pois de acordo com os entrevistados, na época em que resolveram partir para a ocupação, a maioria deles estava desempregada ou fazia bicos. De acordo com dados fornecidos pela CODEPLAN (1998), na Ceilândia, 19,45% da ocupação⁵¹ dos membros de família eram de autônomos⁵², contra 43,52% de

⁴⁹ “O Programa PROMORAR, em Brasília era utilizado como instrumento para legitimar, junto à população, a candidatura do governador José Ornellas ao Senado Federal, o que de fato ocorreu em 1986” (Gouvêa, 1998:89).

⁵⁰ Para análise considerou-se todos os 70 assentados do Vereda I.

⁵¹ Ocupação principal dos membros da família.

⁵² “Autônomos: inclui-se nesta categoria todas as demais pessoas que trabalhavam por conta própria, que não possuíam nível superior, e tinham atividade regular. Ex. contador, vendedor ambulante, etc” (CODEPLAN, 1998:115).

empregados assalariados com carteira assinada. No Recanto das Emas, por sua vez, 35,99% dos membros de família eram assalariados sem carteira assinada.

Na Tabela 10, pode-se visualizar o local onde moravam os entrevistados e a atividade desempenhada por cada um deles, nas datas em que foram para o acampamento.

Tabela 10. Moradia dos migrantes no DF e atividades na época da migração para Pe. Bernardo

Entrevista dos	Migração para Pe. Bernardo	Origem no DF	Idade em 2001	Atividade
C	09/1998	Ceilândia	52	Desempregado
D	09/1998	Ceilândia	60	Desempregado
F	11/1998	Samambaia	37	Fazia frete
E	12/1999	Recanto das Emas	45	Costureira
G	12/1999	Recanto das Emas	37	Mecânico
A	01/1999	Ceilândia	61	Fazia bico de caminhoneiro
B	09/1999	Brazlândia	59	Fazia frete

Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

De acordo com os entrevistados, as condições de vida nessas cidades sempre foram difíceis, dificuldade advindas, principalmente por falta de infraestrutura, da violência e do desemprego. Ai constata-se que “*a carruagem vira abóbora*”, ou seja, o sonho de “enricar”, juntar dinheiro para comprar terra, ficou cada vez mais difícil pelas condições de vida nas cidades satélites.

Quando foi perguntado aos entrevistados quais os motivos que os levaram a deixar Brasília e ir para o acampamento, eles disseram que foi o somatório de três fatores, a saber, falta de emprego, violência e a vontade de possuir “um pedaço de terra”. Gostaria de ressaltar que a ordem em que, a seguir, estão colocados esses fatores não obedece critério de importância, pois esta é resultante do somatório dos três fatores.

O primeiro fator é a falta de perspectiva em relação ao mercado de trabalho. Segundo os entrevistados, a pessoa com idade avançada e sem estudo “*não presta mais*”. Vale ressaltar que os entrevistados, na época da entrevista tinham, em média, 50 anos. Podemos comprovar observar esse fato, nas falas, logo abaixo.

“Teve uma vez que eu cheguei lá e fiz uma ficha num abatedor de frango, quando eles descobriram a minha idade, eles mandaram embora na mesma hora. Eu tinha 55 anos na época. A vida lá é muito sofrida” (Sra. Or, 2001).

“O cara com mais de 40 anos é muito difícil, você vê como o pobre sofre na cidade. Você com mais de 40 anos, não arruma emprego, o governo vem aposentar o cidadão com 60 a 65 anos. Quer dizer que nesse período ele tem que ralar. Ele vai comer o que, pedra?” (Sr. B, 2001).

“Mas depois você vai mudando de emprego e vai ficando velho, o povo não arruma mais emprego, e você tem que caçar jeito de viver e eu sempre trabalhei não sei ficar parado” (Sr. D, 2001).

O segundo fator, de acordo com os entrevistados, é a violência que vem crescendo nos grandes centros, sobretudo com assaltos, assassinatos e tráfico: “nós moradores era quem ficava preso”.

“Eu nem quero mais saber de cidade. Hoje até os jovens estão desempregados e outra é porque na cidade tem muito vagabundo. Nós dormimos presos e eles ficam soltos, porque nas casas tem que ter tudo com grade e trancado de cadeado” (Sr. D, 2001).

“Em 1995 eu vinha do serviço e vinha na frente. Eu peguei uma carona com um colega. Aí foi quando os vagabundos me pegaram para assaltar e na época me levaram uns 20 contos. Acho que na época era R\$ 20,00. Eu usava uns cordões de michelin. Levaram e me deram um tiro no pescoço e depois deram mais dois tiros. Não morri mesmo porque não chegou o dia” (Sr. F, 2001).

“Na cidade só existe bandidagem. Hoje 90% é bandidagem. De noite você está deitado e você só vê o zunido de bala, barulho da patrulha da polícia e grito de nego morrendo, ou levando chumbo, ou levando peia. Aqui eu não escuto nada disso, graças a Deus” (Sr. A, 2001).

A vontade de ter uma terra é o terceiro fator que está, presente desde o início do processo migratório dessas pessoas. É bom ressaltar que muitos migraram para a cidade com objetivos de juntar dinheiro para conseguir comprar um “pedaço de terra”, em sua terra natal.

A possibilidade de realizar o sonho de conseguir o “pedaço de terra” acontece a partir do ano de 1998, quando o MST começou a organizar os trabalhadores nas cidades satélites de Brasília, para ocupações de fazendas improdutivas em municípios do Entorno, entre estes, o município de Padre Bernardo. Com a possibilidade de “ganhar um pedaço de terra” através das ocupações, estes migrantes resolveram acompanhar o “*movimento*” para realizar o sonho de ter a terra.

“Eu nasci na roça e sempre eu procurava voltar pra roça. Morava na cidade e tudo mas o meu pensamento era sempre voltado pra roça, porque na cidade eu nunca consegui coisa de vantagem, também eu sempre era na luta. Então eu, várias vezes eu saí pra roça, eu dizia: vou tentar na roça agora pra vê se dava certo. Aí eu ia, lutava, e depois acabava não indo pra frente também. Aí eu voltava para a cidade, outra temporada. Pegava, dava outra temporada, voltava para a roça de novo. Essa aqui, esta parecendo que é a última tentativa, é aqui mesmo. Daqui eu fico até a minha morte” (Sr. B, 2001).

A possibilidade de ganhar um “pedaço de terra” fez com que esses trabalhadores se aproximassem do MST, engrossando, assim, o movimento de luta pela terra na região. Para muitos, o MST era um movimento que conheciam, até então, apenas pela imprensa televisiva, especialmente, através do acontecimento de Eldorado dos Carajás, em 1996.

“Rapaz, eu tinha um medo daquilo [das ocupações]. Medo demais, porque a gente via as brigas, principalmente naquele lugar que teve as mortes, no Pará, em Eldorado, onde matou um ‘mucado’ de gente lá. Então aquilo ali me deixou como medo” (Sr. G, 2001).

“No movimento eu ouvi falar, naquela ocasião, que teve aquela briga lá no Pará, onde mataram o Chico Mendes, era negócio dos sem-terras. E eu ficava pensando, será que eu vou para os sem-terras, será que vai acontecer comigo desse jeito também?” (Sr. D, 2001).

“Eu pensava que era coisa ruim. Eu pensava que a Reforma Agrária, MST era só briga, porque eu via tantas imagens terríveis na televisão, como aquilo de Eldorado dos Carajás. Eu pensava que nunca ia entrar num negócio desse. Eu falava que jamais viria para um negócio desse. Só que quando você começa a entrar pra coisa, você começa a vim, dificilmente você sai” (Sra. E, 2001).

A decisão de ir para o acampamento foi tomada depois de conversarem com os parentes. Mesmo sabendo que alguns seriam contrários a essa decisão, eles resolveram partir por acreditar “*no sonho da terra*”, e muitos foram acompanhados de vizinhos ou parentes que já estavam no movimento há mais tempo.

“(...) quando foi à noite, eu passei num buteco onde eu tomei um refrigerante e uma pinga. Aí um colega meu falou assim: Alberto estão invadindo uns terrenos aqui perto. Você que está procurando um terreno para comprar, financiar ou invadir com o sem-terra, eles estão invadindo terreno por aqui. Porque você não vai aqui com nós?” (Sr. C, 2001).

“(...) um dia eu estava no barraco em Brazlândia, foi quando surgiu esse aqui e o João, meu sobrinho, e a Edinice minha sobrinha. Passaram lá em casa e falou: tio, tem uma fazenda lá em Padre Bernardo, na Água Quente, que nós já fomos lá e viemos chamar o senhor para ir com nós, para ganhar terra(...)” (Sr. B, 2001).

De acordo com os entrevistados, eles acreditavam que em pouco tempo ganhariam um “pedaço de terra” e que não seria necessário pagá-la. A informação de que a terra seria paga chega depois de muito tempo no acampamento, mas não teve importância, segundo eles, pois *“quem tá na chuva é pra molhar”*

“Eu pensava que o INCRA media um pedaço de terra, pegava e dava pra gente. Dava assim, a gente tinha que ficar trabalhando aqui e não seria pago porque o governo eu tenho certeza que não dá nada de graça pra gente. Mas eu pensava que era mais rápido, não era essa demora toda, é um vai e vem danado. A gente fica esperando e vai perdendo a idade, as forças e o trem não chega no lugar, no objetivo em que a gente quer” (Sr. D, 2001).

“Eu cheguei e fiquei animado em ganhar um pedaço de terra. Eu achava que saía rápido. (...) eu não sabia que ia pagar, eu pensava que ia ganhar a terra só que era difícil porque era muita gente e tinha que passar nos critérios do INCRA. Só que na época ninguém sabia alguns critérios” (Sr. F, 2001).

Os relatos acima mostram que a maioria dos migrantes que foram para o Vereda I, por um lado, tinham, na ocupação, a chance de obter a tão sonhada “chácara” para viver, conseguir um pedaço de terra para cultivar e para deixar de herança para os filhos. Por outro lado, acreditavam que o processo da Reforma Agrária fosse mais rápido, que realmente a terra fosse “dada”, ou seja, não precisariam pagá-la.

3.3. O movimento de luta pela terra no município de Padre Bernardo e a história de ocupação da “Fazenda Serra Feia”.

O município de Padre Bernardo possui uma população, de acordo com o último recenseamento do IBGE (2000), de 21.495 habitantes, conforme mostra na Tabela 11. Essa população está distribuída por uma área total de 3.148,9 Km². A taxa de crescimento populacional anual do município é de 6,23, acima da média nacional.

Tabela 11. Distribuição populacional de Padre Bernardo

Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total
11.066	10.429	13.272	8.223	21.495

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A principal atividade econômica desse município é a agropecuária. Na agricultura predomina o plantio de culturas de ciclo curto como arroz, milho e feijão, destacando a cultura de mandioca. De acordo com o Censo Agropecuário de 1996, as propriedades do município ocupam uma área equivalente a 204.292 hectares. Na Tabela 12 pode-se observar a estrutura fundiária do município na qual 45% das propriedades até 100 hectares possuem 3% da área total, enquanto 14% das propriedades acima de 1000 hectares possuem 68% da área total, ficando clara a péssima distribuição fundiária do município.

Tabela 12. Distribuição das propriedades rurais de Padre Bernardo por tamanho e categoria em 1995 - 1996.

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos	(%)	Área em ha	(%)
Menos de 1	2	0,52	1	0,0003
1 a menos de 2	3	0,79	3	0,0015
2 a menos de 5	6	1,57	17	0,0082
5 a menos de 10	16	4,2	129	0,0633
10 a menos de 20	26	6,82	403	0,1972
20 a menos de 50	65	17,06	2 264	1,1084
50 a menos de 100	52	13,65	4 020	1,9675
Total Parcial	170	44,62	6.836,44	3,35
100 a menos de 200	55	14,44	8 457	4,1394
200 a menos de 500	63	16,54	20 635	10,1007
500 a menos de 1 000	40	10,5	28 436	13,9191
Total Parcial	158	41,47	57.527,18	28,16
1 000 a menos de 2 000	27	7,09	38 458	18,8248
2 000 a menos de 5 000	19	4,99	50 964	24,9465
5 000 a menos de 10 000	6	1,57	38 504	18,8476
10 000 a menos de 100 000	1	0,26	12 003	5,8755
Total Parcial	53	13,91	139.928,63	68,49
Total Geral	381	100	204.292,25	100

Fonte: IBGE(1998b), Censo Agropecuário, 1995-1996, vol 25, Goiás.

Em relação à contratação de mão-de-obra, os estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares contrataram cerca de 38% da mão-de-obra, enquanto os estabelecimentos acima de 1000 hectares contrataram 20% da mão-de-obra, demonstrando que, no município, estabelecimentos menores têm mais importância na geração de emprego e de renda do que as grandes propriedades, conforme se vê na Tabela 13.

Tabela 13. Pessoal ocupado na agricultura, maiores de 14 anos⁵³ (homens e mulheres) anos 1995-1996.

Grupos de área total (ha)	Trabalhadores	(%)
Menos de 1	9	0,24
1 a menos de 2	20	0,53
2 a menos de 5	21	0,55
5 a menos de 10	88	2,31
10 a menos de 20	123	3,23
20 a menos de 50	767	20,16
50 a menos de 100	415	10,91
Total Parcial	1028	37,93
100 a menos de 200	485	12,75
200 a menos de 500	766	20,14
500 a menos de 1 000	362	9,52
Total Parcial	1613	42,40
1 000 a menos de 2 000	233	6,13
2 000 a menos de 5 000	301	7,91
5 000 a menos de 10 000	153	4,02
10 000 a menos de 100 000	61	1,60
Total Parcial	748	19,66
Total Geral	3804	100

Fonte: IBGE(1998b), Censo Agropecuário, 1995-1996, vol 25, Goiás.

De acordo com dados do IBGE, o município, em 1997, possuía 384 estabelecimentos comerciais variados como o comércio informal de fabricação caseira de doces, biscoitos e outros gêneros alimentícios, além do comércio de prestação de serviços.

O município de Padre Bernardo, em 1998, foi palco de várias ocupações de terras, organizadas, principalmente, pelo MST e sindicatos da região. Essas pessoas que faziam parte do movimento de ocupação vieram das regiões do Entorno de Brasília como Luziânia, Trajanópolis, Parque da Barragem, Taboquinha, Cristalina e cidades satélites de Brasília. Nas cidades satélites, foi feito intenso trabalho de base por membros do MST, principalmente nas periferias, através da divulgação em rádios e da presença de membros regionais do MST nas comunidades “chamando” as pessoas para participarem das ocupações.

⁵³ De acordo com o IBGE (1998b), no município existiam, em 1995, 206 trabalhadores rurais menores de 14 anos.

A maioria das pessoas que iniciaram o movimento de ocupação era de famílias excedentes de ocupações anteriores e de pessoas desempregadas das cidades satélites de Brasília.

Nessa região, de acordo com os assentados, o MST estava “de olho” em cinco fazendas consideradas improdutivas. A primeira fazenda a ser ocupada foi a Boa Vista. A estratégia adotada foi dividir as famílias em dois grupos. Um dos grupos se deslocou de um posto fiscal, localizado na estrada que liga Brasília a Padre Bernardo e o outro saiu da região da Taboquinha, na estrada de Padre Bernardo - Cocalzinho. O grupo que saiu do posto fiscal foi o primeiro a chegar à fazenda Boa Vista.

“Era mais de meia noite quando chegamos na ponte do rio Quente. Nós levantou a bandeira e acendeu um fogo, montamos guarda e os outros, o resto da noite foram roçar para montar o acampamento. As seis horas da manhã já tínhamos feito uma igreja de crentes onde oramos. Quando foi lá pelas sete horas mais ou menos o Manoelzinho, o gerente da fazenda Boa Vista chegou preocupado com a movimentação daquele povo. Foi quando eu e a Maria falamos com ele que ficasse tranqüilo que nós não íamos invadir a fazenda, que ficaríamos ali até sair a imissão de posse. Quando foi as dez da manhã o povo vindo da Taboquinha e Trajanópolis chegou” (Sra. Iv, 2001).

Os acampados ficaram na ponte do rio Quente até o dia 11 de outubro de 1998, quando então resolveram deslocar o acampamento para mais perto da fazenda Boa Vista, local a que deram o nome de Capão Bonito. Ai chegaram a construir cerca de 800 “barracos” e ficaram até o início de fevereiro de 1999.

“Era gente de todo o lado que chegava todos os dias, vindo a pé, de cavalo e de carro. Tinha pessoas de todos os tipos: crentes, católicos, desempregados, empregados, fazedores de bico, gente de todo o tipo. Muitos conseguiram uma parcela” (Sra. Ar, 2001).

De acordo com os entrevistados, a rotina no acampamento se dividia entre reuniões e trabalhos coletivos como plantar, cozinhar, tirar guarda e, nos finais de semana, aconteciam bingos ou festas, cujo objetivo era arrecadar dinheiro para a manutenção do acampamento. Porém, na maioria das vezes, segundo os entrevistados, a principal atividade era mesmo o ócio.

“Tinha muita vez que não tinha nada para fazer, o pessoal ia encontrar com a kátia [cachaça], mas tinha que ser escondido porque se a guarda pegasse o pessoal bêbado, eles amarrava o sujeito numa árvore e se fosse reincidente, a pessoa era expulsa do acampamento e, se insistisse levava uma taca [surra]. Vivíamos num regime militar. Tinha

até horário para banho e não podia ficar conversando mais de cinco pessoas porque senão era desarticulação do movimento” (Sr. F, 2001).

No início de fevereiro de 1999, os acampados conseguiram fazer um acordo com o proprietário da fazenda Boa Vista, o senhor Zico, que não colocou obstáculos para a ocupação da sede da fazenda. Porém, colocou uma condição, a de que as famílias agregadas na propriedade fossem incluídas na lista dos possíveis assentados. As lideranças concordaram e hoje são cerca de cinco famílias de agregados que ficaram assentadas na Boa Vista.

Dentro do acampamento existia hierarquia bem, como divisões de tarefas. Conforme disseram os entrevistados os acampados eram divididos em:

1. Militância: responsáveis pela organização do acampamento e realização das negociações. Esse grupo, por sua vez, era dividido em coordenadorias

- Coordenadoria Geral: principal coordenadoria, composta por lideranças regionais do MST, cujas principais funções eram organizar os acampados, dirigir a assembléia geral, distribuir as doações, definir áreas de produção, negociar a terra com o INCRA e com os proprietários. Também definia as áreas que seriam ocupadas e o local em que seria levantado o acampamento;
- Coordenadoria de Segurança: segunda coordenadoria em grau de importância, sendo responsável pela ordem e segurança dos acampados;
- Coordenadoria de Grupo: os acampados se dividiam em grupos de mais ou menos 30 famílias. Cada grupo tinha um coordenador responsável pela organização do mesmo. Esta coordenadoria participava das reuniões com a coordenadoria geral e de segurança;
- Coordenadoria de Alimentação: responsável pela alimentação dos acampados, assim como pela distribuição dos alimentos doados. Neste caso a distribuição passava primeiro pela coordenadoria geral;
- Coordenadoria de Saúde: responsável pela distribuição dos remédios doados e encaminhamento ao hospital, em caso de urgência, de quem precisava de atendimento médico;
- Coordenadoria de Educação: responsável, na medida do possível, pela educação das crianças do acampamento.

2. Doador: pessoas que estavam concorrendo a um pedaço de terra, mas moravam na cidade e vinham para o acampamento nas sextas-feiras, retornando à cidade aos domingos. Essas pessoas eram obrigadas⁵⁴ a trazer para o acampamento, gêneros alimentícios como, arroz, feijão, pão, muchiba e carne. O doador entregava os gêneros alimentícios ao coordenador geral do acampamento que providenciava a distribuição destes alimentos às famílias acampadas.

“Mas acontecia muito das doações melhores como carne, leite ou frutas serem distribuídas apenas para os peixes deles (da coordenadoria geral). Ai a gente chamava eles de milipânça. Dava muita revolta, porque agente ficava com as sobras deles” (Sr. F, 2001).

3. Permanente: pessoas que ficavam direto no acampamento, só saindo em caso de necessidade de atendimento médico ou outra urgência. A maioria dos permanentes não tinha para onde ir ou estavam desempregados e, por isso, dificilmente iam à cidade.

“A gente passava de domingo a domingo no acampamento, meu filho, quando não estava trabalhando, a gente procurava se divertir, mas normalmente ficávamos era contando o tempo passar, achando que iríamos ganhar a terra rápido” (Sr. B, 2001).

Com a ocupação da sede da fazenda Boa Vista, o INCRA acabou comprando esta fazenda, junto com a fazenda Buriti da Espingarda, que somavam uma área de 4.380,0339 hectares, para criar o assentamento Boa Vista, no qual foram assentadas 145 famílias. Os excedentes continuaram acampados, “de olho” nas fazendas Serra Feia, Capão do Chiqueiro e Vereda. Com a “pressão” exercida por essas famílias acampadas, o INCRA acabou comprando essas fazendas e transformando-as em assentamentos.

Dentre estas fazendas, a Serra Feia era parte de uma propriedade do senhor Nezico Louza, conhecida como fazenda Boa Vista. As principais atividades desenvolvidas pelo proprietário eram a criação extensiva de gado de corte e a plantação de culturas como milho, arroz e feijão. No final da década de 80, pouco antes de sua morte, o senhor Nezico dividiu a fazenda com os filhos, originando assim seis propriedades que eram: fazendas Boa Vista, Buriti da Espingarda, Capão do Chiqueiro, Caiapó, Baixão e Serra Feia.

⁵⁴ As lideranças do acampamento definiam as normas e, uma delas era a doação de alimentos, pelas pessoas que não ficavam direto no acampamento para aqueles quem ficavam acampados direto “guardando” a área.

Atualmente, apenas a fazenda Caiapó é de propriedade da família. As fazendas Serra Feia, Capão do Chiqueiro, Boa Vista e Buriti da Espingarda tornaram-se assentamentos de Reforma Agrária e a fazenda Baixão foi vendida ao comerciante Tatico, de Taguatinga.

A fazenda Serra Feia foi herdada pela neta Mariana Nunes Rocha Louza Umbelino, de um ano e alguns meses, porque seu pai encontrava-se muito enfermo. A propriedade foi registrada no cartório de Imóveis de Padre Bernardo-GO, em 07 de junho de 1989, ficando como usufruto de Kátia Regina, mãe de Mariana.

“O Sr. Nezico era dono dessa terra toda, era muita coisa. Ele deixava nós plantar milho e feijão pra comer. Pouco antes dele morre ele dividiu as terras. Aqui ficou para a neta que tinha na época uns dois anos. Era a menina Mariana, mas quem ficou tomando conta foi a mãe, a dona Kátia que na época da ocupação colocou a policia no movimento. A dona Kátia foi muito injusta comigo porque ela prometeu que me ajudaria e não ajudou. Eu tive os mesmos direitos dos outros sem-terra” (Sra. V, 2001).

Durante a ocupação, a fazenda estava arrendada ao senhor Sinval, um produtor de Cocalzinho-GO, desde abril de 1998, para a engorda de 250 cabeças de gado. A fazenda tinha apenas uma moradora, a senhora Maria Sousa Cruz, agregada na propriedade há mais de 20 anos. Com a desapropriação da fazenda, a senhora Maria não recebeu indenização por parte da proprietária, sendo atualmente uma das famílias que foram assentadas no local.

Com a definição das famílias a serem assentadas na fazenda Boa Vista, os acampados que se tornaram excedentes, cerca 500 famílias, resolveram ocupar a fazenda Serra Feia. Nessa época, foi realizada uma reunião para escolher 70 famílias que iriam ocupá-la. Porém mais de 80 famílias se dispuseram a realizar a ocupação, e as demais resolveram não participar por causa dos pistoleiros que o arrendatário da fazenda havia contratado. Essa decisão aconteceu no dia 11 de fevereiro de 1999, quando as famílias saíram do acampamento da sede da fazenda Boa Vista.

“Eram dez horas da noite quando saímos rumo a fazenda Serra Feia, um percurso de 15 quilômetros aproximadamente. Entramos na fazenda a pé pelo lado da fazenda Buriti da Espingarda, levando um copo, um prato, uma colher e um colchonete, guiados por Falcão, Vera, Zé Boro, Maria e Ivanilde” (Sra. L, 2001).

O primeiro acampamento foi montado na divisa das fazendas Serra Feia e Buriti da Espingarda, na beira do rio Quente, local escolhido por causa do acesso fácil à água e pela proximidade com a fazenda Buriti, que fazia parte do assentamento Boa Vista. O local era estratégico, pois facilitaria uma fuga rápida em caso de necessidade. Neste local, foi construído um galpão comunitário, onde eram preparadas e realizadas as refeições, até que todas as famílias construíssem seus “*barracos*”. Assim, as famílias ficaram neste local aguardando as negociações. No início do mês de março do mesmo ano, escolheram uma área coletiva para plantar feijão e milho, quando foram surpreendidos por pistoleiros da fazenda, contratados pelo arrendatário.

“No dia 18 de março de 1999, um grupo realizava o terceiro mutirão na área que seria a plantação coletiva, foi quando tiveram uma surpresa. Dois pistoleiros montados a cavalo pediu para que eles saíssem e em seguida, foram logo atirando para cima e no chão. Os meninos correram para o mato e nós que estávamos no acampamento, ouvimos os disparos e corremos em direção aos disparos. Foi quando chegamos e só encontramos os pistoleiros, que dispararam contra nós. Foi um verdadeiro tiroteio, tentamos proteger nos tocos e nos galhos no chão porque estávamos acuados. Eles atiravam e tiravam fotos. Nesse momento os tiros pararam e logo depois chegou reforço dos companheiros que estavam no acampamento da Boa Vista. Graças a Deus ninguém ficou ferido só foi o susto mesmo” (Sra. Iv, 2001).

Os acampados deram parte à polícia e o juiz “mandou” que os mesmos saíssem do local e aguardassem o término das negociações com o proprietário e com o INCRA.

“Eram três horas da manhã quando desmontamos o acampamento, com medo da repressão da polícia que chegaria no dia seguinte. Fomos aguarda as negociações acampados na fazenda Buriti que já estava desapropriada. Ficamos aguardando até o dia 25 de julho de 1999, onde entramos e só saímos para as chácaras em janeiro de 2000. A nossa imissão saiu dias depois. Acho que foi no dia 29 de julho de 1999” (Sr. C, 2001).

Com o desenrolar desse episódio, os acampados descobriram que estavam sendo enganados pelas principais lideranças do movimento e que os mesmos haviam mentido sobre a situação da fazenda. Além disso, descobriram que na fazenda Boa Vista havia acontecido a venda de lotes. Isto resultou no rompimento dos acampados com as lideranças regionais do MST⁵⁵, ficando definido que só as lideranças nacionais seriam os interlocutores do

⁵⁵ Três lideranças regionais foram expulsas do MST, acusadas de praticar a venda de lotes.

grupo de acampados com o INCRA e com o proprietário, conforme consta em documento assinado em assembléia geral, transcrito logo abaixo:

“Na data do dia 25 de maio de 1999, decidimos em assembléia pela expulsão dos seguintes senhores até então tidos como lideranças: (...). Decidimos por unanimidade que nossos representantes serão apenas a direção do MST Nacional ou uma comissão da direção do assentamento. MST representantes: (...). Informamos, outrossim, que esta comunidade abaixo relacionada jamais recebeu qualquer tipo de ajuda, inclusive cesta básica por parte do INCRA ou de qualquer outra entidade constituída. Segue abaixo assinado” (Pe Bernardo maio de 1999, abaixo assinado).

Com a entrada no acampamento definitivo, eles adotaram postura diferente dos acampamentos anteriores, não se dividindo em grupos, porém mantendo uma coesão maior. Eram mais de oitenta famílias e o acampamento foi denominado por eles de “25 de julho”, que é o dia do trabalhador rural. Neste novo acampamento, as famílias cozinham, ou seja, preparam suas refeições, durante um mês e meio, de forma coletiva, até que todos os “barracos” estivessem prontos. A segurança tinha sido reforçada, mas não ocorreram muitos problemas.

“Nessa época as coisas estavam mais tranquilas. Colocamos cachorras [disco de arado] em algumas entradas para pedir reforços se fosse preciso. Até o final do ano tivemos pouco incidente. Chegamos a expulsar um acampado por espancar a mulher na frente dos acampados. Aconteceu também um roubo de um motosserra que conseguimos recuperar” (Sr. N, 2001).

O único problema que os acampados enfrentaram foi a tentativa de invasão da fazenda por parte da liderança que havia sido expulsa. Porém, esse confronto não chegou a acontecer.

Em novembro de 1999, os acampados resolveram expulsar definitivamente as lideranças do MST do grupo. Segundo os assentados, as lideranças nacionais, que havia ficado, estavam “*negociando lotes e faltando com a verdade para com os acampados*”. Reunidos em assembléia, no dia dois de novembro de 1999, decidiram expulsar os líderes nacionais do MST, como mostra transcrição seguinte.

“Aos dois (2) dias do mês de novembro de 1999, as 15:00 horas, reuniu-se no acampamento Vinte e Cinco de julho, fazenda Serra Feia, município de Padre Bernardo - GO, ficou decidido pelos acampados em assembléia geral, que esses acampados não mais faria parte do MST (Movimento dos Sem Terra), motivo pelo qual foi tomada tal decisão com unanimidade pelos acampados é que o MST, não estava dando assistência ao acampamento faltando com a verdade nas informações trazidas do

INCRA, aos acampados, criando um clima de incerteza e desunião entre os acampados e por não concordarem com os anseios dos acampados (...)" (Pe Bernardo novembro de 1999, abaixo assinado).

Esse momento, segundo os assentados, retratou as diferenças existentes entre o grupo de acampados e as lideranças do MST, o que resultou no rompimento do grupo com o movimento. Após esse momento, as famílias que continuaram acampadas passaram a ser organizadas por um grupo de acampados, escolhidos em assembléia, coordenado por uma ex-liderança do MST que estava com o grupo desde o início.

Após o rompimento com o MST, o passo seguinte foi "cortar a fazenda na corda" para que a mesma fosse totalmente ocupada pelas famílias que moravam no acampamento 25 de julho, evitando, dessa forma, a possível volta do MST. O trabalho foi coordenado pelos próprios acampados e levou 11 dias para ser realizado, com média de cinco a seis pessoas que se revezavam na abertura das picadas. Apenas o coordenador da medição foi quem acompanhou o trabalho desde o início. As mulheres ajudaram cozinhando e levando a comida ao local de trabalho. A medição foi iniciada no fundo da fazenda, na divisa com a fazenda Marajá, de propriedade do grupo ENCOL. Os acampados se orientaram pela cerca da fazenda e pelo lado da fazenda Buriti (assentamento Boa Vista), sendo os marcos de aroeira que estavam na divisa, utilizados para a orientação dos mesmos. A área total da fazenda é de 2.063,7804 ha (dois mil, sessenta e três hectares e setenta e oito ares), fazendo divisa com os assentamentos Boa Vista, Água Quente e com a Fazenda Marajá, ao sul. Na Figura 13 é possível visualizar a planta geral do assentamento Vereda I, e a fala abaixo mostra como se deu essa divisão.

"A medição surgiu para que nós entrássemos depressa nas 'chácaras' para que a fazenda fosse toda ocupada. O pessoal me deram para que eu medisse na corda. A idéia de como seria veio por si mesmo na cabeça. Eu não tinha nem idéia de quanto mil metros era um hectares, aí eu aprendi, eu tinha medido muito alqueire, quadra, litro e tal coisa. Hectare eu não entendia, aí falaram que era dez mil metros quadrados, aí eu disse, pode deixar comigo. Só perguntei quantos hectares era para cada família. Eles falaram que seriam 20 hectares. Essa foi a minha primeira fazenda que medi na corda. Já tinha medido outras coisas mas fazenda não. Essa sabedoria acredito que veio de Deus porque agente ora muito e pede sabedoria e inteligência para Deus (...)" (Sr. At, 2001).

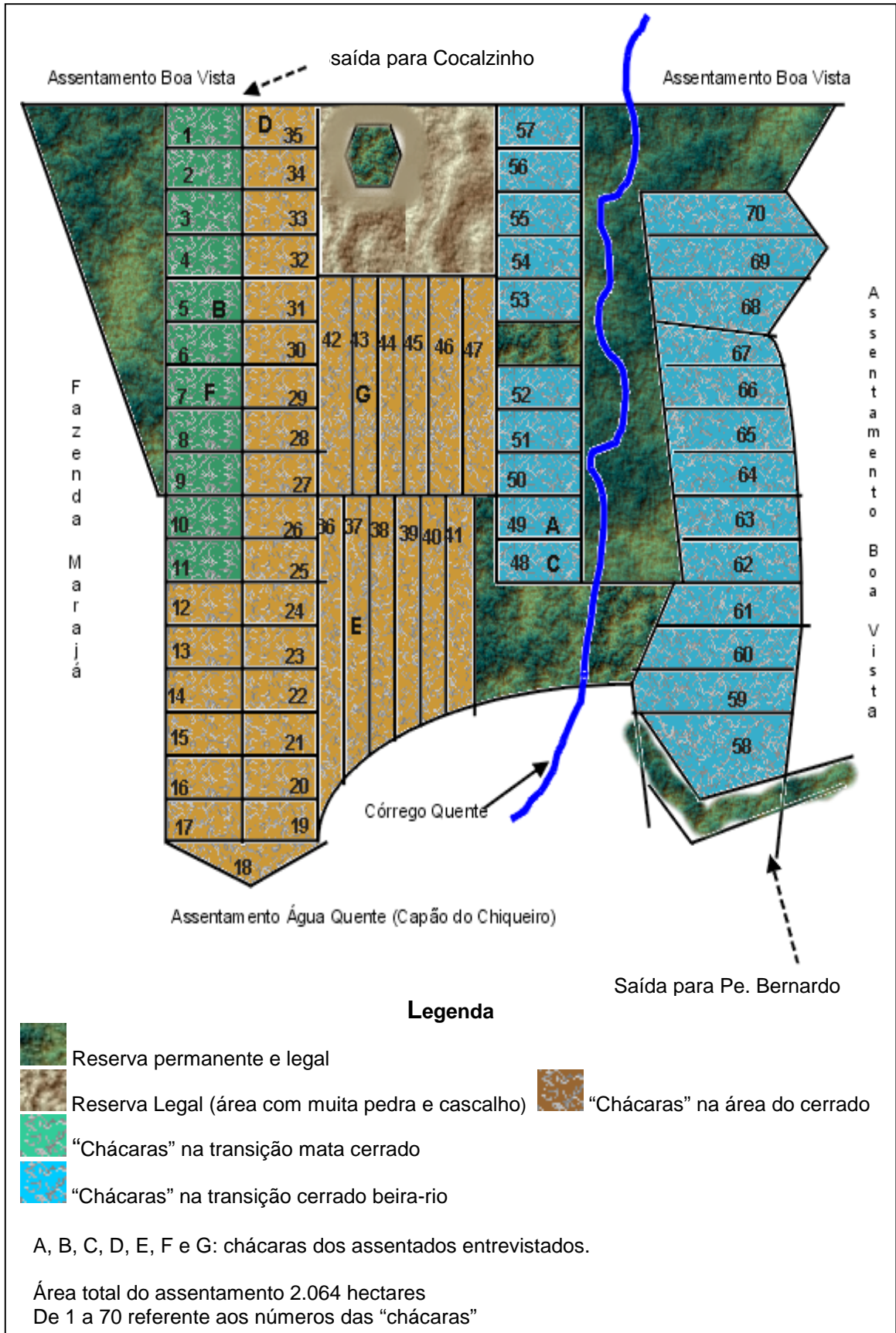


Figura 13. Planta Geral do Assentamento Vereda I

A 16 de janeiro de 2000, depois da realização da medição da fazenda “na corda”, os acampados realizaram o sorteio das “chácaras”, com objetivo de definir a área a ser ocupada pelas famílias. Eles se dividiram em dois grupos, “beira rio” e “mata”. Próximo ao Córrego Água Quente, que foi a “cumbuca um beira rio”, ficaram 22 “chácaras” e, na área entre o cerrado e a mata, que foi a “cumbuca dois mata”, ficaram 50 “chácaras”. No sorteio dessas 50 “chácaras” na área da “mata”, apenas 48 famílias puderam ocupar as “chácaras”, porque duas dessas “chácaras” ficaram para área comunitária (construção da escola, galpão de reuniões e área de lazer). As famílias que optaram pela área do “beira rio”, justificaram sua escolha pelo acesso fácil à água. Essas famílias são, principalmente, as lideranças que haviam assumido o acampamento com a saída do MST. As famílias que ficaram na “mata” escolheram o local pela qualidade da terra, denominada de “terra de cultura”.

“Na mata tem muita dificuldade para nós por causa da falta de água, mas em compensação a terra de cultura é muito boa e agora tem a estrada principal passando aqui na porta e o pessoal da ‘beira rio’ está morrendo de inveja” (Sr. D, 2001).

O nome do assentamento ficou definido como Vereda I pelo INCRA, porque havia uma fazenda próxima, que tornou-se assentamento, sendo chamado de Vereda II. Porém, de acordo com os assentados, o INCRA não respeitou a vontade dos mesmos quanto à escolha do nome. Eles gostariam que o assentamento fosse chamado de “25 de julho”, data da entrada definitiva na terra e, também, dia comemorativo do trabalhador rural. Atualmente, se consideram assentados da fazenda Serra Feia e não Vereda I que, segundo eles, é apenas um nome que serve para tratar com o INCRA.

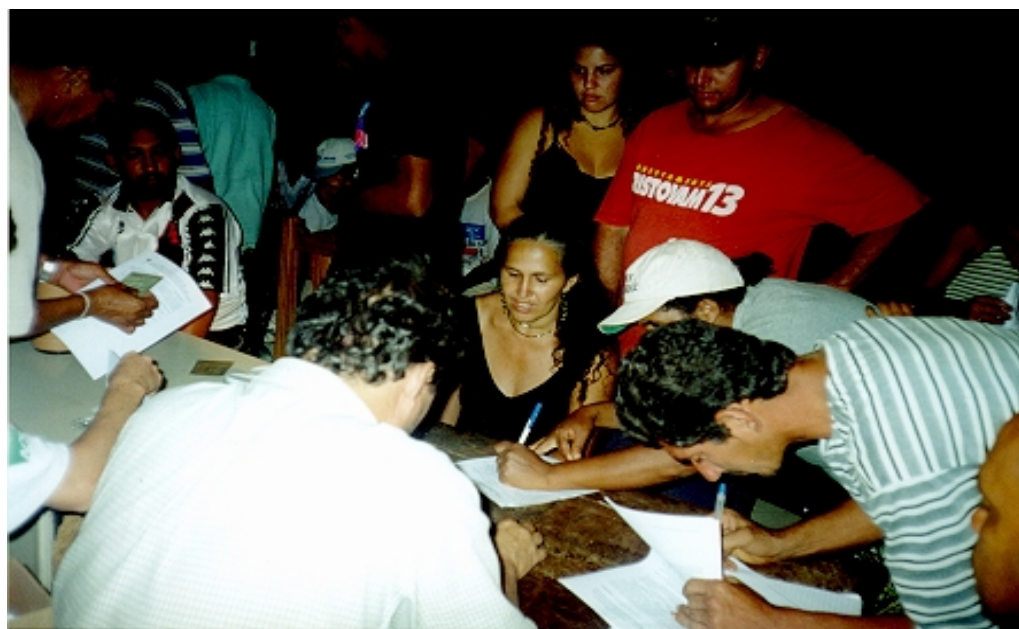
Durante o mês de agosto do ano 2000 os pré-assentados, já em suas parcelas, não haviam ainda assinado os contratos. Isto aconteceu, segundo eles, devido à existência de divergências no laudo de vistoria que constava de algumas benfeitorias que não existiam. Por isso, os acampados pediram uma revisão do mesmo junto ao INCRA, o que ocasionou atraso na assinatura dos contratos e na liberação dos créditos.

No primeiro trimestre de 2001 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do Assentamento e a confirmação da demarcação da fazenda pelos topógrafos contratados pelo INCRA. Foi respeitada a “medição na corda” realizada pelos assentados, com pequenas alterações nas áreas consideradas pelo IBAMA

como reserva permanente e legal. Com a nova demarcação, oito famílias tiveram que sair de suas “chácaras” e mudar para outras áreas do próprio assentamento, o que causou algum descontentamento, principalmente naquelas famílias que foram com a demarcação do INCRA, para a área de cerrado, cujos solos são mais pobres. Esta decisão foi tomada em reunião, conduzida pela equipe de planejadores do PDA, que buscou estabelecer diálogo entre assentados e técnicos, resultando, no final, no consenso entre as partes e em uma nova distribuição das famílias nas “chácaras”.

Conforme ouviu-se dos assentados, depois de muita luta, no dia 20 de julho de 2001, os mesmos assinaram os contratos e começaram a receber o Crédito Instalação, ou antigo Crédito Apoio. A Figura 14 retrata o momento da assinatura de contrato no assentamento.

“Foi debaixo de muita pressão que o INCRA entregou os créditos e os contratos. Foi preciso agente filmar todo o assentamento e baixar na porta do INCRA com mais de 50 famílias e ameaçar o pessoal que nós íamos levar a fita no Ratinho. Foi que o superintendente apareceu e assumiu o compromisso com a gente, mais só acreditamos quando foi feita uma ata de compromisso e assinada pelo Sr. Manuel, superintendente do INCRA” (Sra. Ar, 2001).



Fonte: Pesquisa de campo, 2001 (foto gentilmente cedida pelos assentados).

Figura 14. Assinatura do Contrato e do Crédito Apoio

Apesar dessa “pressão” exercida junto ao INCRA, foi possível observar que os assentados possuem gratidão para com o mesmo. Isso porque foi ele “que deu a terra”. Esta observação se estende a quase todos os assentados.

Os acampados da Serra Feia após o rompimento com o MST, ficaram sem organização formal. Apenas algumas, pessoas que fizeram parte do MST e continuaram no acampamento, iniciaram o processo informal de organização do grupo, até a fundação da associação em julho de 2000. Esta associação teve o incentivo do superintendente da SR(28) que explicou para o grupo a necessidade de se fundar uma associação para facilitar a relação com o INCRA. Diante desse fato, os pré-assentados, reuniram-se e escolheram um grupo para representá-los. Foi formada apenas uma chapa, que foi eleita. Após a eleição o estatuto foi elaborado e a associação foi registrada com o nome de “Associação PA Vereda I da Fazenda Serra Feia” (APAVI), tendo como objetivo principal, como se vê no trecho abaixo:

“Parágrafo Único – A Associação é única e legítima representante dos pequenos produtores, cabendo levar as reivindicações e soluções, junto às autoridades competentes, nas instâncias: locais, estaduais (regionais) e federais” (Associação P.A. Vereda I, 2000:1).

Para os assentados, as suas conquistas estão diretamente relacionada com o nível de organização atual dos mesmos, apesar de muitos concordarem que sua participação se resume predominantemente às assembléias que ocorrem aos domingos.

Em se tratando de organização de grupo, dois pontos chamaram atenção. O primeiro foi a participação das mulheres de forma ativa nas decisões tomadas no assentamento. Muitas mães vão para as reuniões com os filhos menores no colo e participam intensamente. Essa participação, segundo elas, é algo que existia desde o período de acampamento, pois as mesmas não ficavam responsáveis só por atividades do lar, mas em muitos casos, em participar das negociações com o INCRA. A participação das mulheres em reuniões no assentamento pode ser observada na Figura 15.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001 (foto do autor).

Figura 15. Reunião no Vereda I

O segundo ponto diz respeito ao encaminhamento das deliberações tiradas em assembléias, que quase sempre ficavam sob a responsabilidade apenas da diretoria da associação. Na avaliação deles, isso acontece porque os assentados “*lavam as mãos*” e deixam que a diretoria resolva a situação. Porém, foi possível observar que depois da realização do PDA, o grupo tem se organizado e corrido atrás de seus direitos, como aconteceu na assinatura do contrato.

Para muitos deles, essa situação de sobrecarregar a diretoria é “culpa” do INCRA, por não permitir aos assentados autonomia em relação a determinadas decisões:

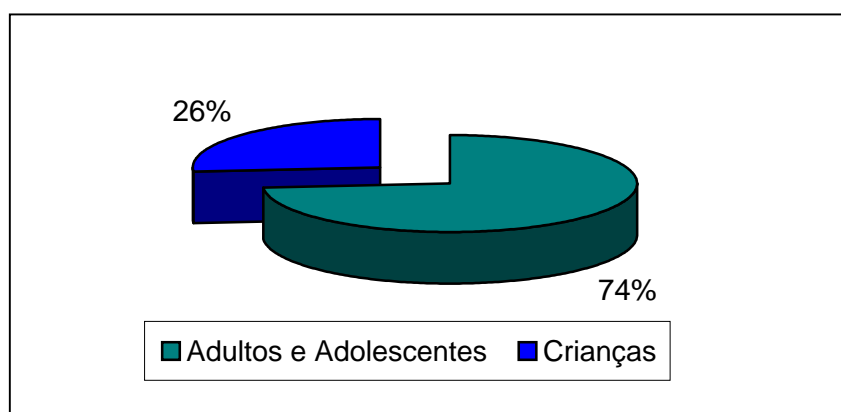
“Como foi com a compra do nosso material, a gente tinha que sempre esta sobre o controle da associação” (Sr. D, 2001).

A relação de dependência dos assentados com a diretoria, pode ser vista como um processo de reprodução da subordinação vivenciada por muito deles, durante parte de suas trajetórias.

3.4. Família, terra e a organização do trabalho no Vereda I

A organização do trabalho no assentamento está baseada no trabalho familiar, no qual homens e mulheres dividem as tarefas em casa e na roça. As crianças menores⁵⁶ de 14 anos representam força de trabalho que auxilia os pais nas atividades da roça em um período do dia, pois na outra parte do dia quase todas as crianças freqüentam a escola municipal do assentamento vizinho, sede da antiga fazenda Boa Vista.

No momento da pesquisa, o assentamento se encontrava com 205 moradores, divididos entre 151 adultos e adolescentes representando a força de trabalho existente e 54 crianças. Na Figura 16, esses dados estão representados em percentuais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001.

Figura 16. Força de trabalho do assentamento Vereda I

As famílias do assentamento Vereda I são compostas por um número pequeno de membros. Estas são divididas em dois tipos, nucleadas (pai, mãe e filhos)⁵⁷ e monoparental, ou seja, apenas a presença de um dos cônjuges no lar (Montali, 1990). As famílias estão divididas em três grupos, de acordo com

⁵⁶ Foram divididos os membros do assentamento em grupos, seguindo duas faixas etárias: o primeiro grupo constuiu-se de adultos acima de 15 anos e, o segundo crianças abaixo de 14 anos. Para essa divisão considerou-se o Estatuto da Infância e da Adolescência, que no capítulo V, artigo 60, veta o trabalho de menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz (Brasil, 1990).

⁵⁷ As famílias têm em média de três a cinco filhos

os seus ciclos. O primeiro formado pelos mais jovens, na faixa de 35 anos com a família ainda em formação (casal sem filhos ou com filhos menores de 12 anos). O segundo, com pessoas com mais de 50 anos em fase de dispersão (casal com filhos maiores de 18 anos, e parte deles fora de casa). O terceiro, composto, principalmente, por solteiros ou separados que residem sozinhos ou com parentes próximos. Estes vieram de seus locais de origem em busca de terra, ficando “encostados” no assentamento até conseguirem “um pedaço de terra” ou então desistirem e voltarem para seu local de origem, como pode ser observado na fala logo abaixo:

“Eu trouxe do Maranhão o meu pai e a minha irmã aqui para Goiás para ver se eles conseguem ganhar terras, também, porque lá as coisas eram muito difíceis para eles” (Sr. R, 2001).

Esta situação é semelhante que Lima Jr. (1988) observou em assentamentos do Paraná, em que o “encostado” fica no lote de um parente numa condição provisória, até arrumar um lugar ou uma terra para ficar. Neste caso, a pessoa que oferece o “encosto” acaba contribuindo com apoio logístico:

“Camponeses encostados, termo que designa o filho, irmão, casado com a irmã ou genro do dono (proprietário ou posseiro) do lote em que fixa a residência. Uma das suas características é sua provisoriade e exclusão. Quem se encosta não pode permanecer encostado indefinitivamente. Caso se encoste no pai, não deverá herdar aquele lote” (Idem, 1988:49).

A relação de dependência⁵⁸ do número de membros na família é muito importante, pois está intimamente ligada aos níveis de rendimento que os assentados passam a ter. Isso ocorre porque o trabalho é centrado no número de membros que as famílias possuem, fazendo com que as atividades sejam planejadas de acordo com a força de trabalho de que o grupo familiar dispõe.

Cabe ressaltar que a mulher no assentamento desenvolve não só atividades restritas ao lar e ao cuidado com as criações domésticas, mas, sempre que podem, ajudam os maridos nas atividades da roça, como fica representado na fala logo abaixo:

“Eu trabalho sozinho, a minha esposa quando pode, ajuda também. Na foice ela não agüenta não, mas na enxada ela é melhor do que eu. Ela trabalha na enxada o dia todinho. Se é pra carpir ou colher, ela não me larga de jeito nenhum. Ela não é muito boa com a foice não mas com a enxada ela é melhor do que eu” (Sr. B, 2001).

⁵⁸ Segundo Montali (1990), a razão de dependência é calculada pela razão entre tamanho da família e número de membros ocupados.

Alguns assentados têm o hábito de “trocar dias” com seus vizinhos ou amigos, reforçando laços de vizinhanças, que para alguns são essenciais no desenvolvimento do trabalho, como pode ser visto no depoimento do assentado, logo abaixo:

“A gente costuma chamar alguns colegas. Eles trabalham um dia ou dois dias para mim e depois eu trabalho para eles. Agora é época de fazer isso porque está no período de fazer roça. Então eles me ajudam e eu ajudo eles, porque dinheiro a gente não tem mesmo, então tem que ser é troca de dias (...) Essa troca de dia é mais na época da roça. Eu vou ajudar o cumpadre Toinzinho a fazer cerca, o Roberto a fazer cerca. Eu troco dia mais com os vizinhos mais próximo mesmo e desse jeito vamos levando” (Sr. F, 2001).

Essa relação de vizinhança, segundo Lima Jr. (1988), é uma relação social considerada essencial para os camponeses, porque os vizinhos participam de diversas atividades como troca de bens e troca de dias, que auxiliam não só na realização dos trabalhos, mas nas diversas formas de sociabilidade.

Em alguns casos, para a realização da “troca de dias”, o critério adotado é o desempenho do parceiro nas diversas atividades relacionadas com o trabalho a ser desenvolvido.

“A troca de dia que eu faço aqui é, por exemplo, eu trabalho para você hoje e amanhã você trabalha pra mim. Eu trabalho uma semana para você e você trabalha uma semana pra mim. Vai tocando desse jeito (...) A gente escolhe dependendo da pessoa, pra ver se compensa o serviço da gente, ou pra ver se o serviço da gente compensa pra ele. Porque tem cabloco que não compensa trocar o dia com ele, porque ele não faz o que eu faço não. A gente não escolhe muito por ser conterrâneo não, o que o pessoal considera aqui é se o caboclo agüenta o trabalho, se ele não é enrolado ou preguiçoso” (Sr. D, 2001).

Porém, quando alguns parentes estão presentes no assentamento, estes colaboram na execução de tarefas dentro da família ou do grupo familiar. Devido a essas possibilidades, não é comum o trabalho assalariado para a realização das atividades pertinentes à “lida” com a “chácara”. Além disso, as atuais condições financeiras dos assentados não permitem que os mesmos contratem trabalhadores temporários. Desta forma, o trabalho passa a ser realizado entre o assentado e os vizinhos, significando uma volta às origens, ou seja, às relações de solidariedade que eram comuns em seus locais de origem.

Pelo fato do assentamento estar em fase inicial nas atividades de produção e pela ausência de investimentos destinados à formação e produção

das “chácaras”, os assentados precisam exercer trabalhos temporários na cidade para complementar a renda familiar.

Esses trabalhos estão diretamente relacionados com as atividades que os entrevistados desempenhavam no período que residiram em Brasília, como trabalhos com fretes, servente de pedreiro, carpinteiro, mecânicos, furador de cisternas, dentre outros.

“(...) Eu não estou indo muito para a cidade mais não. Tenho ido pouco, só quando precisa de alguma coisa que eu vou. Passo uns dois dias lá, faço um frete, compro um açúcar, uma carinha e volto porque a minha vida é aqui mesmo” (Sr. B, 2001).

Essa estratégia de procurar trabalho na cidade, segundo os entrevistados, é mais vantajosa do que o trabalho temporário realizado para os fazendeiros da região, porque, quando eles conseguem esses “bicos” na cidade, a remuneração é maior do que na zona rural. Porém, o principal problema é conseguir esses “bicos” e ter que deixar a propriedade por conta de outros membros familiares.

Como as “chácaras” se encontram em formação, as atividades desenvolvidas pelos assentados na terra são basicamente aquelas relacionadas com o plantio de culturas desbravadoras, que proporcionam sustento quase que imediato à família. As principais culturas desbravadoras são milho, feijão, mandioca e abóbora, que são cultivadas nas terras melhores. Na região conhecida por eles como “mata”, as lavouras são plantadas em “terras de cultura”, que na definição deles são terras recém desmatadas, que se planta entre os tocos.

“A roça de toco é igual esta aqui [Figura 17]. Você mete o machado, capina, destoca, queima e planta no meio dos tocos. É igual essa aqui. A outra roça é a arada. O trator vem e ara tudo. Essa é feita no meio do mato mesmo” (Sr. B, 2001).



Fonte: Pesquisa de campo, 2001 (foto do autor).

Figura 17. Roça de toco no assentamento Vereda I

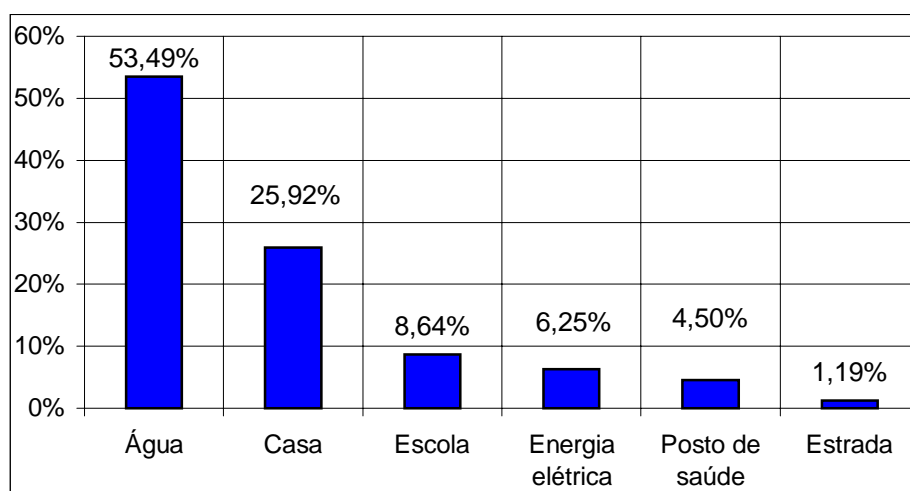
Nas “chácaras” localizadas na área central do “cerrado”, as culturas desbravadoras também são as principais, mas a qualidade do solo que é pobre para ser cultivado, embora sendo melhor que aquele da área da “beira rio” e a falta de água contribuíram para rendimento pequeno nas colheitas realizadas. Essa situação não é diferente para as famílias da “beira rio” que, embora tem acesso fácil a água, esta é insuficiente ou difícil de ser utilizada na irrigação pela baixa vazão do córrego.

Portanto, foi possível observar que a relação com a terra, mesmo depois de muitos anos vivendo em Brasília, trouxe aos migrantes experiências novas, que os fizeram refletir sobre as experiências passadas. A memória de um passado camponês foi reativada para reproduzir aspectos culturais valorizados por eles, mesclados com os valores culturais adquiridos na cidade. O próprio nome que é dado à parcela –pedaço de terra- que eles “recebem” sofre influência por causa dessa mesclagem. Normalmente, no seu local de origem, os entrevistados denominavam a terra em que moravam de “sítio”. No assentamento, a parcela é denominada de “chácara”, uma visão clara da influência de Brasília. Essa influência se deve ao fato de muitos terem

trabalhado, por algum tempo, como chacareiros ou tomadores de conta de pequenas porções de terras no Entorno do DF.

3.5. Vereda I: esperança dos assentados

Após a conquista da terra, os assentados do Vereda I deparam-se com um novo desafio que passa a ser construído coletivamente e também individualmente, que vai desde o “fortalecimento” da sua organização até a obtenção de infra-estrutura necessária para a sobrevivência deles. Esses desafios ficaram evidenciados quando se realizou a eleição de prioridades, na qual os assentados definiram as demandas para o novo espaço em que vivem. A Figura 18 apresenta o resultado da eleição de prioridades com as principais demandas nessa fase inicial de construção do assentamento.



Fonte: Pereira et al. (2001).

Figura 18. Eleição de Prioridades da Área Social

Como pode ser observado nesta Figura a água é um dos principais desafios que as famílias encontram, não só para o consumo, como também para a produção, pois a falta desta inviabiliza o cultivo de muitas culturas. As famílias mais prejudicadas são aquelas que ficam distantes do córrego Água Quente, pois necessitam andar quilômetros para buscar água. As dificuldades

enfrentadas com o problema da falta de água pode ser observada em depoimentos na Figura 19.

P: Quais as dificuldades de viver aqui?

R: “Bom, a principal dificuldade, a número um, é a falta de água. Isso aí é primeiro lugar em tudo. (...)” (Sra. E, 2001).

P: Quais as dificuldades de viver no Vereda I?

R: “(...) Dificuldade maior é a água pra gente tomar, nessa época principalmente. Mas na época da chuva não, porque a gente apara a goteira da casa, aí fica tudo bem. Então pegar água lá embaixo para beber é difícil. Mas a gente acaba dando um jeito, porque a gente sabe o caminho. Aí a gente vai lá, né, Marcelo” (Sr. C, 2001).

P: Na opinião do Sr., qual a sua principal dificuldade?

R: “Aqui tudo é dificultoso para nós, mas no momento o que tem mais dificuldade para nós é água, porque você criar animais aqui e carregar água nas costas, seis quilômetros não é fácil. E o mais difícil é água, porque se tiver luz é bom, estrada é bom, mas sem água não dá, porque água é a cabeça de tudo” (Sr. D, 2001).

P: Quais são as principais dificuldades encontradas aqui no assentamento?

R: Pra mim é água que é a dificuldade maior.

P: Como você faz para arrumar água?

R: “Eu busco na base de carroça, uns sete quilômetros mais ou menos. Então quem pode vai buscar na carroça, quem não pode vai pagar R\$ 10,00 por carroça, uns 200 litros de água mais ou menos. Então a água chega para nós cara. E muitos bebem sem filtrar. Eu ainda tenho um filtro que eu uso. E a gente sabe que é uma água comprovada que não é boa, que não é potável. Eu também aproveito a água da chuva (...)” (Sr. F, 2001).

Figura 19. Os problemas causados pela falta de água

No assentamento há, aproximadamente, seis cisternas. A principal fica na sede⁵⁹ da propriedade onde reside a família do pastor. Segundo os entrevistados, essa cisterna é a principal fonte de água potável do assentamento e a água do córrego Água Quente é utilizada para banhos, para os animais e para lavar roupas. Assim, a principal demanda hoje é um poço artesiano.

Outro desafio enfrentado pelos assentados é a falta de moradia⁶⁰ adequada, que para muitos, além de ser considerado um espaço de proteção é também um espaço simbólico, que faz parte da construção da identidade das pessoas como pode ser observado na fala logo abaixo.

“É o lugar onde a gente recebe as visitas e a onde a gente descansa, e as condições que a nossa casa está é muito difícil pra gente, porque uma pessoa sem casa não é ninguém” (Sra. J, 2001).

Para Lemos (1989), a casa tem um papel muito importante que é a chamada *função abrigo*, sendo esta entendida como um invólucro seletivo e corretivo das manifestações climáticas. Enquanto oferece as mais variadas possibilidades de proteção, a casa é também palco permanente das atividades relacionadas à cultura de seus moradores.

As moradias dos assentados ainda são habitações temporárias, em que utilizaram recursos locais disponíveis em suas construções. Estas se diferem entre si de acordo com os materiais disponíveis e com o saber que cada assentado adquiriu ao longo de sua vida. As mais comuns são aquelas com chão de terra batida, cobertas com palha ou telhas de amianto e com ausência de banheiros, o que afeta as condições de saúde destas famílias. Na Figura 20, pode ser visualizada uma moradia típica do Vereda I.

“Na época do calor são muito quente e na época do frio são muito frias. (...), outro dia a minha mulher desmaiou porque estava muito quente dentro de casa” (Sr. At, 2001).

⁵⁹ A sede da propriedade fica próxima ao córrego Água Quente. Análises feita pelo GTRA - UnB constataram que a água, tanto do córrego como da cisterna, possuem alto grau de salinização, além da contaminação por coliformes totais e fecais.

⁶⁰ Conforme os assentados relataram, até a presente data (setembro de 2001), eles não tinham recebido o crédito habitação.



Fonte: Pesquisa de campo, 2001 (foto do autor).

Figura 20. Moradia típica do assentamento Vereda I

Mas, apesar de todas as dificuldades que enfrentam, segundo eles, os desafios que são colocados nesta fase de suas vidas vale o esforço, pois, para muitos, é a primeira vez, de fato, que são proprietários de um “pedaço de terra”.

Sonhos e esperanças são projetados a cada dia, na expectativa de construir não só um espaço para produzirem, mas também um local em que possam deixar suas raízes para as gerações futuras. Neste sentido, a fala de dois entrevistados ilustra muito bem esse sonho.

“O meu desejo é quando eu partir desse mundo, deixar o meu filho bem localizado, pra ele falar que isso aqui foi o meu pai quem deixou. Porque eu não tenho nada para falar que isso aqui foi do meu pai. Porque eu saí de casa com uma idade de mais ou menos 16 anos, eu não tenho nada pra dizer” (Sr. B, 2001).

“(…) Para mim eu quero fazer uma riqueza aqui, para os meus netos. E que eles aproveitem isso aqui muito bem (...) os meus netos adoram isso aqui. Gosto de roça, gosto disso aqui. Então a minha riqueza é isso aqui. O meu futuro é esse aqui. É esse aqui que vai ser o meu futuro, e deixar isso aqui para os meus netos” (Sr. A, 2001).

A vontade de construir um espaço para viver, deixar de herança para os filhos e nele produzir é algo marcante entre os entrevistados. Para eles, a chance de ter uma terra sinaliza a realização de um sonho e isto motiva cada assentado a continuar a sonhar “*com nossas criaçõezinhas*”, o que na cidade seria mais difícil, por causa das condições financeiras em que vivem.

Esses sonhos foram projetados nas entrevistas e também evidenciados na técnica da construção⁶¹, na qual estes construíram maquetes que simbolizavam aquilo que queriam para o assentamento no futuro. Através desta técnica, foi possível perceber um reflexo das experiências dos assentados, pois os mesmos na construção das maquetes projetaram os seus sonhos a partir de conhecimentos adquiridos ao longo da vida e das expectativas futuras. Para efeito de exemplificação apresentarei o resultados da técnica em dois grupos.

O primeiro grupo (Figura 21), projetou um galpão (cooperativa) para armazenagem da produção com energia e um poço artesiano, nesse grupo os assentados se colocaram como produtores da agricultura “*mecanizada*”. Esse grupo foi praticamente formado por trabalhadores rurais, que exerceram atividades em grandes propriedades da região e por pessoas nascidas na cidade.



Figura 21. Projeção de um assentamento considerado “*moderno*”

⁶¹ A realização dessa técnica aconteceu durante a realização do PDA. Os assentados se dividiram em cinco grupos para construírem cinco “maquetes”.

No segundo grupo (Figura 22), os assentados projetaram uma casa com luz elétrica, água encanada, fogão de lenha, seu entorno com pomar, chiqueiro, galinheiro, “cultura” e uma área de “reserva ambiental”. Conforme as explicações dos assentados desse grupo, essa seria uma “chácara” considerada ideal. Foi possível perceber que a maioria das pessoas presentes nesse grupo eram de origem camponesa e que elas tinham uma perspectiva de exploração das “chácaras”, diferente do outro grupo.



Fonte: Pereira et al. (2001).

Figura 22. Projeção de uma chácara considerada ideal

Para facilitar a visualização das expectativas e demandas em relação ao assentamento, utilizou-se também da técnica do Desejo Temporal, na qual os assentados⁶² fizeram um planejamento de suas demandas para um período de dez anos. Na Tabela 14, essas informações encontram-se sintetizadas.

⁶² Todas as famílias do assentamento participaram dessa técnica.

Tabela 14. Síntese das expectativas dos assentados referentes a um período de 10 anos

Ano	Objetivos	Limitações
Dentro de 1 ano	Poço artesiano, casa e energia; Escola e posto de saúde; Preservação do meio ambiente; Combater cupins e pragas; Estradas e pontes; Trator e Telefone.	Faltam informações a respeito da liberação de recursos do INCRA p/ prefeitura e Estado; Falta união das associações dos assentamentos do entorno; Falta educação ambiental.
Dentro de 5 anos	Fundar cooperativa (industrialização); Formação das chácaras;	Assistência técnica ausente.
Dentro de 10 anos	Quitar a terra e todos os financiamentos; Estabilidade financeira e qualidade de vida.	Não conseguir recursos financeiros suficientes.

Fonte: Pereira et al. (2001).

Neste espaço, além de conhecer as necessidades presentes e as expectativas futuras dos assentados, foi possível constatar, que, mesmo dois anos após a imissão de posse, o assentamento ainda não se encontra em condições mínimas para manutenção das famílias. Isso porque o processo de construção de um assentamento é algo que envolve negociações demoradas, que esbarra na estrutura burocrática do Estado, representado pelo INCRA.

A partir da convivência com os assentados do Vereda I, foi possível perceber que as políticas de Reforma Agrária realizadas no país se resumem apenas à “distribuição de terras”. Uma Reforma Agrária séria vai muito além disso, pois as expectativas aqui representadas pelos assentados do Vereda I, demonstram claramente que eles almejam e necessitam de condições mínimas de sobrevivência como água, educação, assistência técnica, moradia dentre outros, o que constitui o direito de todo e qualquer cidadão.

“Eu nunca desanimei da vida. A gente sempre tem que correr atrás”
(Sr. D, 2001).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, propusemo-nos a descrever e analisar a trajetória de migrantes, assentados no assentamento Vereda I, município de Padre Bernardo em Goiás, região do Entorno do DF. O questionamento sobre o processo migratório desses trabalhadores rurais surgiu de observações feitas no desenvolvimento de trabalhos de campo anteriores. O contato com os assentados trouxe, uma questão que foi norteadora para a realização desta dissertação. Quais as razões que levaram esses trabalhadores rurais, de origem camponesa, a migrarem do campo para as cidades e depois das cidades para áreas de assentamentos rurais?

Fez-se necessário partir de um referencial teórico que orientasse as respostas a esse questionamento. Neste sentido, procuramos analisar a migração em um contexto mais amplo, não como um deslocamento apenas no espaço físico, mas também no contexto de transformações ocorridas no meio rural brasileiro, sobretudo quanto ao acesso à terra e às novas relações sociais surgidas no campo. Esses aspectos contribuíram para a decisão do camponês de migrar para as cidades.

Foi possível perceber que as relações que os migrantes estão procurando reproduzir no assentamento estão intrinsecamente relacionadas com suas trajetórias, principalmente no que diz respeito aos valores camponeses, como por exemplo as relações de solidariedade, de compadrio, os sistema de cultivo dentre outros.

Além disso, pudemos perceber também, que é comum a decisão de migrar estar relacionada com a possibilidade de mudanças quanto às condições de vida em diferentes fases de suas vidas. No momento em que decidiram migrar do campo para a cidade, tinham a esperança de melhorar de vida, ter uma vida mais “digna”, procuravam sair das condições de precariedade em que viviam, seguindo rotas de parentes que os antecederam, mostrando assim, uma relação entre migração e parentesco.

Na cidade, o sonho do “Eldorado” não foi possível de se concretizar, sobretudo pelas mudanças que ocorreram no mercado de trabalho nas últimas décadas, em relação, principalmente, à especialização e a qualificação da mão-de-obra. Isso fez com que os migrantes buscassem, no assentamento, um local para viver e trabalhar. Os assentados entrevistados são trabalhadores que têm em média 50 anos de idade, com baixo nível de escolaridade o que contribui para a sua exclusão do mercado de trabalho.

“Aqui no assentamento eu sou útil, lá [Brasília] eu era considerado um velho e ninguém me dava trabalho. Aqui no assentamento eu planto, crio as minhas galinhas e vai dando para viver” (Sr. D, 2001).

As transformações ocorridas no mercado de trabalho, a violência na cidade e a esperança de conseguir terra fizeram com que muitos destes migrantes se integrassem em movimentos de “luta pela terra”, como o MST, para alcançar seus sonhos.

Além disso, a relação paternalista com o INCRA, fica evidente, porque este órgão se coloca como dono da terra e, portanto, é quem decide os destinos de quem fica e de quem sai. Isso cria com aqueles cujo perfil os denominam “clientes da Reforma Agrária” uma dívida de gratidão.

O assentamento torna-se para esses migrantes um espaço em que existe esperança de construir uma vida mais digna, torna-se uma “*encruzilhada social*” (Carvalho, 1999), devido à heterogeneidade de pessoas e valores que compartilham essa etapa de suas vidas. Novas formas de socialização serão incorporadas, novos saberes serão adquiridos, porém, muito do saber que estes trabalhadores acumularam em suas trajetórias, será reproduzido neste ambiente.

Portanto, o assentamento rural pode ser visto por um lado, como um local de reprodução dos valores comuns à origem e à trajetória dos migrantes

e, por outro, como uma estratégia de sobrevivência, ou seja, como possibilidade de mudar, de não se conformar com a situação em que viviam na cidade.

Nesse contexto, a Reforma Agrária, para os migrantes, pode ser vista como uma política que possibilite a saída dessas pessoas do “liminar”, transformando os seus sonhos em realidade. É importante ressaltar que uma política de Reforma Agrária precisa ser algo mais que um simples mecanismo de “dar” terra. É necessário que se considerem uma série de fatores que possam permitir a permanência do assentado na terra, pois caso contrário, a Reforma Agrária não irá se efetivar e o assentado possivelmente se tornará um migrante outra vez.

Tendo como referência esses resultados apresentados por esse grupo de migrantes estudado, algumas considerações podem ser apresentadas.

Desde o local de origem, foi possível perceber que o grupo estudado sempre esteve à margem da sociedade. A estrutura agrária existente, o processo de modernização e as novas relações sociais no campo contribuíram para que esses trabalhadores fossem excluídos do meio rural. Na cidade o processo de exclusão se repete, principalmente em relação ao mercado de trabalho que se torna seletivo, exigindo um trabalhador mais qualificado. Nesse sentido, essas reflexões levantam outros questionamentos: que políticas poderiam ser eficazes para melhorar a vida desses migrantes? Qual o lugar, de fato, dessas pessoas na sociedade?

Outro aspecto relevante é a caracterização do nordestino feita por diversos autores, como migrante fugindo da seca, buscando, na cidade, a oportunidade para melhorar de vida. Essa afirmação, a nosso ver, é equivocada, pois mascara o verdadeiro problema da região Nordeste que se refere à falta de políticas públicas, aliadas à própria estrutura fundiária da região e à precariedade das relações de trabalho daí advindas. Neste sentido, a migração para o nordestino configura-se como alternativa de dizer não a essas situações.

O trabalho de campo possibilitou perceber, no grupo estudado, que a cidade entretanto não ofereceu condições favoráveis para que esses migrantes se tornassem cidadãos. Dessa forma, eles buscam no assentamento um lugar em que possam trabalhar, em que se sintam úteis, reestruturando suas vidas.

Neste sentido, o assentamento rural pode ser considerado um espaço em que esses trabalhadores migrantes possam vir a conseguir uma relativa autonomia, comparada com várias fases de suas vidas. Esta autonomia está relacionada à ausência de um patrão e à administração de seu próprio tempo, fatores estes considerados importantes por eles. No entanto, ela é relativa, porque o assentado se encontra, de certa forma, subordinado às normas “impostas” pelo INCRA, no que se refere, por exemplo, à formalização das próprias relações interpessoais no assentamento.

Consideramos que este trabalho contribui, por um lado, para preencher lacunas nos estudos migratórios realizados até então, por considerar valores simbólicos e culturais, ou seja, a perspectiva abordada orienta-se pela subjetividade das histórias relatadas pelos assentados que participaram deste estudo. Por outro lado, a pesquisa possibilitou a esses migrantes conhecer a real dimensão de suas trajetórias, levando-os a uma reflexão sobre suas próprias vidas e seus valores.

“(...) como a gente mudou [o mudar se refere há vários locais em que eles moraram] tanto durante a nossa vida. Morei no Maranhão, no Pará, vim pra Brasília, morei na Vila dos Parafusos (...) fui pra Samambaia vim para o acampamento na Boa Vista e agora estou aqui no assentamento. Não tinha parado pra vê como eu andei tanto nessa vida (...)” (Sr. F, 2001)⁵⁹.

Portanto, uma questão norteadora que poderá contribuir para eventuais estudos futuros refere-se à forma como esses migrantes irão se adaptar a esse novo espaço - o assentamento rural - e, ainda, como reproduzir neste espaço seus valores.

Acreditamos que sobre essa questão é possível “especular” que o grupo estudado, com uma origem camponesa comum, apesar de apresentar trajetórias tão diversas irá reproduzir no assentamento parte de seus valores camponeses, principalmente aqueles referentes à família e às relações de vizinhança. Além disso, valores urbanos apreendidos em suas trajetórias poderão influenciar nas formas de produção e de organização do próprio assentamento.

⁵⁹ Esta fala refere-se à comparação da descrição feita por dois migrantes, após a constituição do mapa simbólico de seus vários deslocamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Tereza Coni; MAGUAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nóbrega; et al. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: **Anais do IX Encontro**, 1994, v.2. pp.131-141. Disponível em: <www.abep.org.br> Acesso em out./2001.
- ALBUQUERQUE, Durval Muniz Júnior. Paraíbas e bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. In: **Travessia**, ano 3 nº 8, set-dez de 1990. pp.27-32.
- ALENCAR, Edgar. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras, MG: UFLA, 1999. 125p.
- AREAL, Augusto César B. **Homepage de Brasília**. Disponível em: <www.infobrasilia.com.br/entorno.htm>. Acesso em nove./2001.
- ASSOCIAÇÃO DO P.A. VEREDA I DA FAZENDA SERRA FEIA MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO ESTADO DE GOIÁS. **Estatuto Social**. [Padre Bernardo, GO], 2000. Não paginado.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. pp 181-221.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno-SR/28. Laudo n. 084, de 14 de setembro de 1998. Avalia o imóvel rural denominado "Vereda ou Boa Vista", eleito para servir como área de aquisição para fins de Reforma Agrária e Interesse Social. Relator: Benemilson Oliveira dos Santos. **INCRA**, Brasília.
- BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <www.tjdf.gov.br/vip/ple.htm>. Acesso em 04/nove./2001.

- BOTELHO, Maria Izabel Vieira. Impactos sociais da modernização no cotidiano dos trabalhadores In: VALARELLI, L.; SCOPINHO R. (org.) **Modernização e impactos sociais. O caso da agroindústria suco-alcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)**. Fase, Rio de Janeiro, 1995. Cap.V, pp.115-140.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 1991. 3^o parte, Cap.I, pp.95-102.
- CAPPELLIN, Paola. A lembrança do Sul. In: **Travessia**, ano 3 n^o 8, set-dez de 1990. pp.13-17.
- CARVALHO, Horácio Martins. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. MPF-NEAD-IICA. Curitiba. 1999. 70p.
- CARVALHO, Maria Glória. **Lutas e conquistas de camponeses sem-terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro-MG**. Lavras, MG: UFLA, 2000. 135p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).
- CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. **Temas CODEPLAN 1: Perfil sócio-econômico das famílias do Distrito Federal**. Brasília: 1997. 115p.
- ____ **Guia de informações sócio-econômicas, turísticas e culturais do Distrito Federal**. Brasília: 1999. pp.11-63.
- ____ **Textos CODEPLAN**. Brasília. [s.d]. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/nep/publicacoes/caderno>>. Acesso em jul./2001.
- COSTA, Manoel Augusto. **Estudos de demografia urbana**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. Monografia 18. 1975. pp.39-96.
- DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. SP/Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985. Caps.I-II, pp.19-112.
- D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1976. Cap.V, pp.67-84.
- DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978. 3^o parte, pp.95-141.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em: <www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>. [capturado em junho de 2001].
- ____. **Texto para reflexão e debate**. UNESP, [s.d.]. Apostila 15p.

- FERNANDES, Durval; CORDEIRO, Lucilene Dias. "Notas sobre o entorno do Distrito Federal". In: I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste, 1997. Disponível: <www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/nep/publicacoes/cadernos/pgd-encontro-notas-entorno.htm>. Acesso em out./2001.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/EdUnB. 1989. 285p.
- GARDA, Cyntia. Na rota dos imigrantes. **Correio Brasiliense**, Brasília, 11 mar. 1999. Brasil. p10.
- GIACOBBO, Elisa Olívia. **A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de Reforma Agrária**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1994. pp 39-81. (Dissertação - Mestrado em Sociologia).
- GONÇALO, José Evaldo. **Reforma Agrária como política social redistributiva**. Brasília, Editora Plano, 2001. pp 49-88.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. pp 241-271.
- GOUVEA, Luiz Alberto. "A capital do controle e da segregação social" In: PAVIANI, Aldo (Org) **A conquista da cidade movimentos populares em Brasília**. Brasília, UnB. 1998. pp75-96.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 3 ed. 1992. pp 63-105.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo histórico**
<www.ibge.gov.br/ibge/estatística/populacao/censohistorico/1940_1996.shtml>[capturado em maio de 2001].
- _____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Número 01. Brasil. CD-ROM, Rio de Janeiro. 1998a.
- _____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Número 25. Goiás. CD-ROM, Rio de Janeiro. 1998b.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Resolução n.º. 138, 22 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno-SR(28), com jurisdição abrangendo as áreas de atuação do Distrito Federal e municípios do Entorno. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, n.52, p.30863, 23 dez. 1997. Seção 1.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR-28/DEF. Portaria n.º. 047, 21 de dezembro de 1999. Cria o

Projeto de Assentamento Vereda, Código SIPRA DF0093000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Assentamento. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, n.52, p.42, 24 dez. 1999. Seção 1.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 2000. pp.13-32.

LEITE, Cristina. **Pela valorização de nosso território: a região centro-oeste**. UnB-GTRA, [s.d] 30p. (mimeo).

LEMOS, Carlos A. C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. pp 7-43.

LIMA JÚNIOR, Aurélio Viana. **Dos pressupostos da ação política do camponato: o caso da “invasão” da Fazenda Annoni**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1988. 146p. (Dissertação - Mestrado em Antropologia).

LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. 1999. pp 67-148.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território campones no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo: USP, 2000. pp 98-123. (Tese - Doutorado em Geografia Humana).

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária no Brasil e as condições e possibilidades da Reforma Agrária**, Brasília, MDA – INCRA, Ciclo de Palestra. 2000a. 36p.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000b. pp 87-132.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. **Caderno Temático**, Rio de Janeiro, 1994. n.º. 01, 59 p.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp 189-199.

MONTALI, Lilia. Arranjos familiares: O esforço coletivo para viver na grande São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 1990. n.º. 72, pp.58-61.

_____. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000. vol. 15 n.º. 42. pp 55-71.

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Programa de Reforma Agrária.** <www.mst.org.br/historico/programa.html>. Acesso em jan/2002.
- OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto. A nova dinâmica demográfica da região Centro-Oeste. In: I Encontro de Demografia da Região Centro-Oeste, 1997 Disponível <www.codeplan.df.gov.br/pesquisas/nep/publicacoes/cadernos/pgd-nova-dinamica.htm>. Acesso em out./2001.
- OSÓRIO, Carlos. Migrações recentes e desigualdades. In: **I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 1978. Disponível em: <www.abep.cedeplar.ufmg.br/anais78_hm>. Acesso em out./2001.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (1998) Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Costa, L. F. Carvalho & Santos, Raimundo (orgs.) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad.(pp.92-165)
- PASTORE, José. **Brasília: a cidade e o homem. Uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano**. São Paulo: Editora Nacional, Editora USP, 1969. pp.19-54.
- PEREIRA, José Roberto; DAVILA, Cláudia Aparecida Romeiro; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco; RIBEIRO, Luciana Maria; ESCOBAR, Maria Inês. **Plano de desenvolvimento do assentamento Vereda I**. Brasília, UnB/UFV, 2001. 76p.
- PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membro do MST: os novos produtores rurais e sua organização social**. Brasília, UnB, 2000. 221p. (Tese - Doutorado em Sociologia).
- _____. **DRPE-Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador: a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária**. Viçosa, UFV, 1998. 17p. (mimeo).
- QUEIROZ, Maria Izaura P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, 1983. pp.9-123.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; MOURA FILHO, Jovino; et al. **Histórico salarial, dinâmica das contratações e relações de trabalho rural**. Relatório de Pesquisa, FAPEMIG SHA 2444/96, Lavras, 1998, 82p. (mimeo).
- RIBEIRO, José Teixeira Lopes. Caracterização sócio-demográfica da migração na década de 80 por grandes regiões brasileiras. Manaus, 1996. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/docs/text/texpop.html>. Acesso em out./2001.
- ROMEIRO, A. "Reforma Agrária e distribuição de renda". In: STEDILE, João Pedro; et al (orgs.) **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. pp.105-136.

- SALGADO, Sebastião. Êxodos Disponível em:
<www.terra.com.br/sebastiaosalgado> Acesso em nove./2001.
- SILVA, José Graziano da. O bóia-fria: entre aspas e com os pingos nos is. In: Reunião sobre mão-de-obra volante na agricultura, 1982, Botucatu CNPq/UNESP. **Anais**. Botucatu, SP: Polis, 1982. Cap.III, pp.137-177.
- _____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, pp.101-143.
- SINGER, Paul. **Economia política de urbanização**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1973. pp.29-60.
- SOUSA, Regina Sueli. Terra o calcanhar de Aquiles do Brasil? In: **Estudos** Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 26, nº 4. 1999. pp 591-612.
- STEDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993. 117 p.
- TAUBE, Maria J. **De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1986. volume.I, Cap.I, pp.55-80.
- TEIXEIRA, Gerson. **O Censo Agropecuário de 1996: uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro**. <www.mst.org.br/Textos/censoagr.html>. Acesso em jan/2002.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução, OLIVEIRA, Lólio Lorenço. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. pp 45-103.
- TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. pp.91-158.
- TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Tradução CASTRO, Nancy Campi. Petrópolis, Vozes, 1974. pp 116-159.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UnB, 1997. pp. 7-64.

GLOSSÁRIO

1. **Agregado:** Morador antigo da fazenda que já estava na área antes da ocupação pelos trabalhadores sem terra;
2. **Barraco:** Casa que não é de alvenaria;
“Essa casa é um barraco porque não é de tijolos ou de cimento. É só de madeira com lona” (Sr. G, 2001).
3. **Bolir:** Exercer alguma atividade de trabalho, horta, gado, servente, freiteiro, dentre outras;
“Quando eu cheguei em Brasília eu fui bolir com massa [servente], mas lá no Piauí eu bolia com gado” (Sr. B, 2001).
4. **Cachorra:** Disco do arado pendurado em um poste, usado como sino pela guarda do acampamento para alertar os acampados sobre possíveis invasões de pistoleiros e convocar para as reuniões;
“A cachorra a gente usava para alertar os acampados da invasão de pistoleiros ou para convocar a turma para reuniões” (Sr. N, 2001).
5. **Capão:** Grota seca com presença de árvores;
6. **Chácara:** Termo utilizado pelos assentados do Vereda I para a parcela de terra maior que um lote e menor que uma fazenda, o suficiente para produzir para a família e vender o excedente;
7. **Cisterna:** Poço perfurado para obtenção de água variando de quatro a 30 metros de profundidade, reservatório subterrâneo de água potável;
8. **Cortar a fazenda na corda:** é um termo comumente utilizado pelos assentados para demarcar e lotear a área de uma fazenda, com vista a criar um assentamento. Com um arame liso de pouco mais de 50 metros e um esquadro de 4X3 metros, os assentados demarcaram toda a

fazenda em lotes de 1000 metros de lateral com 200 metros de fundos, totalizando 20 hectares para cada família, num total de 70 chácaras.

9. **Currutela:** Denominação dada pelos assentados a vila ou cidade muito pequena;

10. **Doador:** Acampado que trabalha fora durante a semana e leva comida para os que ficam permanentemente no acampamento;

“(...) eu fui doador um tempo. Eu trazia todo o final de semana verduras e legumes que eu conseguia na CEASA. Depois eu passei a ser permanente” (Sr. F, 2001).

11. **Gambira:** Fazer um negócio, uma troca;

“(...) quando eu vim pra cá eu fiz uma gambira numa carroça. Eu dei uns móveis e uma TV nessa carroça” (Sr. B, 2001).

12. **Kátia:** Apelido dado pelos assentados para cachaça, pinga, aguardente, cana e outros derivados;

13. **Mata:** Parte do assentamento, considerada pelos assentados como a melhor terra para cultivar, ficando próxima da reserva legal;

14. **Milipança:** Denominação dada aos Militantes ou líderes que escolhiam a melhor doação para a sua família ou para os peixes;

“Tinha vez que a doação chegava tinha militante que corria e escolhia as melhores coisas como carne ou leite, para a família ou para amigos mais próximos que a gente chama de peixe” (Sr. E, 2001).

15. **Militância:** Líderes do acampamento que faziam a interlocução entre os acampados e o INCRA;

“A Iv [acampada] é que era liderança principal aqui. Era ela que ia falar com o pessoal do INCRA na época do acampamento” (Sr. Os, 2001).

16. **Peixe:** Acampado que recebia privilégios dos militantes;

“Fulano era peixe da militância. Vivia puxando o saco para ver se ganhava terra, mas acabou ficando de fora”. (Sr. F, 2001).

17. **Pente Fino:** Termo usado pelos técnicos do INCRA, com o objetivo de “separar” os assentados que são clientes da Reforma Agrária daqueles que não são.

18. **Permanente:** Acampado que permanece no acampamento, saindo só para situações de emergência;

“Eu ficava aqui até três meses direto sem ir à cidade. Eu ia fazer o que lá na cidade? (...)” (Sr. D, 2001).

19. **Roça de toco:** Roça feita depois do corte das árvores, que se planta lavoura no meio dos tocos;
20. **Taca:** É uma palavra utilizada pelos assentados como sinônimo de bater, dar uma surra, como caráter de punição;
- “Teve uma vez que um acampado ficou bêbado e bateu na mulher dele. Ai a militância mandou pegar ele, amarrar na árvore e dá uma taca e depois expulsou o acampado daqui. Isso foi lá no acampamento do Capão Bonito” (Sr. F, 2001).
21. **Terra de cultura:** Terra pouco mexida, ótima para cultura de milho, feijão, arroz, mandioca e abóbora;
22. **Troca de dia:** Quando um ou mais chacareiros trabalham entre si sem cobrar dinheiro, É uma forma de reciprocidade de trabalho que se estabelece entre iguais.

ANEXOS

Anexo I. Assentados que participaram da pesquisa

Entrevistados	Origem	Idade	Escolaridade	Chegada em Brasília	Estado civil	Nº de filhos
A	Aquiraz- CE	62	1 ^o primário	1959	Casado	49*
B	Gilbués - PI	59	2 ^o primário	1961	Casado	1
C	Tutoia - MA	52	4 ^o serie (primario)	1969	Casado	4
D	Cana Brava-PE (Novo Exu)	60	Analfabeto	1971	Casado	3
E	Umarizal - RN	45	2 ^o Grau completo	1975	Casada	3
F	Pedreiras - MA	37	7 ^o serie	1983 1985	Separado	3
G	Caxias-MA	37	5 ^o serie	1981 1984 1993	Casado	2

* Sendo cinco filhos no casamento, oito filhos de criação e 36 filhos fora do casamento, com 15 mulheres.

Anexo II. Informantes moradores do assentamento cujas citações foram incluídas no texto

Moradores entrevistados	Origem	Idade	Estado civil	Nº de filhos	Observação
Ar	Paracatu-MG	35	Casada	3	Liderança entre as mulheres do assentamento
At	Itumbiara-GO	58	Casado	3	Responsável pela medição na corda
Iv	?-BA	?	Separada	5?	Ex-liderança do MST, na região
J	Lins-SP	48	Divorciada	?	Conselho Fiscal da associação
K	Paracatu-MG	36	Casado	3	Secretário da Associação
L	Nova Glória-GO	37	Casada	2	Responsável pela cozinha do acampamento
V	Corumbá-GO	54	Viúva	17*	Moradora na fazenda há 25 anos
N	Rianapolis-GO	34?	Solteiro	0	Chefe da guarda na época do acampamento
Or	Araripe-PE	61	Casada	1	Casada com entrevistado
Os	Macaúbas-BA	52	Casado	8	Presidente da Associação
R	Caxias-MA	35	Casado	1	Morador do assentamento (Teste do roteiro)

* Existem 12 filhos vivos

Anexo III. Tabela 1A. Natureza e fonte de informações para coleta dos dados secundários

Natureza das Informações	Origem dos dados*						
	1	2	3	4	5	6	7
Número de assentamentos na região do Entorno de Brasília e municípios que se encontram sob jurisdição da SR-28.	X						
População residente por situação (urbana e rural),		X					
Número de trabalhadores rurais no Brasil e número de estabelecimentos agropecuários.			X				
Informações sobre o município de Padre Bernardo - Goiás.		X	X	X	X		
Relação de famílias assentadas no Vereda I.	X						
Informações secundárias sobre o assentamento Vereda I.						X	
Mapas dos assentamentos da região do Entorno de Brasília.	X						
Informações sobre Brasília (taxa de desemprego, origem da população dentre outras).				X			X

* Fonte dos dados abaixo

1. Superintendência Regional do INCRA (SR-28);
2. Censo Demográfico do IBGE;
3. Censo Agropecuário;
4. Site Cid@des do IBGE;
5. Prefeitura de Padre Bernardo, estado de Goiás;
6. Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador do Vereda I;
7. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

Anexo IV. Assentados no Vereda I em setembro de 2001

Lotes	Nome	Origem	Membros maiores de 15 anos morando no assentamento*, no momento da pesquisa.	Membros menores de 14 anos morando no assentamento, no momento da pesquisa.	Parentes moradores no assentamento, no momento da pesquisa.
1	Teotônio Eduardo da Silva Neto	Sertão da Bahia	1	0	Não
2	Reni Pereira Lopes	Niquelândia-GO	2	1	Não
3	José Eustáquio da Silva	Abaete-MG	2	0	Não
4	José Pedro da Silva		1	0	Não
5	Adão Aguiar Sousa	Gilbões-PI	2	0	Tio do João Aguiar
6	Roberto Antônio Pereira Batista	Unai-MG	1	0	Primo do Luiz Pereira
7	Iram Lima de Albuquerque	Pedreiras-MA	2	0	Não
8	Antônio J.L. dos Santos Filho	Urbano Santos-MA	2	0	Irmão do Antoniel
9	José Antônio Cardoso de Oliveira	São João da Ponte- MG	3	5	Não
10	Ildeu Luiz Brandão	Garapuava-MG	1	0	Primo do José Geraldo
11	José Pereira do Amaral Filho	Buritis-MG	1	0	Não
12	João Aguiar Magalhães	Corrente-PI	1	0	Sobrinho do Adão
13	Elmar Oliveira da Silva	Taguatinga-DF	1	0	Não
14	Adeir Alves da Silva	Campanário-MG	3	3	Não
15	Cleomar Madureira	Taguatinga-DF	1	1	Irmã de Cláudia M.

	Lima				
16	Claudia Madureira Lima (Jamanta)	Taguatinga -DF	2	3	Irmã de Cleomar
17	Eber Lopes da Silva	Taguatinga -DF	1	0	Filho de Adão Alves
18	Otávio Ferreira da Silva	Barra-BA	1	0	Não
19	Antoniél Muniz dos Santos	Urbano Santos-MA	2	2	Irmão de Antônio S
20	Adão Alves da Silva	São Felix- MG	3	1	Pai de Eber e Irmão de José Alves
21	Paulo Gonçalves de Oliveira	Carmo do Paranaíba- MG	1	0	Não
22	José Alves	Sapucaia do Norte-MG	3	0	Tio de Eber e irmão de Adão Alves
23	Fernando Luiz Ferreira dos Santos	Taguatinga- DF	1	0	Não
24	José da Silva Moraes	Unai-MG	1	0	Não
25	Justina Nonato dos Santos	Santana dos Brejos-BA	6	4	Mãe de Maria de Fátima
26	Luiz Carlos Pereira de Souza	Unai-MG	3	1	Primo de Roberto Pereira
27	Iraci Rodrigues da Silva	Patos de Minas-MG	1	0	Não
28	Raimundo José Alencar Melo	Caxias-MA	3	1	Não
29	Gilmar Vieira de Andrade	Santa Rosa- GO	1	0	Não
30	José Geraldo Fonseca dos Reis	Unai-MG	2	0	Primo de Ildeu
31	Teresinha Dias de Assunção	Nova Modica-MG	4	0	Cunhada de Kleber, prima de Eber e sobrinha de Adão Alves
32	Edna da Conceição de Oliveira	Ubaitaba- BA	3	0	Não
33	Rita Siqueira Marques	Serra Talhada-PE	4	2	Não
34	José Aprigio da Silva	Umbuzeiro- PE	1	0	Não

35	Francisco Pereira da Silva	Cana Brava-PE	2	0	Não
36	Maria de Fátima dos Santos	Brasília-DF	1	3	Filhas de Justina
37	Maria Linduina de Paiva	Umarizal-RN	2	0	Não
38	Sebastião Ribeiro	Tocatins	1	0	Não
39	Ananias B. de Sousa	Antenor Navarro-PB	7	2	Cunhado de Ivanildo
40	Ivanildo João de Deus	Souza-PB	2	1	Cunhado de Ananias
41	Ossiomar da Cunha Silva	Parnaíba-PI	1	0	Filho de Adilton
42	Oliveira Ribeiro de Morães	Presidente Olegário-MG	1	0	Não
43	Sandro Canuto de Melo	Caxias-MA	3	2	Cunhado de Nilson Paulo
44	José Pereira da Silva	Peçanha-MG	1	0	Não
45	Edmilson Francisco da Rocha Carvalho	Piauí	1	0	Não
46	Otávia Sene Capuchinho	Bahia	2	0	Não
47	Moises Moreira	Pires do Rio-Go	2	0	Não
48	Adilto Pires Ferreira	Aquiraz-CE	3	0	Pai do Ossiomar
49	Alberto P. de Oliveira	Tutóia - MA	2	0	Não
50	Leontina Alves Costa	Itapeoi-GO	2	1	Prima de Nilton Santos
51	Nilo dos Reis Pereira	Januária-MG	2	2	Não
52	Francisco A. Cruz Lopes	Ibotirama-BA	2	0	Sobrinho de Pedro Mendes
53	Nilson Paulo da Silva	Caxias-MA	1	0	Cunhado de Sandro
54	Keila Feitosa da Silva	Unai-MG	2	2	Não
55	Osvaldino José Ribeiro	Macaúba-BA	3	0	Sogro de Mauro Moreira
56	Gleiciane dos Santos	Gama-DF	1	1	Irmã de André Santos

57	André de Jesus Santos (Ivanilde) dos	Gama-DF	4	1	Irmão de Gleiciane
58	Ateide Lindolfo da Silva	Panama-GO	2	0	Pai de Nilson Lindolfo
59	Nilson Lindolfo da Silva	Itumbiará-GO	2	2	Filho de Ateide
60	Jandira Barreto de Oliveira	Ceres-GO	2	0	Não
61	Enoque Dias Santiago	Fortaleza dos Nogueiras-MA	1	0	Não
62	Francisca Eunice de Sousa	Planaltina-GO	2	0	Irmã de Maria Eliete
63	Maria Eliete Sousa Silva	Planaltina-GO	3	0	Irmã de Francisca Eunice
64	Maria de Sousa Cruz	Lajinha-GO	8	3	Não
65	Eliene Fernandes dos Santos	Brasília-DF	3	2	Não
66	Maria de Lourdes Santos da Silva (Hélio)	Nova Glória-GO	4	1	Não
67	Kleber da Silva Pereira	Paracatu-MG	3	0	Cunhado de Teresinha Dias
68	Pedro Mendes da Silva	Teixeira-PB	3	3	Tio de Francisco Cruz
69	Mauro Moreira da Rocha	Brasília-DF	2	4	Genro de Osvaldino
70	Nilton Joaquim dos Santos	Rianapolis-GO	1	0	Primo da Leontina
	Total de membros no Vereda I, em setembro de 2001		151	54	

Fonte: Pesquisa de campo, 2001. * Incluindo o beneficiário

Anexo V. Tabela 2A. Origem dos membros das famílias moradoras do Distrito Federal em 1997

Estado de Origem	(%)
Distrito Federal	43,94
Minas Gerais	10,86
Goiás	7,68
Piauí	6,14
Bahía	5,58
Ceará	4,71
Maranhão	4,40
Rio de Janeiro	3,52
Paraíba	2,96
São Paulo	2,06
Pernambuco	1,93
Rio Grande do Norte	1,64
Rio Grande do Sul	0,80
Pará	0,64
Tocantins	0,53
Acre	0,48
Paraná.	0,46
Espírito Santo	0,40
Alagoas.	0,29
Estrangeiro	0,28
Mato Grosso	0,25
Sergipe	0,22
Mato Grosso do Sul	0,21
Santa Catarina	0,21
Amazonas	0,13
Rondônia	0,08
Amapá	0,06
Roraima	0,02
Total	100

Fonte: CODEPLAN/PISEF/DF, 1997.

Anexo VI. Tabela 3A. Regiões Administrativas do Distrito Federal

Regional	Cidade Satélite
RA - I	Plano Piloto
RA - II	Gama
RA - III	Taguatinga
RA - IV	Brazlândia
RA - V	Sobradinho
RA - VI	Planaltina
RA - VII	Paranoá
RA - VIII	Núcleo Bandeirante
RA - IX	Ceilândia
RA - X	Guará
RA - XI	Cruzeiro
RA - XII	Samambaia
RA - XIII	Santa Maria
RA - XIV	São Sebastião
RA - XV	Recanto das Emas
RA - XVI	Lago Sul
RA - XVII	Riacho Fundo
RA - XVIII	Lago Norte
RA - XIX	Candangolândia

Fonte: CODEPLAN, 1997.

Anexo VII.Tabela 4A. Municípios pertencentes ao Entorno do DF

Municípios de Goiás	População em 1996	População em 2000	Taxa Média de Crescimento Populacional	ÁREA (Km ²)	DISTÂNCIA APROXIMADA (km)	
					Brasília	Goiânia
Abadiânia	10.144	11.418	3,00	1.044,20	120	85
Água Fria de Goiás	3.771	4.467	4,33	2.029,40	170	345
Águas Lindas	61.478	105.641	14,49	191,2	50	180
Alexânia	18.623	20.063	1,88	847,9	90	122
Alto Paraíso	5.414	6.173	3,33	2.593,90	230	420
Alvorada do Norte	7.600	7.551	-0,16	1.291,90	265	460
Buritinópolis	3.379	3.380	0,01	268,2	275	455
Cabeceiras	5.973	6.757	3,13	1.113,50	130	335
Cidade Ocidental	33.147	40.374	5,05	388,5	45	230
Cocalzinho	12.780	14.600	3,38	1.788,00	120	130
Corumbá de Goiás	8.643	9.487	2,36	1.062,50	140	105
Cristalina	28.262	34.078	4,79	6.167,90	125	285
Damianópolis	3.538	3.303	-1,70	415,4	340	525
Flores de Goiás	5.350	7.519	8,88	3.709,30	250	430
Formosa	68.704	78.647	3,44	5.807,20	90	285
Luziânia	106.695	140.814	7,18	3.961,60	66	200
Mambaí	4.520	4.819	1,61	859,6	320	505
Mimoso de Goiás	2.584	2.801	2,04	1.386,90	125	240
Novo Gama	60.447	74.297	5,29	191,7	40	190
Padre Bernardo	16.879	21.495	6,33	3.137,80	90	215
Pirenópolis	20.964	21.220	0,30	2.181,80	150	126
Planaltina de Goiás	58.576	73.761	5,93	2.538,70	80	300
Santo Antônio Descoberto	46.194	51.871	2,94	938,4	50	175
São João D'Aliança	5.962	6.894	3,70	3.327,40	160	370
Simolândia	6.053	6.215	0,66	342,7	270	465
Sítio D'Abadia	2.893	2.681	-1,88	1.565,90	330	520
Valparaíso de Goiás	75.380	94.774	5,89	60,2	30	235
Vila Boa	2.720	3.286	4,84	1.060,20	190	370
Vila Propício	3.753	4.489	4,58	2.181,60	195	200

Fonte: Censo Demográfico 2000, Areal (1999), elaborado pelo autor.

Tabela 4A. Municípios pertencentes ao Entorno do DF (continuação)

Municípios de Minas Gerais	População em 1996	População em 2000	Taxa Média de Crescimento Populacional	ÁREA (km ²)	DISTÂNCIA APROXIMADA (km)	
					Brasília	BH
Arinos	17.149	17.710	0,81	5.338,50	280	770
Bonfinópolis de Minas	6.611	6.441	-0,65	2.100,00	310	560
Buritit	19.796	20.404	0,76	5.238,10	245	870
Cabeceira Grande	5.407	6.464	4,56	1.135,50	240	650
Dom Bosco	4.078	4.055	-0,14	814	280	550
Formoso	6.263	6.517	1,00	3.833,40	465	1.040
Natalândia	2.986	3.288	2,44	400	415	655
Paracatu	68.047	75.184	2,52	8.241,10	235	495
Pintópolis	5.692	6.943	5,09	1.412,00	380	700
Riachinho	7.942	7.973	0,10	1.190,00	325	645
Unai	65.216	69.996	1,78	10.119,90	180	590
Uruana de Minas	3.041	3.264	1,78	603,3	290	700
Urucuia	7.222	9.602	7,38	3.704	360	650

Fonte: Censo Demográfico 2000, Areal (1999), elaborado pelo autor.

Anexo VIII. Tabela 5A. Tamanho da família e renda familiar em salários mínimos das regiões administrativas do Distrito Federal em 1997

Cidades Satélites	Renda Familiar Total	Renda <i>Per Capita</i>	Tamanho médio das Famílias
Lago Sul	65,76	16,99	3,87
Lago Norte	52,70	12,64	4,17
Plano Piloto	32,53	8,65	3,76
Cruzeiro	24,04	5,98	4,02
Guará	20,70	5,09	4,07
Núcleo Bandeirante	18,30	4,65	3,90
Taguatinga	16,07	3,83	4,20
Candangolândia	11,38	2,69	4,23
Sobradinho	11,06	2,70	4,10
Riacho Fundo	9,81	2,23	4,40
Gama	9,04	2,19	4,13
Samambaia	7,64	1,79	4,27
Ceilândia	7,61	1,76	4,32
Brazlândia	6,50	1,51	4,30
Planaltina	6,11	1,56	4,20
São Sebastião	5,30	1,28	4,14
Santa Maria	4,99	1,09	4,57
Recanto das Emas	4,74	1,11	4,29
Paranoá	4,60	1,07	4,21
Média	15,00	3,61	4,15

Fonte: CODEPLAN/PISEF-DF (1998).

